

Semanário
Director
António Dias Lourenço
Propriedade
Editorial "Avante!"

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Redacção/Administração - Av. Santos Dumont, 57-3.º - Tel. 779825 * Impressão e Composição - Sociedade Nacional de Tipografia, S. A. R. L. - Rua de «O Seculo», 41 a 63 - Lisboa * Distribuição - Distribuidora «O SECULO»

ENCONTRO REGIONAL

DA JUVENTUDE TRABALHADORA



24 de Novembro

JUVENTUDE E ACÇÃO

A luta para conquistar a juventude constitui uma parte importante da luta de classes e o seu êxito depende muito da justa compreensão dos problemas da juventude, da sua situação no mundo moderno, dos seus traços característicos e do seu lugar no sistema de gerações e classes da sociedade.

Milhares de jovens aderiram ao MJT. Realizaram-se grandes iniciativas, como a campanha nacional pelo direito de voto aos 18 anos.

CONT. NA PÁG. 7

O importante papel que o MJT tem vindo a desempenhar no seio da juventude, desde que iniciou as suas actividades em 1969, nas duras condições repressivas do fascismo, revela-se-nos hoje, à luz da liberdade democrática, como o mais valioso contributo na conquista da juventude para a luta organizada pela resolução dos seus problemas, pela paz, pelo progresso e pela democracia.

O fascismo, completamente derrotado nas suas tentativas para ganhar a juventude, procura por todos os meios isolá-la e dividí-la, mantê-la na ignorância e no obscurantismo. O MJT sempre quebrou esses esforços, apesar das difíceis condições em que vivíamos, mobilizando e organizando a juventude nos seus locais de trabalho, promovendo festas de convívio, criando e reforçando os laços de amizade e solidariedade entre os jovens, fomentando actividades culturais e desportivas.

A participação dum delegação portuguesa, a maior desde sempre, no X Festival Mundial da Juventude e Estudantes em 1973, em que mais de meia centena de delegados foram do interior, numa altura em que a repressão se agudizava, demonstra bem o frutuoso trabalho desenvolvido pelo MJT e como desde sempre contribuiu para o reforço da amizade e solidariedade da juventude portuguesa com a juventude e o povo dos outros países.

A experiência da liberdade
A realização do Grande Encontro Nacional da Juventude, um mês após o derrube do fascismo pelo glorioso MFA, que contou com a participação de milhares de jovens trabalhadores de todo o País, constituiu na realidade a primeira grande festa de liberdade.



A VOZ DO PCP

Todas as 2.ª-feiras
às 22 horas
no Rádio Clube Português
O PCP FALA PARA TI

VISITA A PORTUGAL DE UMA DELEGAÇÃO DO PC ITALIANO

A convite do Partido Comunista Português, uma delegação do Comité Central do Partido Comunista Italiano, de que fazem parte Ugo Pecchioli, membro do Bureau Político e do Secretariado, Elio Gabuggiani, membro do Comité Central e presidente do Conselho Regional da Toscana, Angelo Oliva, vice-presidente da Secção de Política Externa do Partido Aldo Dalesi, secretário da Presidência da Câmara dos Deputados e Ennio Polito, responsável da secção de Política Externa do jornal «Unità», visitaram o nosso país de 16 a 19 de Novembro.

Recebidos na tarde de sábado, no Aeroporto da Portela, por uma delegação do CC do PCP, constituída pelos camaradas Joaquim Gomes, José Magro e Aurélio Santos e após o chefe da delegação italiana, Ugo Pecchioli, ter lido à imprensa uma declaração em que manifestava a sua alegria e emoção, dirigindo calorosas e fraternais saudações aos comunistas, ao povo de Portugal, às forças democráticas e ao Movimento das Forças Armadas que, unidos, derubaram a ditadura fascista e abriram, com o 25 de Abril, a via de renovação democrática da sua pátria, onde «a participação

dos comunistas portugueses no Governo do País, a sua função de grande Partido nacional, são o testemunho do papel desempenhado na luta unitária antifascista e o reconhecimento do lugar que lhes cabe, hoje, na reconstrução de uma sólida democracia, para o progresso do País, para levar até ao fim o processo de descolonização, para a unidade do povo para a defesa da Independência de Portugal», afirmando por último que esta visita contribuirá para tornar ainda mais sólidos os laços de amizade entre os dois povos. A delegação italiana teve um encontro com o camarada Alvaro Cunhal, secretário-geral do Partido Comunista Português, e conversações com uma delegação do PCP, composta pelos camaradas Joaquim Gomes, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do Partido, Carlos Brito, membro da Comissão Política, Aurélio Santos, membro suplente do Comité Central, Helena Costa, da secção internacional e Vítor Neto, colaborador do Comité Central.

Durante a reunião foram abordados alguns aspectos referentes à situação política portuguesa, bem como o papel do PCP, enquanto a

delegação do PCI informou sobre a situação política italiana e sobre a luta dos comunistas e das outras forças democráticas para fazerem sair o país da crise que presentemente atravessa e realizarem a renovação da sociedade italiana.

Na manhã de domingo a delegação do PCI deslocou-se à cidade do Porto, sendo recebidos na estação de Campanhã pelos camaradas Carlos Costa, do Comité Central, e Margarida Tengarrinha, membro suplente do Comité Central.

Com vista a uma apresentação à imprensa, realizou-se depois um encontro com os órgãos de Informação do Porto e a delegação do Comité Central do PCI, encontrando-se ainda presente o camarada Jorge Araújo.

Depois de uma visita ao Centro de Trabalho, a delegação do PCI visitou a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, onde foi recebida por membros da Comissão Administrativa, em grande porte formada por comunistas e socialistas.

Durante uma cerimónia informal, depois do eng. Neves Fernandes, presidente da Comissão Administrativa, ter saudado a delegação e agradecendo a recepção, Ugo Pecchioli mostrou-se honrado pela hospitalidade que era dispensada a delegação que dirigia, referindo-se em seguida aos numerosos conceitos, em Itália, que são unitariamente administrados por comunistas e socialistas. Fikando que esses municípios são os mais bem administrados, estimulou a Comissão de Vila Nova de Gaia a ultrapassar os obstáculos que se lhe deparem e a darem o exemplo de eficiência e dedicação a todas as administrações. A terminar, manifestou uma profunda solidariedade dos comunistas italianos para com todas as forças progressistas portuguesas.

Após esta sessão, seguiu-se uma visita às caves do Vinho do Porto.

A delegação italiana dirigiu-se posteriormente para a sede do DORN, onde decorreu um jantar com alguns camaradas. Em nome da Comissão



Um entusiástico comício em Alhandra, que contou com a participação do secretário-geral do nosso Partido, assinalou o final das comemorações consagradas à grande figura de militante e intelectual que foi Soeiro Pereira Gomes

GRANDE COMÍCIO EM ALHANDRA ENCERROU AS COMEMORAÇÕES DEDICADAS A SOEIRO PEREIRA GOMES

Alhandra encerrou da melhor maneira a sua Semana de Comemorações Soeiro Pereira Gomes: na noite do passado sábado, dia 16, a grande sala da Sociedade Euterpe Alhandrense foi pequena para albergar todos aqueles que queriam estar presentes ao comício do PCP, o qual, além do mais, registava a presença do secretário-geral do nosso Partido, camarada Alvaro Cunhal. De pé e apertadas umas contra outras, mais de 4000 pessoas expressaram entusiasmadamente, ao longo da noite, a sua confiança no Partido Comunista Português, vanguarda da classe operária, e no futuro democrático de Portugal. Numerosos cartazes de pano, por toda a

sala, assinalavam a saudação fraternal dos operários do Baixo Ribatejo: da Tudor, da Cintideal, das Construções Técnicas, da Intento, da Covina e, acima de tudo, da Cimento Tejo, onde Soeiro Pereira Gomes trabalhou. Presente também, com a sua mensagem de juventude, a UEC de Vila Franca de Xira.

Na mesa, a que Alvaro Cunhal viria a presidir logo após a sua chegada (retardada em virtude dos encontros com a delegação do PCI), tomaram lugar representantes das comissões de freguesia e concelhia do Partido, da DORL, da UEC, do MJT e de várias células de empresa.

Usando da palavra em primeiro lugar, Carlos Salgueiro, militante da União dos Estudantes Comunistas, depois de saudar a memória e o exemplo de Soeiro Pereira Gomes, abordou as conclusões do 7.º Congresso do PCP e as suas incidências a nível estudantil, apontando a reforma geral e democrática do ensino como objectivo prioritário da luta a desenvolver. No final da sua intervenção, Carlos Salgueiro ajudou as manobras dos grupos pseudo-esquerdistas no seio das escolas e sublinhou a necessidade de uma forte vigilância popular face aos ataques da reacção.

Depois de uma jovem (12 anos) estudante do ciclo preparatório, Maria Paula, ter lançado um apelo aos Pioneiros comunistas, que a assistência aplaudiu demoradamente, cantando o Avante Camafada, usou da palavra, em nome do MJT, o jovem trabalhador Joaquim Eurico. O orador seguinte foi Manuela Fernanda, operária da Cintideal, membro da célula de empresa e da comissão de freguesia do PCP, que afirmou em determinado ponto da sua intervenção: «Ao longo dos anos da tirania fascista, nós, as mulheres, tivemos uma vida dura, de miséria e de opressão, a que não queremos voltar. Foram amargas as nossas experiências. Eram-nos pagos salários de miséria. Eramos despedidas sem justa causa. As condições de trabalho eram péssimas. A ameaça com a PIDE permanente. Não tínhamos acesso às escolas, ao teatro, ao cinema, à arte, enfim, a tudo aquilo que faz parte de uma vida sã e digna, a que todo o ser humano que trabalha tem direito. A situação mudou, algumas das injustiças foram rectificadas, outras continuam a processar-se. Cabe-nos a nós, mulheres traba-



Aspecto das conversações entre as delegações do PCI e do PCP. No primeiro plano, os camaradas Ugo Pecchioli e Alvaro Cunhal

CONT. NA PÁG. 5.

IMPORTANTES VIAGENS AO ESTRANGEIRO DE DUAS DELEGAÇÕES DO NOSSO PARTIDO

Logo após o VII Congresso do nosso Partido, uma delegação do Comité Central, constituída pelos camaradas Jaime Serra, membro da Comissão Política do CC, e Carlos Abóim Inglês, membro do CC, percorreram os países socialistas da Europa numa missão de informação acerca dos resultados do Congresso.

Assim, estiveram sucessivamente na União Soviética, na RDA, na Polónia, na Checoslováquia, na Roménia, na Jugoslávia, na Bulgária e na Hungria.

A delegação do CC teve encontros com dirigentes dos partidos irmãos daqueles países, os quais decorreram no espírito da maior camaradagem. A delegação do CC teve ainda encontros com representantes dos partidos irmãos dos países socialistas da Coreia do Norte, da Mongólia e da República Democrática do Vietname.

A nossa delegação informou os representantes dos partidos irmãos tanto dos resultados do VII Congresso como da conjuntura política em que este se inseriu. Por sua vez, a nossa delegação foi informada dos aspectos principais da actividade dos partidos irmãos e do trabalho criador dos povos dos seus países na construção da nova sociedade — na construção do socialismo e do comunismo.

Da actividade da delegação do CC do nosso Partido resultará, certamente, um reforço das relações do nosso Partido com os partidos irmãos dos países socialistas, em benefício das relações in-

ternacionais do nosso povo e do nosso país.

Em países da Europa capitalista

Simultaneamente, uma outra delegação do CC, constituída pelos camaradas José Vitoriano, membro da Comissão Política, e Joaquim Pires Jorge, membro do Comité Central, deslocou-se a vários países da Europa capitalista. Na sua digressão a delegação do PCP teve encontros com os camaradas das Direcções do Partido Comunista Francês, do Partido Comunista Italiano, do Partido Comunista da Alemanha (DKP), do Partido Comunista Espanhol, do Partido Comunista Belga e do Partido Comunista do Luxemburgo, a fim de informar sobre os resultados do Congresso.

Estes encontros foram de grande utilidade para o nosso Partido e para os partidos irmãos, pois, além de possibilitarem dar a conhecer as linhas gerais da plataforma política aprovada e outros aspectos importantes dos trabalhos do Congresso, permitiram também dar um panorama da actual conjuntura política portuguesa.

Um outro problema abordado nos encontros com alguns dos partidos visitados foi o da emigração portuguesa nos respectivos países, tendo em vista a possibilidade de lhe ser fornecida uma informação regular e objectiva da situação política do nosso país e do estabelecimento de contactos com organizações progressistas de Portugal. Todos estes encontros com

os partidos irmãos decorreram num espírito de fraterna camaradagem e amizade

e contribuíram para o fortalecimento dos laços que mutuamente nos ligam.



O ARRENDAMENTO RURAL EM FOCO

(NA CONTRACAPA)

l'Humanité

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA FRANCÊS

O camarada Roland Leroy acaba de assumir as funções de director de «l'Humanité», órgão central do Partido Comunista Francês.

Leroy, que é um dos deputados de maior prestígio em França, era anteriormente responsável pelos contactos do PCF com o sector intelectual do Partido. O camarada Étienne Fajon, que durante os últimos anos dirigiu o grande diário, foi incumbido de uma importante tarefa no sector educacional do PCF.

O «Avante!» saúda calorosamente «l'Humanité» e o camarada Leroy, desejando ao órgão central do Partido irmão e ao seu novo director, os maiores êxitos.

Avante!

PÁGINA 2

A melhoria da situação económica passa pela luta antimonopolista

Portugal não é uma colónia dos Estados Unidos

A melhoria da situação económica passa pela luta antimonopolista

NÃO é próspera a situação económica portuguesa actual nem são brilhantes as suas perspectivas imediatas a curto e a médio prazos. Sobre os portugueses, em especial sobre o povo trabalhador de Portugal, não pesa somente a herança de um país escravizado, economicamente doente, afectado pelos gravíssimos problemas engendrados pela política antinacional do regime anterior. Pesa também a necessidade inadiável de encontrar para tais problemas soluções adequadas e em condições internas e exteriores muito difíceis e complexas.

Externamente, a economia portuguesa enquadra-se numa conjuntura internacional que se caracteriza por novos agravamentos da crise geral do sistema capitalista. A economia do mundo capitalista debate-se com uma inflação generalizada a taxas elevadíssimas, facto que agrava as condições de vida das classes laboriosas, provocando o desemprego em massa, para além de todos os níveis do passado, designadamente no principal país capitalista do mundo — os Estados Unidos.

Dado o estado de dependência do exterior da nossa economia, esta crise reflecte-se de maneira sensível em Portugal e enxerta-se na sua própria crise interna agravando-a excepcionalmente. Num país cujo abastecimento depende em grande escala, tradicionalmente, do mercado externo, o aumento excepcional dos preços de matérias-primas essenciais e de alguns produtos de largo consumo de que somos deficitários, não pode deixar de afectar duramente a economia e a vida diária dos portugueses.

Internamente, Portugal vive a hora da transição do fascismo para a democracia, a do fim das guerras coloniais e do colonialismo, a da reconversão de toda uma forma de vida caracterizada pela opressão e a exploração fascistas, para uma outra que abre ao nosso povo mais promissores destinos.

Esta necessária transformação da vida nacional depara não somente com os obstáculos de uma dada situação objectiva como se choca com a resistência desesperada dos elementos mais reacçãoários, ainda solidamente instalados na sociedade portuguesa, entre os quais pululam os saudosistas do antigo regime. Das fortes posições que ainda ocupa, de onde se esforça por agravar os males congénitos da economia nacional, a reacção não desiste dos seus intentos de restaurar de novo o fascismo em Portugal.

Embora os sofrimentos de quase meio século de domínio fascista estejam ainda vivos na memória do nosso povo, convém recordar que o fascismo não é uma forma de dominação da burguesia como outra qualquer. Só assim se compreenderá como e donde pode actuar ainda hoje contra o processo de democratização nacional.

O fascismo — ditadura terrorista aberta dos elementos mais reacçãoários do capital financeiro — confirmou largamente entre nós a sua essência de classe como instrumento dos monopólios.

De facto, durante os seus quase 50 anos de existência em Portugal, o estado fascista foi um instrumento dócil nas mãos dos monopólios para lhes assegurar o máximo lucro através da máxima exploração do povo. Representantes directos do grande capital bancário, industrial e agrário, ou os seus serventuários mais bem pagos, salta-

vam frequentemente dos conselhos de administração para os ministérios e a eles regressavam de novo — «das pastas para as pastas e vice-versa» — como se dizia na conhecida metáfora popular.

Sob a sua direcção a economia do País foi deformada no sentido dos interesses privilegiados de uma minoria de monopolistas portugueses e estrangeiros.

Outros tentáculos do estado monopolista chegavam mais longe. Nas colónias portuguesas o roubo organizado das principais riquezas coloniais — os diamantes, o petróleo, o ferro — e a expoliação dos recursos mais rendosos da economia colonial determinaram o custeio de uma injusta guerra colonial em três frentes, um verdadeiro sorvedouro de vidas e bens que esgotou a Nação portuguesa e ensanguentou as terras de Angola, Guiné e Moçambique.

Os principais sacrificados desta política colonial fascista foram, como é óbvio, os povos das colónias portuguesas e as classes laboriosas de Portugal.

Foi contra esta armadura de classe que teve de embater o movimento militar triunfante de 25 de Abril.

O derrubamento do regime fascista, se significou a perda do poder político pela burguesia monopolista, deixou contudo intacto o seu poder económico.

Desalojados das cadeiras do poder, derrotados nas suas tentativas de reconquista das posições perdidas, é principalmente através dos mecanismos económicos e financeiros, que controlam, que os inimigos da democracia procuram empenhar o processo democrático em curso. Esta é uma realidade que é preciso não perder de vista quando se pretende determinar a origem e a natureza das dificuldades económicas do País e se tem de encetar medidas práticas para as superar.

No plano financeiro acumulam-se os factores de crise. A uma taxa de inflação que deve roçar pelos 30 por cento vêm juntar-se outros factores que acentuam a desvalorização da moeda, rarefazem as reservas monetárias e os meios de pagamento, enfraquecem a liquidez dos bancos e provocam uma grande instabilidade nos preços e nos salários. A sabotagem dos investimentos pelo sistema bancário, em cujos corpos gerentes se alojam ainda cerca de 30 ex-ministros fascistas, o desvio da poupança dos emigrantes portugueses para fora do País, directamente encorajado nos países de migração por representantes da banca portuguesa no estrangeiro, a fuga de capitais organizada nas formas mais sofisticadas com a complicitade dos bancos e de certos monopólios estrangeiros com interesses em Portugal, são aspectos dos mais gritantes das manobras inamistosas para com o novo regime estabelecido no País da parte dos círculos monopolistas mais reacçãoários.

Ao mesmo tempo o erário público está a ser submetido a encargos a curto prazo incomportáveis. É o caso das despesas com a estadia de tropas nos territórios coloniais ou já libertados do colonialismo português e com os programas de auxílio aos novos países. O povo português tem responsabilidades morais na ajuda aos seus irmãos das ex-colónias portuguesas e desejaria cumprilas mas não tem dinheiro. O dilema é: ou a comunidade internacional põe em prática esquemas de auxílio imediato aos povos das ex-colónias portuguesas, ou Portugal ficará exangue dos seus fugitivos recursos financeiros no caso

de continuar a despender com esse objectivo consideráveis somas de dinheiro. Neste aspecto a sabotagem dos elementos colonial-fascistas reveste a forma de provocações armadas em Angola, Cabinda e Moçambique, não só para impedir o processo de descolonização, como para criarem tumores de fixação nas antigas colónias e obrigarem assim a um fluxo financeiro ruinoso para o País.

No comércio externo, as reduções de produção motivadas pelo encerramento de fábricas e a sabotagem económica dos grandes agrários através da destruição das colheitas e da redução ou mesmo ausência de sementeiras, do abate forçado de gados, mesmo de gado leiteiro, está provocando o aumento do recurso à importação de produtos essenciais de largo consumo. Igualmente a não fabricação de certos perfis pela Siderurgia Nacional, nomeadamente da cantoneira de pequenas dimensões, muito utilizada nas construções metálicas e na construção civil, está a obrigar à utilização do ferro estrangeiro em escala considerável. Tudo isto está agravando a números jamais atingidos o «déficit» da balança comercial, enquanto que as reduções das remessas dos emigrantes agrava o da balança de pagamentos.

A luta pelo revigoramento da economia nacional passa cada vez mais pela luta contra os monopólios, pela luta pela supressão do «controlo» monopolista da nossa economia. Ao nível do Governo, medidas cada vez mais energéticas não podem deixar de ser promulgadas, para desbloquear os circuitos económicos e libertá-los da pressão e da sabotagem dos círculos mais reacçãoários do capital financeiro.

As recentes medidas de fiscalização da banca comercial através de fiscais oriundos do Banco de Portugal é uma medida útil nesse sentido, mas outras impõem-se ser encaradas nos domínios da indústria e da agricultura, nesta obrigando os grandes agrários a cultivarem as terras ou estabelecendo formas compulsivas para o cultivo se a isso se recusarem, atirando à exploração das propriedades incultas a massa dos proletários agrícolas e dos camponeses pobres.

Tais medidas ou outras que a situação venha a impor inscrevem-se na estratégia antimonopolista prescrita no Programa do MFA, adoptado pelo Governo Provisório e pelas forças da coligação governamental.

A luta contra os monopólios, a limitação dos seus poderes e «controlo» na economia nacional é uma tarefa política das mais importantes das massas populares, das forças democráticas e do MFA.

Não se pode pensar em arrancar a economia portuguesa da crise em que se debate sem libertá-la das garras dos monopólios. Dias difíceis esperam ainda o nosso povo e duros sacrificios são talvez inevitáveis. É preciso, porém, que a carga principal dos sacrificios mude de ombros; que pague mais quem mais pode, e que a necessária melhoria da situação económica portuguesa não se realize fundamentalmente à custa das classes mais desfavorecidas. É uma política que exige uma luta em formas novas, em estreita associação com todas as forças interessadas na elevação do bem-estar do povo. E à frente dessa luta tem de estar a CIA que operaria com a sua consequência política e com a sua unidade indestrutível.



Os Estados Unidos são um país moralista. É uma tradição que vem do tempo dos pioneiros. Têm um moralismo para uso próprio e um outro tipo de moralismo para uso externo. Gostariam que a Humanidade inteira se ajustasse, como um grande rebanho, aos moldes por eles concebidos para uma sociedade planetária disposta a adoptar os valores do «american way of life».

Um mundo em que reinasse a ordem americana seria para os Estados Unidos um mundo perfeito. Essa ambição, que assenta sobre uma visão hierárquica das nações e dos homens, levou os Estados Unidos, nas últimas décadas, a uma série de intervenções militares em todos os continentes que provocaram terríveis destruições e milhões de mortos e custaram centenas de biliões de dólares. O povo americano condenou os governantes que o envolveram nessas aventuras criminosas e tem manifestado o seu desejo de paz das formas mais diversas.

É um povo que merece o nosso respeito e que, pelo seu trabalho, pelas suas qualidades, vem contribuindo para o progresso da Humanidade. É também um povo vocacionalmente pacífico que não pode ser responsabilizado pelos sofrimentos que, em seu nome, gover os inspirados por uma política imperialista infligiram a pequenas nações que não estão dispostas a abdicar do direito de escolher o seu caminho de construir livremente um futuro próprio. Não devemos esquecer que o reconhecimento pelos Estados Unidos da inevitabilidade de uma política orientada para a coexistência pacífica entre todos os Estados foi em grande parte o resultado das pressões da própria opinião pública norte-americana cansada de guerras e intervenções directas ou indirectas nos assuntos internos de outros países.

Houve mudanças positivas na estratégia norte-americana. A linguagem «as formas de actuação dos Estados Unidos no mundo não são hoje as mesmas dos tempos de Truman, de Eisenhower, de Johnson. Mas seria uma ingenuidade acreditarmos que os dirigentes da grande república anglo-saxónica renunciaram de vez à pretensão de imporem, através de outras táticas, as suas soluções a países que se localizam em áreas geográficas que constituem aquilo que julgam ser uma zona de influência exclusiva do capitalismo monopolista, unificado sob a «sua égide».

Portugal é um desses países. Durante quase meio século, os Estados Unidos não manifestaram preocupações quanto ao destino do Povo Português. O fascismo e as guerras coloniais nunca suscitaram a inquietação, mesmo tímida, de Washington. A Casa Branca e o departamento de Estado dispensaram sempre, pelo contrário, um tratamento privilegiado a Salazar e Caetano. A ditadura portuguesa era encarada como «um regime estável» e «um aliado seguro».

As preocupações nasceram com o 25 de Abril. A leitura da imprensa americana é suficiente para nos dar a medida da súbita inquietação dos governantes e das grandes empresas multinacionais dos Estados

Unidos quanto à sorte da democracia em Portugal. Os temas portugueses ganharam nos grandes jornais e revistas americanos um espaço a que nunca haviam tido direito. Infelizmente, embora haja nos Estados Unidos excelentes jornalistas, os acontecimentos de Portugal são, com raras excepções, sistematicamente deturpados. Para os analistas de Nova Dade portuguesa desvaneceram-se a partir do 28 de Setembro com a York e Washington, as esperanças de uma evolução democrática da sociedade portuguesa desvaneceram-se a partir do 28 de Setembro com a derrota daquilo que definem como o inofensivo «rally» da maioria silenciosa. Os ataques aos oficiais do MFA tornaram-se rotineiros. O Primeiro-Ministro português e os seus colaboradores militares mais destacados recebem dos editorialistas da grande imprensa um tratamento destinado a apresentá-los como inimigos da democracia e elementos «totalitários» dispostos a implantar no país «uma ditadura marxista». Por trás de todas essas críticas transparece a mentalidade de «caça às felicidades», inseparável do anticomunismo irracional e mórbido do americano da «classe média».

Essa campanha antiportuguesa da imprensa reacçãoária não é, porém, nos Estados Unidos um fenómeno isolado. Encontra um eco profundo nas altas esferas da Administração e, inversamente, parece reflectir a linha geral da política portuguesa do Departamento de Estado.

Numa das suas últimas edições, o «Washington Post» publicou um artigo que, pelos conceitos nele emitidos e pela natureza do tema, coloca para os portugueses interrogações importantes e justifica alguns comentários. Segundo o influente diário, o secretário de Estado Henry Kissinger teria enviado a Portugal um missão de peritos da sua confiança para fazer uma avaliação do quadro político. Entre eles figurariam elementos da CIA Kissinger teria agido dessa forma por não confiar nas informações do embaixador Nash Scott que acaba de ser substituído. Na opinião desse diplomata, o Partido Comunista Português não desenvolve uma estratégia orientada para a tomada do Poder em prazo previsível, contrariamente a uma ideia muito generalizada nos EUA. Nessas condições, um passo em falso do Governo de Washington — ou, em outras palavras uma política de agressividade contra Portugal — poderia ter consequências muito negativas.

Alinda segundo o «Washington Post» os enviados de Nixon teriam chegado a uma conclusão idêntica à do embaixador Nash Scott, considerando totalmente fantasista a tese de que Portugal se estaria encaminhando rapidamente para «um regime comunista». Os boatos sobre o apoio que a União Soviética estaria prestando à imaginária marcha para uma ditadura marxista (o rigor terminológico nunca foi em política o forte dos americanos) teriam também sido desmentidos.

Desconhecemos o fundamento das informações divulgadas pelo «Washington Post» Embora se trate de um jornal muito ligado ao Departamento de Estado, somos por princípio contrários a especulações. Ignora-

mos se o secretário de Estado Henry Kissinger enviou ou não a Portugal homens da sua confiança para averiguar se a famosa teoria do domínio («comunização» dos países por contágio) poderia vir a ser confirmada historicamente em Portugal.

De qualquer forma, o editorial do «Washington Post» pela própria naturalidade com que relata iniciativas que, a serem verdadeiras, teriam o significado de uma ingerência inadmissível nos assuntos internos portugueses, constitui uma afronta ao nosso País. Por outro lado, é preocupante o facto de que a CIA — por conta própria ou cumprindo uma missão oficial — venha manifestando um interesse tão absorvente por Portugal. O general Vernon Walters, um dos mais destacados dirigentes da organização, já nos visitou duas vezes como turista desde o 25 de Abril. Para fazer o quê?

O general Costa Gomes, durante a sua recente visita a Nova Iorque, avistou-se com o presidente Gerald Ford. Como presidente da República Portuguesa, como representante do Povo Português, discutiu com o chefe do Governo dos Estados Unidos problemas que são do interesse comum de ambos os países. O comunicado conjunto então distribuído confirmou que o diálogo se travou dentro dos princípios do respeito mútuo pelas respectivas soberanias e da não ingerência nos assuntos internos de cada país. É nesse plano que as relações entre os Estados Unidos e Portugal se devem desenvolver. Fora dele não há diálogo possível entre nações soberanas. Portugal não é uma colónia dos Estados Unidos. É aos portugueses que compete decidir tudo o que se relaciona com o futuro do país e com a construção da democracia.

Quanto a nós, comunistas, dispensamos o interesse doentio com que a imprensa americana acompanha a vida do nosso Partido; debruçando-se sobre ela para a deturpar grosseiramente. A política do PCP foi definida com clareza durante o VII Congresso Extraordinário. Está no seu programa, está na Plataforma de Emergência, reflecte-se com limpidez no compromisso de todos os comunistas portugueses. Repudiamos as intrigas da imprensa americana, repudiamos as calúnias que atingem o MFA e o Povo Português, repudiamos as arrogantes pretensões daqueles que se julgam no direito de nos impor a sua tutela — a tutela do imperialismo. Não é ao «Washington Post» nem à CIA que cabe decidir o que Portugal deve ou não fazer, o que o nosso povo pode ou não fazer.

Dos Estados Unidos preferimos guardar outra imagem. Aquele que não parece exprimir outros sentimentos do povo americano em relação a Portugal e que pode sintetizar-se na frase do senador Edward Kennedy: «E se nos esperanças de que as eleições do próximo ano sejam uma expressão verdadeira e justa da vontade do Povo Português, que elas tragam uma Constituição e um Governo capazes de irem ao encontro das necessidades e exigências da nação portuguesa.»

Portugal não é uma colónia dos Estados Unidos

HÁ QUE FAZER CHEGAR A VOZ DO PCP A TODOS OS LOCAIS DE TRABALHO

—salientou em Viseu o camarada Sérgio Vilarigues

Todos aqueles que aspiram a uma verdadeira democracia, à liberdade, ao progresso e bem-estar, devem estar vigilantes. A vigilância revolucionária sobre os reaccionários que se escondem na sombra, é tão necessária como o pão para a boca. Digo isto, como o pão para a boca, porque é a própria vida do nosso povo laborioso que está ameaçada e que é preciso defender com coragem e determinação.

Estas palavras foram proferidas pelo camarada Sérgio Vilarigues, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do nosso Partido, no decorrer da sua intervenção no comício realizado no dia 16, em Viseu, e a que assistiram cerca de 3500 pessoas. A mesa, presidida por António Bica, era constituída por representantes das comissões concelhias de Viseu, Mortágua, Nelas, Mangualde, Castro Daire, Lamego, Moimenta, Carregal do Sal, Vouzela, etc., e representantes de organizações de empresas do distrito, estando também representados o Partido Socialista e o MDP, que endereçaram saudações ao nosso Partido e fizeram apelos para o reforço da unidade.

Interviu no comício um membro da comissão concelhia de Viseu do nosso Partido, que abordou, nomeadamente, problemas de unidade sindical e dos trabalhadores da região, assim como desmascarou as várias

formas que a reacção está a tomar no distrito. Em nome da DORB falou Carlos Luís Figueira, que se referiu à proclamação aprovada no VII Congresso do nosso Partido, e António Bica, que abordou problemas do médio e pequeno campesiñado.

No final houve uma sessão de Canto Livre, em que intervieram Luísa Basto e Samuel.

Ofensiva reaccionária

No seu importante discurso, o camarada Sérgio Vilarigues começou por fazer uma breve história dos acontecimentos verificados depois do 25 de Abril, nomeadamente as diversas tentativas para impedir ou criar dificuldades ao desenvolvimento do processo de democratização, as quais não surtiriam efeito devido à forte determinação das massas populares, em estreita aliança com o Movimento das Forças Armadas.

Acentuou, entretanto, que os perigos de uma ofensiva reaccionária estão longe de ter desaparecido, impondo-se, portanto, a continuação da vigilância e a prontidão da denúncia de todas as actividades suspeitas.

Depois de se referir à posição do nosso Partido quanto à batalha pela democracia, a desenvolver tanto no plano político como no económico, Sérgio Vilarigues abordou alguns

problemas concretos da realidade nacional, e a incidência na região de Viseu, acentuando:

No nosso distrito, como, aliás, um pouco por todo o lado, o patronato reaccionário e fascista faz despedimentos, ameaça com o encerramento de empresas, não cumpre os contratos colectivos, actua de maneira descarada e aberta para criar a desconfiança dos trabalhadores nas forças democráticas e no Governo Provisório.

Esta actuação conspiratória contra a ordem democrática estabelecida após o 25 de Abril e contra a economia nacional exige a organização de uma resposta adequada e pronta da parte das massas trabalhadoras do distrito. As organizações do nosso Partido e aos activistas sindicais cabe a tarefa urgente de ajudarem a orientar e a desenvolver a acção.

Resposta política

Os problemas dos sindicatos e dos bairros foram os temas seguidamente abordados por Sérgio Vilarigues, que mais adiante acrescentaria, depois de salientar alguns factos relativos à ofensiva reaccionária na região:

Camaradas e amigos: Há que exigir justiça para tais assaltos e o rápido saneamento a todos os níveis da administração local, assim como

das forças policiais militarizadas, do ensino, da magistratura.

Por outro lado, a situação que se vive no nosso distrito exige uma resposta pronta das organizações do Partido a nível político, isto é, a organização de uma grande campanha de esclarecimento político junto das populações.

Esta resposta política exige, é certo, dos comunistas muita coragem, muita paciência, muita perseverança. Há que enfrentar e vencer todas as dificuldades postas pela propaganda e acção reaccionárias. Há que fazer chegar a voz do Partido a todos os locais de trabalho, a todos os lares. Há que esclarecer, de viva voz, as massas laboriosas da região sobre as posições, soluções e objectivos do Partido do Proletariado de maneira que cada um, e todos, se convençam da sua justiça, para baterem uma reacção no seu próprio terreno, desmascarando-a e desvendando com factos concretos as suas manobras e objectivos criminosos contra o povo.

A influência política do Partido e o seu crescimento orgânico só podem ser ganhos na actuação prática dos seus membros em defesa dos interesses dos trabalhadores, das massas populares e do País, isto é, aplicando de maneira criadora a linha política do Partido.

Quem são os defensores da liberdade?

E Sérgio Vilarigues terminou com as seguintes palavras:

Por meio de declarações verbais e pela propaganda escrita, representantes de alguns partidos políticos apresentam-se como vigorosos combatentes contra o que chamam regimes totalitários e toda a espécie de ditaduras porque, proclamam com brufão, só em liberdade se constrói a democracia e o socialismo. Seria uma posição de princípios respeitável se não fosse tardia e não fossem errados os alvos que procuram atingir. Com efeito, os ataques destes inflamados defensores da liberdade vão contra aqueles que no nosso País sempre lutaram contra a tirania fascista, pela liberdade, vão contra os países socialistas onde se pratica a mais larga democracia.

Se assim não é, ficaremos contentes que, justificadamente, nos desmintam. Dizemos: que a sua propugnação é, pelo menos, tardia, pois nada aparece a comprovar uma intransigente actuação por eles exercida no tempo em que os comunistas e outros democratas consequentes, as massas populares desfrutavam, num combate de vida ou de morte, um regime fascista-terrorista, como foi a ditadura de Salazar-Caetano.

É verdade, camaradas e amigos, que em liberdade se constrói a democracia. Mas é mais verdade, ainda, dizer-se que a liberdade política foi conquistada através de duros combates durante a longa noite fascista de 48 anos, por muitos daqueles, digo muitos daqueles, porque muitos ficaram pelo caminho, que hoje têm por preocupação máxima defender todos as conquistas democráticas alcançadas, arrancar todas as raízes que restam ao fascismo, levar sempre adiante o processo de democratização de toda a vida nacional, terminar com a descolonização em África no mais curto espaço de tempo, construir um Portugal verdadeiramente democrático e progressivo onde todos os portugueses possam dispor de pão necessário para a boca sem necessidade de terem de abandonar as suas terras e famílias.

DURANTE MAIS DE UMA HORA CARLOS BRITO DIALOGOU COM OS TRABALHADORES DE ALENQUER

Com a ampla sala do Alenquer-Cine, totalmente ocupada, decorreu, em ambiente de grande alegria e vibração, a primeira sessão do nosso Partido em Alenquer, realizada no passado dia 15.

O primeiro momento de grande entusiasmo ocorreu com a entrada em grupo na sala de dezenas e dezenas de camponeses e operários de Abrigada, Agitando no ar lençóis vermelhos e o símbolo do Partido e entoando em coro o «Avante, Camaradas», os camaradas de Abrigada mostraram, mais uma vez, a sua grande dedicação ao Partido.

Abriu a sessão o camarada Manuel António de Matos, da Comissão Concelhia de Alenquer, que em nome da mesma saudou toda a assistência, o MJT, MDP/CDE e Partido Socialista, ali representados, e também os militantes locais do Partido entusiasticamente já tombados. Após a apresentação da mesa, Manuel António de Matos deu a palavra ao camarada Félix, operário da célula de Abrigada, o qual, em vibrante intervenção, recordou algumas lutas orientadas pelo Partido, para a unidade e organização de todos os trabalhadores e terminou afirmando: «Acusam-nos de queremos roubar as terras, as casas, os filhos e até a liberdade ao povo... mas, como se justifica que só os elementos do Comité Central do nosso Partido tenham cumprido mais de 300 anos de prisão? Com certeza, que se fosse por roubar e explorar o nosso povo, esse tempo tê-lo-iam passado a administrar Ministérios e Empresas, porque esse foi sempre o lugar dos ladrões exploradores do povo durante os 48 anos de fascismo.»

De seguida falou José Manuel Miranda, da DORB, o qual, reconhecendo tratar-se de Alenquer de um concelho essencialmente agrícola, abordou vários problemas da agricultura e alertou as populações do campo para o facto de «as forças reaccionárias procurarem confundir os camponeses, dizendo que o PCP lhes tirará as terras, para a esfera dos seus interesses aqueles que maior interesse têm em lutar pela reforma agrária.»

Seguiu-se no uso da palavra o camarada Manuel Fernandes, do Comité Regional dos Concelhos Norte de Lisboa. Após recordar as jornadas de luta realizadas aqui também em Alenquer, acerca de um ano, quando da última farsa eleitoral fascista, Manuel Fernandes referiu-se às liberdades já alcançadas depois do 25 de Abril, a certos entes no processo democrático em curso ocasionados pela acção provocatória de grupos esquerdistas pseudo-revolucionários e às conspirações da reacção pedindo para esta o máximo da vigilância popular.

Por último, vibrantemente aplaudido, falou o camarada Carlos Brito, da Comissão Política do CC do nosso Partido, o qual iniciou a sua intervenção referindo-se às medidas para a agricultura preconizadas na plataforma de emergência aprovada no nos-

so VII Congresso lembrando que «a vida económica do País depende ainda muito do que de bom ou de mau acontece na agricultura». Em seguida alertou a população quanto à onda de boatos ultimamente lançados pela reacção no sentido de desmobilizar a vigilância popular e, ainda, quanto à necessidade de se prosseguir ao saneamento das instituições nacionais. Por último, Carlos Brito apelou para o reforço da unidade com todas as forças de-

A CAMPANHA ANTICOMUNISTA DENUNCIADA NUM DOCUMENTO DA C. CONCELHIA DE BRAGANÇA

A Comissão Concelhia de Bragança do nosso partido divulgou um documento sobre o recente recrutamento na região da campanha reaccionária, a qual, como já no tempo do fascismo, utiliza principalmente a teia do anticomunismo. Afirma o documento, nomeadamente no que se refere à actuação de alguns membros do clero: «Nunca como agora assistimos a tão descarados comícios dominicais, em que o clero reaccionário põe em evidência todo o seu arsenal de calúnias que visam não só o PCP mas também o MFA, o Governo Provisório, a democracia.

Esta campanha clerical, pela sua amplitude e pela sua virulência demonstra, inequivocamente, uma total identificação com os objectivos reaccionários, e um comprometimento da hierarquia, bem caracterizada por públicas orações pedindo a intervenção divina, contra os comunistas.

Não podemos admitir que os princípios cristãos e a função evangélica sejam substituídos por uma prática reaccionária e fascizante. Urge a intervenção das autoridades e das forças democráticas, sempre que tais práticas tenham lugar pois não se pode permitir que a província seja a gangrena do processo democrático em curso.

Não é por acaso que partidos ditos do centro, mas reconhecidamente de direita, com profundas ligações ao capitalismo monopolista nacional e estrangeiro, cuja única base programática é o anticomunismo, estejam a assessorar as suas baterias na nossa região.

O seu anticomunismo é ajudado por desconhecidos «passantes», que, previamente, em sessões ditas de «esclarecimento», lançam sobre as pouco esclarecidas populações das nossas aldeias o terror e a incerteza.

O início de acções de banditismo, até agora pouco frequentes na nossa região, integram-se, também, no contexto da actuação reaccionária que, desesperadamente, procura recuperar na província os trunfos que o 28 de Setembro lhe arrancou.

A Comissão Concelhia de Bragança do Partido Comu-

nista Português alerta todos os seus militantes e simpatizantes, assim como todas as forças democráticas, para um redobrar de vigilância revolucionária e alerta as autoridades e o MFA para os perigos decorrentes da liberdade de acção que está a ser dada a notórios fascistas, disfarçados e protegidos agora por siglas «democráticas».

Unidos e vigilantes cortaremos as garras à reacção!



SESSÕES E COMÍCIOS

- HOJE — LISBOA (Campo de Ourique) — Sessão de Esclarecimento às 21 horas, na Sociedade Recreativa Fonte-Santense (Campo de Ourique);
- LISBOA (Olivais) — Sessão de Esclarecimento às 21 e 30, na Sociedade Filarmónica União Capricho;
- LOURES — Sessão de Esclarecimento às 21 horas — para os funcionários da Câmara Municipal;
- AGUALVA (Cacém) — Sessão de Esclarecimento às 21 e 30, no Salão dos Bombeiros Voluntários;
- SOEIA (Barcelena) — Sessão de Esclarecimento às 21 horas, na Escola para os operários da Robbialac;
- ALFERRAGIDE — Sessão de Esclarecimento às 21 e 30, no Salão do Seminário;
- CRUZ QUEBRADA — Sessão de Esclarecimento às 21 e 30, na Sociedade Cruz-Quebradense;
- AMADORA — Sessão de Esclarecimento às 19 horas, para os operários das Indústrias Pereira e Brito;
- PAREDE — Na escola, perto do Centro, às 21 e 30;
- AMANHÃ — S. JOÃO DA TALHA — Sessão de Esclarecimento para os trabalhadores da Robbialac, às 21 horas;
- SESIMBRA — Sessão de Esclarecimento, às 21 horas;
- BELAS — Sessão de Esclarecimento, às 21 e 30, no Salão dos Bombeiros;
- ALTER DO CHÃO — Comício às 21 horas, na Casa do Povo;
- VILA REAL DE SANTO ANTONIO — Sessão de Esclarecimento;
- SACAVÉM — Sessão de Esclarecimento às 16 horas, organizado pela célula do PCP da FIMA;
- AMADORA — Sessão de Esclarecimento às 21 horas, no Clube Recreativo do Bairro Janeiro;
- S. JULIÃO DO TOJAL — Comício às 21 horas, na Sociedade Recreativa;
- PONTINHA — Sessão de Esclarecimento às 21 horas, na Escola Agrícola da Paiz;
- LISBOA (Olivais) — Sessão de Esclarecimento às 21 e 30, no Grupo Musical «Os Pobrezninhos»;
- ALVIDE — Sessão Cultural às 21, na Sociedade Musical;
- BRAGA — Sessão de esclarecimento em Vila Verde, às 15, e em Pevidem e Vieira do Minho, às 21 e 30;
- DOMINGO — MELIDES — Sessão de Esclarecimento às 21 e 30;
- VENDAS NOVAS — Sessão de Esclarecimento às 15 horas, no Cinema local;
- OLHÃO — Sessão de Esclarecimento;
- CASTELO BRANCO — Sessão de Esclarecimento às 21 horas, na Casa do Povo de Idanha-a-Nova;
- SEGUNDA-FEIRA — LISBOA — Sessão de Esclarecimento para os trabalhadores do Hospital João de Matos, às 21 e 30, no Anfiteatro do Hospital.

res à procura dela em terra alheia! — Onde todos os portugueses e portugueses sintam que Portugal é de facto seu!

Viva a liberdade!
Viva a classe operária, os trabalhadores e os democratas do distrito de Viseu!
Viva o Partido Comunista Português!



Durante alguns dias esteve no nosso país a camarada Martine Monod, jornalista de «L'Humanité» e conhecida repórter internacional, autora do livro «Duas ou Três Coisas que Eu Conheço da URSS». Martine Monod esteve na redacção do «Avante!», tendo a visita sido pretexto para uma fraternal e proveitosa troca de impressões e experiências.

O PROBLEMA DO SANEAMENTO ABORDADO NO COMÍCIO DE LEIRIA PELO CAMARADA PIRES JORGE

A nota mais saliente do grande comício realizado no passado dia 16, em Leiria, com a presença destacada de uma larga representação agrária, foi o importante discurso pronunciado pelo camarada Pires Jorge, do Comité Central do nosso Partido, o qual traçou as grandes linhas de orientação do PCP e se referiu a alguns problemas da actualidade, nomeadamente o saneamento.

Pires Jorge classificou a timidez no saneamento como um entrave ao desenvolvimento do processo democrático nacional, acentuando:

Enquanto este saneamento não for feito, a começar pelos indivíduos que ocupam cargos importantes, sejam políticos, sejam económicos ou diplomáticos, ser-nos-ão levantadas dificuldades à realização, agora, do Programa das F. A. e do Governo Provisório e mais tarde à realização das tarefas marcadas pelo Governo saído da Assembleia Constituinte.

Sucedendo ainda que o não saneamento do aparelho de Estado signifique termos no próprio seio, inimigos da Democracia, ou, para ser mais concreto, agentes do inimigo. O não haver o devido saneamento lá onde for necessário, pode até ter consequências no voto dos emigrantes nas próximas eleições para a Assembleia Constituinte.

Segundo parece, o voto será efectuado nos consulados e, como se sabe, não foi ali realizado um verdadeiro saneamento. Salvo uma ou outra excepção, continuam a ocupar os mesmos cargos funcionários que no tempo do fascismo eram grosseiros para com os emigrantes, tratando-os como gado.

Será neste mesmo ambiente que os emigrantes irão votar? Que confiança podem eles ter na seriedade de um pessoal por eles considerado como gente que serviu o fascismo e que ainda há pouco lhes diziam à boca calada para não enviarem as suas economias para o País?

Este exemplo gritante bem mostra a necessidade de um rápido e verdadeiro saneamento nas embaixadas e nos consulados, o que até agora não tem sido feito.

A situação política mudou, mas lá fora, nos serviços ligados ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, o pessoal continua a ser o mesmo, salvo algumas excepções. É, pois, evidente, que estes serviços precisam de ser depurados dos fascistas e dos seus fiéis servidores. A admissão de pessoal deverá ser apenas o exigir competência profissional e ter reconhecidas convicções democráticas, independentemente da sua filiação partidária.

Só esta medida dará confiança aos emigrantes e fará com que cada um deles se sinta à vontade nas embaixadas ou nos consulados.

O saneamento significa retirar cargos aos inimigos da democracia e desmantelar possíveis planos da reacção. É a reacção conspira, prepara novos golpes, nevas intentenas e faz tudo o que

está ao seu alcance para semear a desconfiança, e mal-estar e a inquietação.

BREVES NOTÍCIAS

- Intensifica-se a actividade nos Centros de Trabalho do nosso partido, enquanto outros são criados, como é o caso do de Sesimbra, situado na Rua Dr. Manuel de Arraújo, n.º 8. Um dos centros que têm desenvolvido maior actividade é o de Póvoa de Santa Iria, com a promoção de reuniões a diversos níveis, iniciativas culturais e de confraternização, etc.
- Realizou-se na sede do Centro de Trabalho da Figueira da Foz um magusto-convívio que serviu para mais uma jornada de confraternização. Em ambiente de fraterna amizade, largas dezenas de comunistas, na sua maioria membros de organizações de base, emprestaram à sede uma vivacidade e alegria bem própria dos quadros comunistas.
- Intensa actividade se vem a registar, desde o VII Congresso, nas células de empresa do concelho da Figueira da Foz. A par da difusão de propaganda e angariação de fundos, actividades que têm vindo a mobilizar um bom número de militantes, várias sessões de esclarecimento destinadas a operários ainda sem filiação partidária e colóquios entre os diversos quadros têm decorrido regularmente e com pleno êxito.
- Vila Verde, que nos tempos do fascismo terá sido a verdadeira aldeia vermelha do concelho da Figueira da Foz, prepara-se para receber, no próximo fim-de-semana, um grupo de artistas comunistas. Pelo invulgar interesse que a iniciativa está a despertar tudo leva a crer que no amplo salão de festas do clube vilaverdense ir-se-á registar um dos maiores êxitos de sempre. A seguir ao espectáculo será inaugurado, como já informámos, o Centro de Trabalho do PCP em Vila Verde.
- Também a NOITE VERMELHA do dia 24, a realizar na Figueira, está a ser aguardada com interesse e expectativa crescentes. Células e outras organizações de base apostam-se para fazer dessa noite uma recordação inolvidável.

A CONFERÊNCIA DE ROMA SOBRE A SITUAÇÃO DA MULHER NA EUROPA CAPITALISTA

De 15 a 17 de Novembro realizou-se, em Roma, como estava previsto, a Conferência dos Partidos Comunistas dos países capitalistas sobre a situação da mulher. Participaram nesta Conferência cerca de 60 representantes de 18 Partidos Comunistas da Europa capitalista (Áustria, Bélgica, Berlim Oeste, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha Federal da Alemanha, Grã-Bretanha, Grécia, Itália, Lu-

xemburgo, Noruega, S. Marino, Portugal, Espanha, Suécia e Suíça).

A delegação do Partido Comunista Português à esta Conferência era formada pelas camaradas Alda Nogueira, Luísa Araújo e Deolinda de Sousa.

Abriu a Conferência Dário Valeri, membro do Bureau Político do Partido Comunista Italiano, que desejou as boas-vindas aos participantes, em nome do Comité Central do Partido Comunista Italiano.

Depois de caracterizar vários aspectos da «grave crise económica e social que hoje atinge todos os países da Europa», o camarada D. Valeri afirmou a determinada altura: «Dão-nos confiança na nossa luta os sucessos alcançados pelas forças democráticas em Portugal e na Grécia, que consideramos como que um prelúdio para o derubamento do regime fascista em Espanha.»

Após as palavras de abertura do camarada Valeri, os trabalhos da Conferência começaram, tendo por tema o primeiro ponto de ordem de trabalhos: «A situação da mulher e as propostas dos Partidos Comunistas.» Sobre cada uma das alíneas deste ponto («A mulher e o trabalho», «A mulher, a maternidade e a família», e «A mulher e a legislação»), a delegação do nosso Partido apresentou intervenções, assim como sobre o segundo ponto da ordem de trabalhos que versava sobre «A participação das mulheres nas lutas, na vida social e política e a contribuição dos Partidos Comunistas para o desenvolvimento da união e da acção comum das mulheres.»

Durante os trabalhos da Conferência realizou-se um encontro da delegação do Partido Comunista Português com os repre-

sentantes de uma Secção da Federação Comunista Romana do Partido Comunista Italiano. O encontro decorreu num ambiente de fraterna e calorosa amizade, tendo os camaradas portugueses respondido a perguntas colocadas pela assistência à sessão que, então, teve lugar na referida Secção.

No Teatro Adriano, em Roma, realizou-se um grande comício, com milhares de participantes, presidido pela camarada Adriana Seroni, da direcção do Partido Comunista Italiano, onde se falaram o camarada Enrico Berlinguer, secretário-geral do Partido Comunista Italiano, as camaradas Madeleine Vincent e Jean Styles, representantes, respectivamente, do Partido Comunista Francês e do Partido Comunista Inglês, e a camarada Alda Nogueira, pelo Partido Comunista Português.

De sublinhar a calorosa ovação que acolheu a presença do nosso Partido neste comício, que traduziu bem a vibração intensa com que o povo romano sente os históricos acontecimentos do 25 de Abril e do 28 de Setembro no nosso País.

No próximo número do «Avante!» daremos mais detalhes sobre este comício, assim como sobre o decorso da Conferência, durante a qual também se realizou uma conferência de Imprensa, na qual se revelou o interesse em Itália pelo que se passa no nosso País, no que se refere à situação da mulher, nomeadamente, tendo sido feitas numerosas perguntas a que a camarada Alda Nogueira respondeu.

De salientar, ainda, que durante a Conferência foram aprovados dois importantes documentos: a Declaração da Conferência e um memorando dirigido à ONU.

SESSÕES DE ESCLARECIMENTO

Organizadas pelas Comissões de Freguesia do PCP, realizaram-se a semana passada quatro sessões de esclarecimento em Carnaxide, Oeiras, Linda-a-Velha e Algés.

Nas sessões participaram os camaradas Helena Neves, Joaquim Campino, Fernando Luso Soares, Ruben de Carvalho e José Casanova.

No diálogo travado com a assistência foram debatidos os principais aspectos da situação política e económica do nosso país e apresentadas as medidas propostas na Plataforma de Emergência aprovada no Congresso Extraordinário do nosso Partido. As manobras da reacção e a necessidade de se manter e intensificar a vigilância popular; a campanha anticomunista; e o carácter reaccionário de que se reveste; aspectos da vida nos países socialistas foram outros dos assuntos debatidos com o mais vivo interesse nestas sessões de esclarecimento a que assistiram mais de 800 pessoas.

Noutros pontos do País, de norte a sul, também se verifica um crescente entusiasmo com as sessões de esclarecimento e muitas são as terras que as pedem por sua própria iniciativa.

Ultimamente o PCP, continuando na sua campanha por todo o País de esclarecer politicamente a população levou a efeito as seguintes sessões: Pombal, dia 15, na sala dos Bombeiros Voluntários; Tramagal (Ponte de Sor), dia 13; Monforte, dia 14 na Casa do Povo; Carvalhal (Figueira da Foz), junto das fábricas e na povoação; Paialvo (Tomar), dia 1; Alferrarede, dia 2; Vale de Mós (S. Facundo), dia 4; Moimenta da Beira, dia 9; Sertão, dia 10.

2.ª EDIÇÃO

NA PÁTRIA DO SOCIALISMO

(acrescido dum novo prefácio)

de Alexandre Babo Esc. 25\$00

PRELO EDITORA R. da Misericórdia, 67, 2.º-Esq. LISBOA

229 DIAS PARA DERRUBAR O FASCISMO

O MOVIMENTO DOS CAPITÃES E O 25 DE ABRIL

AVELINO RODRIGUES
CESÁRIO BORGIA
MÁRIO CARDOSO
MORÆS

CAMARADAS ITALIANOS ENTRE NÓS

PORTUGAL SABERÁ CONSOLIDAR A GRANDE VITÓRIA DO 25 DE ABRIL

-afirmou Ugo Pechioli, chefe da delegação do PCI



Aspecto da mesa que presidiu ao comício de amizade PCP - PCI

COMÍCIO DE AMIZADE NO PORTO

A visita à cidade do Porto de uma delegação do Comité Central do Partido Comunista Italiano constituiu uma verdadeira prova de internacionalismo proletário e o comício de amizade que o PCP levou a efeito na sala do Coliseu do Porto traduziu bem essa ideia através de uma grande manifestação de camaradagem dos comunistas e do povo portuense aos comunistas italianos.

também representantes do Partido Socialista, do Movimento Democrático Português, do PPD, do MJT, do MDMP e da UEC.

«Os monopólios não têm pátria»

«Em nome do DORN do PCP, quero apresentar as mais calorosas e fraternais saudações à delegação dos comunistas italianos que nos orgulhamos de hoje poder receber livremente na cidade do Porto» — começou por referir o camarada José Carlos Almeida. E a prosseguir: «Nós, comunistas, sabemos que a reacção e os monopólios não têm pátria, e que por cima da liberdade dos povos e da independência das nações, conspiram em Portugal, na Itália, no Chile, em todo o Mundo, para perpetuar o seu domínio económico e político. A solidariedade internacionalista dos operários, de que a vossa presença aqui é mais um exemplo, é hoje mais do que

português frisando que o maior resistente — o maior partidarista destes 48 anos — foi o povo dos campos e das cidades. O povo que está nesta sala, que está na rua, que ainda está de armas na mão ao sol da África (mas para defender os nossos irmãos negros), que ainda está no frio dos bairros da latitude de Paris, o orador acentuou que o Partido Comunista Português foi o partido dessa resistência organizada. Ninguém quis durante 48 anos arriscar-se, lutar, viver e morrer como os militantes do PCP. Porque ninguém se dedica mais à causa do povo do que o próprio povo. O PCP era e é a expressão fiel dos interesses da maioria dos portugueses como, na Itália, o PCI foi e continua a ser o Partido da esperança nacional. O PCP não ocupa o espaço dos cafés nem é um partido por ter dois pinéis e três hindeiras. O PCP não se lembrou que era indispensável ao País depois do 25 de Abril para beneficiar da herança de votos do cadáver fascista ou para dividir e confundir o povo em nome do povo.

No prosseguimento do seu discurso o camarada italiano frisou que dentro de um espírito internacionalista procuraria estabelecer ligações cada vez mais sólidas com os povos que se batem pela própria independência e liberdade nacional e que poderiam assim dar uma contribuição original para a solução dos problemas da Humanidade.

Depois de fazer o elogio de António Gramsci acrescentou: Hoje o braço estendido dos fascistas foi baixeado pelos punhos cerrados de milhões de portugueses. Os novos céus da Fiat deixaram de vender aviões para matar os nossos camaradas negros das colónias. Uma nova época nas relações dos dois povos está a nascer em todos os domínios. (...) A censura fascista portuguesa nunca deixou dizer que, nos tribunais especiais de Mussolini, dos 4671 condenados 4030 eram comunistas, dos 28115 anos de cadeia suportados os 23000 anos foram para os comunistas. A censura nunca deixou dizer que morreram na Itália 43000 comunistas na resistência armada contra os nazis e fascistas de Mussolini. A censura sabia que em Portugal como na Itália os comunistas eram a vanguarda da defesa do povo. Mas é preciso que estas páginas da História se recordem ainda agora para que não se esqueça uma verdade importante: os comunistas não exploram o povo e são dos raros que morrem por ele.

A vossa vitória foi um duro golpe para o imperialismo

Logo após ter usado da palavra Joaquim Felgueiras, operário metalúrgico, falou o convidado italiano, Ugo Pechioli, membro do Bureau Político e do Secretariado do PCI, que manifestou a toda a assistência a sua grande satisfação, assim como a dos seus companheiros, por se encontrarem em Portugal e na cidade do Porto, de grandes tradições na luta antifascista.

A necessidade de sérios golpes na base social do fascismo

Encerrou o comício Carlos Costa, do Comité Central do PCP, que depois de saudar a delegação italiana e agradecer publicamente a solidariedade política prestada durante os anos do fascismo fez o balanço das conquistas alcançadas em seis meses e meio de revolução democrática e nacional.

«Percebemos, perfeitamente, que estais numa fase de construção do regime democrático e que os vossos inimigos ainda têm muita força, que as forças reacçãoárias não cedem terreno com muita facilidade» — declarou Ugo Pechioli, membro do Bureau Político e do Secretariado do PCI, que, juntamente com a delegação daquele partido irmão, deu uma conferência de Imprensa na cidade do Porto. E acrescentou: «Porém, a força do movimento democrático é tal que nos dá a convicção de que Portugal consolidará a grande vitória do 25

de Abril e tomará o caminho da democracia.» «Os trabalhadores italianos estiveram ao vosso lado na luta antifascista, podem estar certos de que apoiarão a vossa batalha nesta fase de construção de um sólido regime democrático.»

«Regresso do socialismo a uma política unitária» — prosseguindo na sua troca de impressões com os representantes dos órgãos da Informação, o membro do Bureau Político, ao responder como se manifestaram em Itália as tentativas das forças reacçãoárias no sentido de converter e avanço do PCI, declarou: «Em 1947 quebrou-se a unidade antifascista que se tinha realizado durante a resistência. Comunistas e socialistas foram expulsos do Governo da unidade nacional. Durante muitos anos, até ao início dos anos 60, tivemos, em Itália, governos centristas, abertamente anticomunistas e fundados na discriminação das forças de esquerda; tentaram fazer passar uma lei eleitoral que eliminasse a presença dos comunistas no Parlamento numa base proporcional. No entanto, aumentamos a influência eleitoral do nosso Partido e criou-se uma situação tal que, no início dos anos 60, os Governos centristas foram abandonados e instaurou-se uma nova aliança entre a democracia cristã, socialistas, democratas, republicanos e socialistas, o chamado Governo de centro-esquerda. Este Governo tentou que as relações entre as forças de esquerda fossem ainda mais próximas, tentou, de princípio — medidas reformistas com o objectivo de quebrar a unidade das forças democráticas unitárias dos trabalhadores.»

«Também esta forma de Governo começou a estar em crise, os camaradas socialistas depois de uma fase de rotura, de polémica aberta conosco e de unidade com a social-democracia regressaram, nos últimos tempos, a uma política unitária com o Partido Comunista.»

«Nos últimos anos o movimento sindical operário obteve grandes conquistas. A cissão sindical de 1947, foi em larga medida superada, é, juntamente com o avanço do movimento sindical, e o reforço do PCI (quase 30 por cento de eleitores, votam comunistas), que se desenvolveu a contra-ofensiva reacçãoária, que se manifesta desde o terrorismo ao anticomunismo que nos manobras divisionistas que se desenrolam, sobretudo, no terreno sindical. É necessário dizer que os trabalhadores italianos sabem recusar estas tentativas.»

Recordando que as organizações democráticas têm força bastante para realizar tal política, o membro do Comité Central acrescentou: «Em primeiro lugar importa preservar a unidade da classe operária. Na unidade da classe operária tem o papel fundamental a unidade sindical. A este respeito queria chamar a vossa atenção para um problema da máxima importância que hoje se nos coloca. Alguns defendem que o pluralismo sindical, isto é, a existência de várias centrais sindicais, é necessária à democratização da vida sindical. Isto é absolutamente falso. A democratização da vida sindical alcança-se pelo funcionamento amplamente democrático dos sindicatos. O pluralismo sindical significa apenas a divisão e o enfraquecimento dos trabalhadores. Só quem estiver interessado na divisão e enfraquecimento da classe operária pode defender o pluralismo sindical. (...) Os trabalhadores portugueses devem exigir por todos os meios que a lei sindical que dentro em breve irá ser discutida e aprovada consagre o princípio da unidade sindical. Esta é, de momento, a questão mais importante para a unidade da classe operária.»

O segundo aspecto essencial da política de unidade e aliança é o da classe operária com os pequenos e médios agricultores. Para consolidar esta aliança é indispensável que no mais curto prazo o Ministério da Economia promulgue leis que defendam efectivamente e justos interesses destas vastas camadas populares.

O terceiro aspecto fundamental da política de unidade e aliança é a unidade no seio da coligação governamental e, acima de tudo, a unidade política dos 3 partidos democráticos mais conseqüentes: o PC, o PS, e o MDP. Pelo nosso lado faremos os maiores esforços para manter, desenvolver e consolidar esta unidade para antes, durante e depois das eleições.

O quarto e mais decisivo aspecto do sistema de alianças é a aliança das forças democráticas portuguesas com o MFA. Esta aliança tem demonstrado ser o elemento decisivo em todo o processo de democratização em curso.

No final cantou-se em uníssono a «Internacional» e o «Avante! Camaradas».

«Uma parte do saneamento resolvido pelas armas» — «É necessário ter presente que no nosso 25 de Abril de 1945, saímos de uma luta armada contra os nazis e o fascismo. Uma parte do saneamento do velho aparelho fascista foi resolvido pelas armas. Começou com a morte de Mussolini e de outros dirigentes fascistas. Numa primeira fase assistimos a uma depuração violenta. Esta depuração prosseguiu para além da libertação, foram afetados os funcionários, mais comprometidos. Contudo, houve sempre a preocupação de golpear os verdadeiros responsáveis, mesmo com a intenção de escapar os funcionários mais modestos» — respondeu Ugo Pechioli, ao falar da experiência italiana do saneamento do aparelho de Estado depois da libertação, bem como da actividade persistente dos fascistas, como sucedeu recentemente em Brécia, acrescentando:

«A partir de 1947, com a rotura da unidade antifascista, e Democracia Cristã — conseqüentemente ao que havia sido feito — reinventou elementos anteriormente saneados. Ao mesmo tempo foi iniciado um processo de perseguições e de confronto aos elementos que se haviam destacado na resistência. Muitos foram expulsos das Forças Armadas e da Polícia; muitos resistentes foram alvo de procedimentos criminais pelos actos que haviam praticado durante a resistência. Isto durou durante os anos 50. Não podemos dizer que o aparelho de Estado esteja amplamente inquinado de fascistas. Hoje, registamos com agrado que, sectores reacçãoários — tradicionalmente — como a magistratura tinham fortes componentes democráticos. Alguns magistrados italianos estão muito validamente perseguindo as manobras neofascistas; na Polícia regista-se um movimento não organizado muito positivo, que tende a defender os direitos civis.»

«Este senhor é um democrata-cristão. Foi senador pela Sicília e reencontrou na diplomacia vindo directamente para Portugal. Esta sua acção não é novidade, pois ainda no tempo do fascismo em Portugal ele escreveu artigos em jornais exaltando a guerra colonial. Ele é coerente com o seu passado.»

«Frisando que o seu país não estava bem representado em Portugal, Pechioli afirmou que um representante do PCI no Senado tinha feito uma interpelação ao Governo no sentido de averiguar a autenticidade do texto publicado e, se ele for verdadeiro para Portugal, um homem capaz de compreender a realidade democrática portuguesa e, também, de representar condignamente a democracia italiana.»

«Ao encerrar as suas referências ao nosso País, disse acreditar que Portugal poderá dar um grande contributo para o desenvolvimento das relações internacionais e garantiu que o PCP desenvolverá todos os esforços para estreitar as relações entre os dois povos.»

«Unidade com as forças socialistas, unidade com as forças democráticas e antifascistas do novo Portugal, a garantia da sua solidariedade nas batalhas que esperam o povo português na luta pela democratização do País e pela descolonização, pela realização de eleições livres e a instauração de um regime democrático escolhido pelo povo.»

«As duas delegações saudaram a independência da República da Guiné-Bissau e as vitórias alcançadas pelo povo de Moçambique e de Angola; exprimiram a sua solidariedade para com os povos em luta contra os regimes fascistas, racistas e colonialistas; expressaram a sua satisfação pelos progressos operários em relação ao desenvolvimento internacional e à segurança na Europa e manifestaram a sua vontade de contribuir para o reforço do Movimento Comunista e Operário Internacional. Manifestaram também a sua vontade de contribuir para o reforço da unidade e solidariedade de todas as forças anti-imperialistas, democráticas e pacíficas do Mundo.»

A delegação do Partido Comunista Italiano teve contactos com vários sectores da vida política portuguesa, em Lisboa e no Porto.

As duas delegações afirmam a sua satisfação pela amizade e cooperação fraternal, existentes desde há muito entre o Partido Comunista Italiano e o Partido Comunista Português e consideram que a realização deste encontro, que decorre numa atmosfera particularmente calorosa, contribuirá para o estreitamento das relações entre as forças democráticas da Itália e de Portugal e dos laços de amizade existentes entre os povos dos dois países.

Lisboa, 19 de Novembro.

«Percebemos, perfeitamente, que estais numa fase de construção do regime democrático e que os vossos inimigos ainda têm muita força, que as forças reacçãoárias não cedem terreno com muita facilidade» — declarou Ugo Pechioli, membro do Bureau Político e do Secretariado do PCI, que, juntamente com a delegação daquele partido irmão, deu uma conferência de Imprensa na cidade do Porto. E acrescentou: «Porém, a força do movimento democrático é tal que nos dá a convicção de que Portugal consolidará a grande vitória do 25

de Abril e tomará o caminho da democracia.» «Os trabalhadores italianos estiveram ao vosso lado na luta antifascista, podem estar certos de que apoiarão a vossa batalha nesta fase de construção de um sólido regime democrático.»

«Regresso do socialismo a uma política unitária» — prosseguindo na sua troca de impressões com os representantes dos órgãos da Informação, o membro do Bureau Político, ao responder como se manifestaram em Itália as tentativas das forças reacçãoárias no sentido de converter e avanço do PCI, declarou: «Em 1947 quebrou-se a unidade antifascista que se tinha realizado durante a resistência. Comunistas e socialistas foram expulsos do Governo da unidade nacional. Durante muitos anos, até ao início dos anos 60, tivemos, em Itália, governos centristas, abertamente anticomunistas e fundados na discriminação das forças de esquerda; tentaram fazer passar uma lei eleitoral que eliminasse a presença dos comunistas no Parlamento numa base proporcional. No entanto, aumentamos a influência eleitoral do nosso Partido e criou-se uma situação tal que, no início dos anos 60, os Governos centristas foram abandonados e instaurou-se uma nova aliança entre a democracia cristã, socialistas, democratas, republicanos e socialistas, o chamado Governo de centro-esquerda. Este Governo tentou que as relações entre as forças de esquerda fossem ainda mais próximas, tentou, de princípio — medidas reformistas com o objectivo de quebrar a unidade das forças democráticas unitárias dos trabalhadores.»

«Também esta forma de Governo começou a estar em crise, os camaradas socialistas depois de uma fase de rotura, de polémica aberta conosco e de unidade com a social-democracia regressaram, nos últimos tempos, a uma política unitária com o Partido Comunista.»

«Nos últimos anos o movimento sindical operário obteve grandes conquistas. A cissão sindical de 1947, foi em larga medida superada, é, juntamente com o avanço do movimento sindical, e o reforço do PCI (quase 30 por cento de eleitores, votam comunistas), que se desenvolveu a contra-ofensiva reacçãoária, que se manifesta desde o terrorismo ao anticomunismo que nos manobras divisionistas que se desenrolam, sobretudo, no terreno sindical. É necessário dizer que os trabalhadores italianos sabem recusar estas tentativas.»

Recordando que as organizações democráticas têm força bastante para realizar tal política, o membro do Comité Central acrescentou: «Em primeiro lugar importa preservar a unidade da classe operária. Na unidade da classe operária tem o papel fundamental a unidade sindical. A este respeito queria chamar a vossa atenção para um problema da máxima importância que hoje se nos coloca. Alguns defendem que o pluralismo sindical, isto é, a existência de várias centrais sindicais, é necessária à democratização da vida sindical. Isto é absolutamente falso. A democratização da vida sindical alcança-se pelo funcionamento amplamente democrático dos sindicatos. O pluralismo sindical significa apenas a divisão e o enfraquecimento dos trabalhadores. Só quem estiver interessado na divisão e enfraquecimento da classe operária pode defender o pluralismo sindical. (...) Os trabalhadores portugueses devem exigir por todos os meios que a lei sindical que dentro em breve irá ser discutida e aprovada consagre o princípio da unidade sindical. Esta é, de momento, a questão mais importante para a unidade da classe operária.»

O segundo aspecto essencial da política de unidade e aliança é o da classe operária com os pequenos e médios agricultores. Para consolidar esta aliança é indispensável que no mais curto prazo o Ministério da Economia promulgue leis que defendam efectivamente e justos interesses destas vastas camadas populares.

O terceiro aspecto fundamental da política de unidade e aliança é a unidade no seio da coligação governamental e, acima de tudo, a unidade política dos 3 partidos democráticos mais conseqüentes: o PC, o PS, e o MDP. Pelo nosso lado faremos os maiores esforços para manter, desenvolver e consolidar esta unidade para antes, durante e depois das eleições.

O quarto e mais decisivo aspecto do sistema de alianças é a aliança das forças democráticas portuguesas com o MFA. Esta aliança tem demonstrado ser o elemento decisivo em todo o processo de democratização em curso.

No final cantou-se em uníssono a «Internacional» e o «Avante! Camaradas».

«Uma parte do saneamento resolvido pelas armas» — «É necessário ter presente que no nosso 25 de Abril de 1945, saímos de uma luta armada contra os nazis e o fascismo. Uma parte do saneamento do velho aparelho fascista foi resolvido pelas armas. Começou com a morte de Mussolini e de outros dirigentes fascistas. Numa primeira fase assistimos a uma depuração violenta. Esta depuração prosseguiu para além da libertação, foram afetados os funcionários, mais comprometidos. Contudo, houve sempre a preocupação de golpear os verdadeiros responsáveis, mesmo com a intenção de escapar os funcionários mais modestos» — respondeu Ugo Pechioli, ao falar da experiência italiana do saneamento do aparelho de Estado depois da libertação, bem como da actividade persistente dos fascistas, como sucedeu recentemente em Brécia, acrescentando:

«A partir de 1947, com a rotura da unidade antifascista, e Democracia Cristã — conseqüentemente ao que havia sido feito — reinventou elementos anteriormente saneados. Ao mesmo tempo foi iniciado um processo de perseguições e de confronto aos elementos que se haviam destacado na resistência. Muitos foram expulsos das Forças Armadas e da Polícia; muitos resistentes foram alvo de procedimentos criminais pelos actos que haviam praticado durante a resistência. Isto durou durante os anos 50. Não podemos dizer que o aparelho de Estado esteja amplamente inquinado de fascistas. Hoje, registamos com agrado que, sectores reacçãoários — tradicionalmente — como a magistratura tinham fortes componentes democráticos. Alguns magistrados italianos estão muito validamente perseguindo as manobras neofascistas; na Polícia regista-se um movimento não organizado muito positivo, que tende a defender os direitos civis.»

«Este senhor é um democrata-cristão. Foi senador pela Sicília e reencontrou na diplomacia vindo directamente para Portugal. Esta sua acção não é novidade, pois ainda no tempo do fascismo em Portugal ele escreveu artigos em jornais exaltando a guerra colonial. Ele é coerente com o seu passado.»

«Frisando que o seu país não estava bem representado em Portugal, Pechioli afirmou que um representante do PCI no Senado tinha feito uma interpelação ao Governo no sentido de averiguar a autenticidade do texto publicado e, se ele for verdadeiro para Portugal, um homem capaz de compreender a realidade democrática portuguesa e, também, de representar condignamente a democracia italiana.»

«Ao encerrar as suas referências ao nosso País, disse acreditar que Portugal poderá dar um grande contributo para o desenvolvimento das relações internacionais e garantiu que o PCP desenvolverá todos os esforços para estreitar as relações entre os dois povos.»

«Unidade com as forças socialistas, unidade com as forças democráticas e antifascistas do novo Portugal, a garantia da sua solidariedade nas batalhas que esperam o povo português na luta pela democratização do País e pela descolonização, pela realização de eleições livres e a instauração de um regime democrático escolhido pelo povo.»

«As duas delegações saudaram a independência da República da Guiné-Bissau e as vitórias alcançadas pelo povo de Moçambique e de Angola; exprimiram a sua solidariedade para com os povos em luta contra os regimes fascistas, racistas e colonialistas; expressaram a sua satisfação pelos progressos operários em relação ao desenvolvimento internacional e à segurança na Europa e manifestaram a sua vontade de contribuir para o reforço do Movimento Comunista e Operário Internacional. Manifestaram também a sua vontade de contribuir para o reforço da unidade e solidariedade de todas as forças anti-imperialistas, democráticas e pacíficas do Mundo.»

A delegação do Partido Comunista Italiano teve contactos com vários sectores da vida política portuguesa, em Lisboa e no Porto.

As duas delegações afirmam a sua satisfação pela amizade e cooperação fraternal, existentes desde há muito entre o Partido Comunista Italiano e o Partido Comunista Português e consideram que a realização deste encontro, que decorre numa atmosfera particularmente calorosa, contribuirá para o estreitamento das relações entre as forças democráticas da Itália e de Portugal e dos laços de amizade existentes entre os povos dos dois países.

Lisboa, 19 de Novembro.

SAUDAÇÃO AO PCI E AO POVO ITALIANO

Durante o comício de amizade com o Partido Comunista Italiano, que o PCP levou a efeito no Coliseu do Porto, o camarada António Abreu leu perante a assistência uma mensagem de saudação ao PCI e ao povo italiano, que foi aprovada por aclamação. É o seguinte o texto de saudação:

«Os milhares de estudantes e trabalhadores presentes no Coliseu do Porto, a 17 de Novembro de 1974, em grandioso comício de amizade Portugal-Itália, saudam fraternalmente a delegação do Partido Comunista Italiano, de visita à nossa cidade, e, através dela, transmitem ao PCI e ao Povo Italiano a seguinte mensagem:

«Enviam ao Povo Italiano, trabalhadores e intelectuais, as mais calorosas saudações de amizade e a expressão da elevada admiração que sentimos pelas suas já longas tradições democráticas, consolidadas e defendidas através de um passado de lutas corajosas de massas, no qual recordamos o papel determinante que desempenharam para a derrota definitiva da opressão fascista do regime sanguinário de Mussolini.

Saudam o Partido Comunista Italiano, vanguarda da Classe Operária, dos trabalhadores, dos intelectuais e dos estudantes, pelo papel decisivo desempenhado na condução das gloriosas lutas populares da Itália, pela defesa e alargamento das liberdades democráticas, pelo combate consequente e constante contra a exploração capitalista, contra os monopólios, contra as manobras e conspirações reacçãoárias e fascistas.

«Ao saudar o Partido Italiano, desejamos também tornar clara a identidade dos objectivos fundamentais que nos unem: — A defesa intransigente da Democracia, contra as conspirações do mesmo inimigo principal: a reacção e o grande capital.

— A construção de uma sociedade livre, progressiva e independente, para sempre liberta da exploração e da opressão.

«A defesa dos princípios do internacionalismo proletário, aprofundando os laços de amizade que nos unem aos partidos comunistas e operários do Mundo inteiro, na mais estreita e firme unidade contra o grande capital internacional e o imperialismo, no mais consequente apoio aos movimentos e povos que lutam pela sua libertação do colonialismo e do imperialismo, pela prossecução de uma política de coexistência pacífica, pelo desenvolvimento e desenvolvimento internacional e, enfim, pela propagação dos ideais luminosos do socialismo e do comunismo que todos os povos do Mundo há-de conquistar!»

reacçãoárias dos grandes monopólios. O povo italiano tem no Partido Comunista Italiano, um dos grandes partidos comunistas do mundo capitalista, o seu mais poderoso baluarte na luta contra os reacçãoários. O mesmo objectivo une os comunistas de Portugal e de Itália, a construção de uma sociedade livre, progressiva e independente, para sempre liberta da exploração e da repressão.»

Decorada com inúmeras bandeiras e grandes cartazes de ambos os partidos, a ampla sala do Coliseu do Porto encontrava-se completamente cheia.

Presidido pelo camarada Francisco Miguel, do Comité Central, encontravam-se na mesa representantes das células de empresas das comissões concelhias, representantes de organizações de intelectuais, das organizações dos operários têxteis e metalúrgicos do Partido e ainda membros da Comissão Distrital do Porto, da Direcção da Organização Regional do Norte do PCP e da Direcção da Organização Regional das Beiras. Presentes

«O maior resistente foi o povo»

Depois de terem usado da palavra Carlos Luis Figueira, da DORB; Maria Ivória do MDMP; Fátima Garcia, da Comissão Central do MJT; Jorge Resende, da Comissão Central da UEC; Fernando Diogo, da Comissão Distrital do Porto do PCP e Manuel Andrade, vice-presidente da Câmara Municipal do Porto, o jornalista César Príncipe apontou no seu discurso os pontos de ligação entre os povos italiano e

O "AVANTE!" É DE TODOS NÓS; ENVIA-NOS CRÍTICAS E SUGESTÕES

VITÓRIA EM PORTALEGRE DOS OPERÁRIOS AGRÍCOLAS

Os trabalhadores agrícolas do Distrito de Portalegre acabam de obter uma importante vitória, os primeiros frutos do seu Sindicato, com a assinatura de diversas convenções colectivas de trabalho.

Éis o que relata um dos correspondentes do «Avante!»:

De acordo com a orientação traçada pelo Sindicato, as convenções foram elaboradas a nível concelhio dadas as diferenças existentes de concelho para concelho no respeitante à organização sindical.

Desde Agosto/Setembro que os agrários têm vindo a lutar-se à assinatura das con-

venções. A luta dos trabalhadores tem vindo a pressioná-los e, chegada a apanha da azeitona e as sementeiras, eles não puderam fugir mais. Podemos dizer que as convenções estão a ser arrancadas a «ferro frio». Os agrários não estavam dispostos a assinar as convenções. Têm jogado mão a todas as manhas. Primeiro, demoram, demoram, deixando passar o Verão. Depois, com desculpas de que a terra não dá, a agricultura não pode pagar salários elevados, etc., etc. No caso da azeitona, tem feito esforços para que ela fosse apanhada de empreitada. Tem recorri-

do, inclusive, a ranchos de fora. Por todos os concelhos os trabalhadores têm dado um magnífico exemplo de unidade. Em dezenas de assembleias sindicais foi decidido apanhar um bago de azeitona sem a assinatura das convenções; impedir as empregadas; não permitir que os ranchos de fora pegassem de empreitada enquanto houvesse pessoal em trabalho na região. Os primeiros ranchos que chegaram de fora (casos de Avis e Elvas, por exemplo) foram impedidos de pegar. Sem problemas, os ranchos de fora voltaram às suas tra-

ças e outros nem chegaram a partir.

Ha muitos agrários que afirmaram não apanhar a azeitona. Esta atitude criminoso foi amplamente discutida pelos trabalhadores e foi decidido que nas zonas onde os agrários se recusassem a apanhar a azeitona, ou a lançarem ao gado, os trabalhadores iriam apanhá-la, vendê-la e entregariam o resto às Forças Armadas. Ficou decidido que os trabalhadores interviessem de forma mais decidida contra a acção de sabotagem económica conduzida por alguns agrários.

Até ao presente já foram assinadas convenções de trabalho em Alter do Chão, Crato, Campo Maior, Avis e Sousel e, no decorrer desta semana, serão assinadas outras.

As convenções têm sido assinadas nas Casas do Povo ou nas Câmaras. Enquanto as negociações decorrem, entre representantes dos trabalhadores e representantes dos agrários, foram, juntam-se centenas de trabalhadores aguardando os resultados e apoiando os seus representantes. Houve casos em que as negociações se prolongaram até às 2 e 3 horas da manhã, como aconteceu em Avis, Sousel e Elvas.

As reivindicações atendidas pelas convenções variam pouco de concelho para concelho, mas, no fundamental, são as seguintes: salários de 190500 para tractoristas; de 160500 para os restantes trabalhadores; 120800 para as mulheres; 45 horas de trabalho; Domingos e feriados pagos a 100%; pagamento dos feriados; horas extraordinárias a 25% as primeiras duas horas e 50% as restantes; transportes pagos para além dos 3 quilómetros — às mulheres e quando menores de 16 anos e velhos com mais de 65 anos feitas de acordo com o seu trabalho e a opinião dos encarregados; proibição das empreitadas; proibição dos despedimentos, quando o trabalho acabar num patrão, deve ser assegurado noutro (esta condição aplica-se só às mulheres chefes de família).

As convenções são, em geral, para o prazo de 6 meses, terminando em Abril de 1975. No Crato, é apenas para 3 meses. Esta vitória — conclui o nosso correspondente — apesar de algumas falhas, causou grande entusiasmo entre os trabalhadores, deu-lhes confiança na sua força, na sua unidade e mostrou-lhes os primeiros resultados do seu Sindicato.

Passando dos fornos à lapidação, onde predomina o trabalho feminino; a Adelina Fortunato, a Natália Bento e a Maria Odete Carrilho estiveram de acordo quanto à falta de condições de trabalho. Carregam muitas vezes com grandes pesos, mesmo nos períodos de gravidez, sem sequer possuírem assistência médica. A fábrica possui uma creche, mas as instalações são más.

Do ponto de vista político manifestaram o desejo de ser mais esclarecidas, para poderem fazer uma opção. Consideram contudo que o PCP é o que melhor defende os interesses dos trabalhadores.

Por último a Fábrica Santos Barosa (garrafeira), a única quase completamente automatizada, que utiliza processos técnicos desenvolvidos.

A automatização da empresa não originou qualquer desemprego pois os trabalhadores foram adaptados ao novo sistema de produção.

Houve oportunidade de verificar que as instalações são bastante boas, nomeadamente o sector social, com um infantiário gratuito para crianças de 3 meses a 6 anos, com assistência diária dum médico e permanente dum enfermeira especializada.

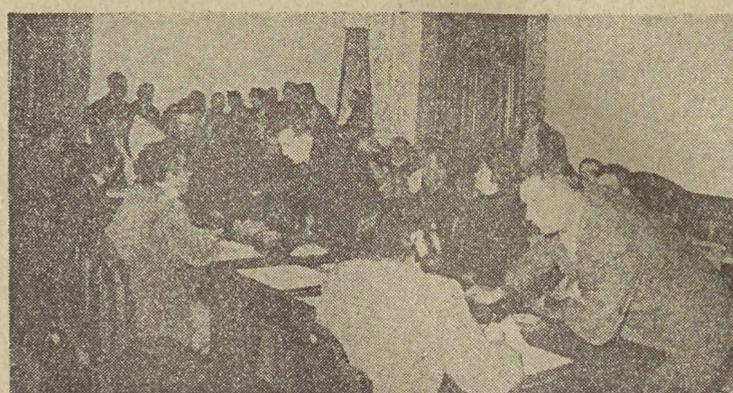
Em construção, um bloco para banheiros e refeitório.

Um aspecto bastante importante é o facto de a empresa pagar os estudos aos filhos dos trabalhadores, sem estabelecer limite ou impor condições.

Um exemplo positivo. O tempo não deu para mais, por o muito que ficou por visitar.

Contudo, um desejo comum: ser esclarecido, saber mais e mais. O regime fascista deixou sedento de conhecimento o povo português.

Compete aos partidos políticos e organizações democráticas o combate ao obscurantismo, como condição indispensável para prosseguir no caminho do progresso e da democracia.



A reunião dos trabalhadores com os advogados

EM OLHALVO (ALENQUER)

MANDOU ARRASAR AS VINHAS E DESPEDIU OS RENDEIROS

A Quinta da Margem Arada, em Olhalvo, concelho de Alenquer, é uma grande propriedade com mais de 400 hectares. Ocupada por 129 rendeiros, a situação já assim se mantinha de geração para geração.

Há dois anos, a propriedade foi comprada por Francisco Raimundo Ferreira que despendeu a quantia de 18 000 contos e, a partir dessa data, começaram as dificuldades para os rendeiros, que desde sempre tinham vivido da cultura dos campos.

Movido por interesses que não divulgou, o novo proprietário, no final do ano passado e a coberto da opressão do regime fascista, despediu 20 rendeiros depois de lhes ter arrasado as culturas da vinha com «buldozers» e sem lhes pagar a menor indemnização.

Em Dezembro de 1973, enviava aos restantes rendeiros a seguinte carta:

Conforme convém a V. Ex.ª, na altura da vindima, venho confirmar por esta carta que na próxima colheita as uvas serão pesadas e entregues nas adegas da Quinta da Margem Arada, na totalidade e que a parte correspondente a V. Ex.ª lhe será liquidada ao preço marcado na altura para o efeito.

Agradecendo desde já a colaboração prestada nos amanhos e limpeza da propriedade; entretanto, subscrevo-me.

Esta iniciativa representava mais uma prepotência e se não fora a mudança do regime os rendeiros certamente ver-se-iam

obrigados a ceder às imposições do latifundiário, que para além de receber 40 por cento da produção — a renda que estipula o contrato — sem qualquer despesa, pois as uvas vão-lhe parar à adega, ainda se permitia ficar com o resto do produto ao preço que muito bem lhe conviesse.

O 25 de Abril permitiu que os rendeiros não fossem subjugados por aquela imposição e continuassem a vender livremente. No entanto, em Junho deste ano, nova carta foi endereçada pelo proprietário a cerca de 60 rendeiros. E os termos em que se dirigia eram diferentes:

Dado que preciso de fazer a reconversão na minha propriedade da Quinta da Margem Arada, reconverso essa que abraço as partes da mesma que V. Ex.ª amanhã, venho pela presente informar que logo após a colheita das uvas de 1974 tomarei imediatamente posse das citadas partes, pelo que a partir da data desta carta se deve considerar despedida.

Certo que V. Ex.ª compreenderá o fim em vista, fico ainda à V.ª disposição para qualquer esclarecimento e subscrevo-me com a mais elevada consideração.

Com efeito, terminadas as vindimas, as máquinas vieram e destruíram todas as cepas assim como construções com que os rendeiros tinham beneficiado as terras. Tudo se processou de uma maneira rápida sem qualquer negociação anterior, nem indemnizações ou tão pouco a hipótese de alongar o prazo de molde que os rendeiros encontrassem outra forma de subsistência.

Francisco Marques, há 14 anos que faz a propriedade. Em terra de sementeira plantou a vinha, cuidou dela, deu à terra todo o seu esforço para arcaçar um rendimento que por vezes não compensava o trabalho de sol a sol. Em Janeiro deste ano falou com o proprietário para saber se havia de entrar o estrutura ao que este respondeu que podia fazer os amanhos da terra, que não lhe tirava. Agora tinha quatro homens a tratar da vinha quando vieram os tractores. Em poucas horas o trabalho de 14 anos ficou desfeito. Até os tanques para o sulfato não escaparam. As cepas foram queimadas e uma sementeira de batatas que ainda não tinha recolhido perdeu-se na devastação que as máquinas impuseram pela força.

Uma delegação que se dirigiu ao Ministério do Trabalho antes de as vindimas começarem foi informada que o proprietário só se poderia despedir com um aviso de três anos. Também a CDE de Alenquer enviou em 18 de Agosto de 1974 ao secretário de Estado da Agricultura uma exposição dando conta da situação de prepotência que se estava a verificar na região.

Aliás, os proprietários vizinhos quando quiseram despedir os rendeiros efectuaram primeiro conversações e comprometeram-se ao pagamento de indemnizações, posição esta que o dono da Quinta da Margem Arada escarneceu por várias vezes.

Agora, a quase totalidade dos rendeiros encontra-se despedida. Poucos são os que ficaram. Muitos vivem única e exclusivamente dos pedaços de terra que amanhavam e nem sempre a idade é a mais apropriada para refazer uma vida.

No sábado passado reuniram-se na Câmara Municipal de Alenquer com alguns advogados a fim de encontrar uma solução para o seu caso. Mas a opinião geral era de que de nada lhes serviam as indemnizações se

não tinham terras para cultivar. O dinheiro gasta-se e depois? Que fazer?

A situação no Porto de Lisboa

PROIBIR PRIVILÉGIOS E CONTRARIAR ABUSOS NÃO É DIVIDIR OS TRABALHADORES

Os recentes acontecimentos no porto de Lisboa estão a ser objecto de um inquérito. A movimentação dos trabalhadores sindicalizados «da rua», bem como as afirmações vindas a lume sobre a actuação de alguns dirigentes sindicais, justificam plenamente que a ele se proceda no mais breve prazo. Para o efeito, as direcções dos Sindicatos dos Estivadores, Conferentes Marítimos e pessoal do Tráfego comprometeram-se a entregar até 20 do corrente as fichas do pessoal sindicalizado no Ministério do Trabalho.

Quando o direito ao trabalho passa pela sindicalização, não é esse direito que pode ser alterado. São as normas de sindicalização que têm de ser revistas. Contra isso não poderão ser invocados privilégios, nem abusos cometidos durante o fascismo.

Urge alterar a estrutura sindical dos trabalhadores portuários, sem alimentar os conflitos, mas com firmeza, lutando contra uma situação que é contrária à letra e ao espírito do Programa do Movimento das Forças Armadas e do Governo Provisório, quando retira ao trabalhador o direito à sindicalização e lhe nega a garantia de emprego.

O EMIGRANTE É SOBRETUDO UM TRABALHADOR

«As necessidades dos trabalhadores emigrantes em matéria de educação operária» constituiram o tema dum colóquio realizado em Genebra em fins de Outubro passado, promovido pelo Bureau Internacional do Trabalho (B. I. T.) e no qual participou a Intersindical.

Um aspecto sublinhado pelo colóquio foi «que o emigrante é sobretudo um trabalhador antes de ser um estrangeiro e que a sua educação não deve assumir aspectos de ajuda paternalista nem de alienação cultural».

O colóquio realizado, pretendendo ser «um contributo para as soluções mais permanentes e imediatas sem perder de vista os objectivos da classe trabalhadora a longo prazo», defendeu dois objectivos a médio e a curto prazo: «Inserção dos emigrantes no movimento sindical e na luta reivindicativa e acção para o bem-estar dos emigrantes.»

ASSIM SE TRABALHA NA MARINHA GRANDE

Na indústria vidreira aprende-se cedo o tamanho das mãos proletárias. Forjam-se homens que nunca foram crianças.

Aprende-se a lutar e a resistir.

Terra de grandes tradições de luta, a Marinha Grande é de longa data um forte baluarte do PCP. Falámos com velhos militantes, com jovens, com operários sem partido. Saber as suas opiniões, a forma como se organizam, os problemas que sentem, constituiu o objectivo da nossa reportagem.

Os velhos militantes

A chegada fomos recebidos pelas camaradas Francisco Lancinha, Manuel Barido, Francisco de Sousa e Joaquim Ramos, que teceram algumas considerações sobre

trabalha há 51 anos, «Flor da Marinha Grande» do ponto de vista partidário.

O mesmo operário, o camarada José Valente, ao falar nas mudanças verificadas após o 25 de Abril, não deixou de referir com um profundo sorriso: «Agora já podemos ler o «Avante!», abertamente!»

Quanto às condições de trabalho, que tal como na maioria das empresas similares são bastante deficientes, apesar de terem sido introduzidos alguns melhoramentos, como ventoinhas (trabalha-se sempre com uma temperatura ambiente muito elevada) e aspectos de segurança.

Chama a atenção a elevada percentagem de jovens operários — uma média de 20 % com 14 anos e 20 % até 20 anos.

O António Manuel Gonçalves,



Duras condições de trabalho

a actual situação económica das indústrias vidreiras, deficitária em todas, excepto na garrafeira. Como causas desta situação foram apontadas, entre outras, a invasão do mercado português pelo vidro estrangeiro, mais barato e a inexistência de condições técnicas que permitam suportar a concorrência estrangeira. A maioria das fábricas vidreiras continua a funcionar à base do trabalho manual.

O camarada Barido, que passou 18 anos preso nas cadeias fascistas, recordou a famosa greve dos operários vidreiros em 18 de Janeiro de 1934, mais conhecida pela «greve dos garotos» devido ao facto de a maioria dos trabalhadores que nela participaram serem bastante jovens.

No mundo do trabalho

A primeira visita foi à Fábrica J. Ferreira Custódio, que se encontra actualmente em processo de integração de nova gerência, constituída por democratas.

Empresa com grandes tradições de luta, e elevada consciência política dos operários, onde a influência do Partido Comunista é evidente, é apelidada, segundo expressão dum operário que lá

de 14 anos, começou a trabalhar com 13, a fim de auxiliar o orçamento familiar.

Gostaria de poder estudar, mas não tem possibilidades económicas.

Apesar de não perceber de política e desconhecer a actuação dos partidos políticos, segundo afirmou, pensa que o 25 de Abril foi uma coisa boa para o povo português.

Até quando no País «homens que nunca foram meninos?»

A segunda visita foi à Fábrica IVIMA, onde fomos recebidos pelo camarada Joaquim Saravia, membro da comissão concelhia do PCP, ali empregado.

Apraz registar a existência dum banco do «Avante!», no átrio de entrada da empresa, funcionando estilo «self-service», dispensando a permanência de alguém para efectuar as vendas. Um exemplo a seguir.

Na empresa, para além da comissão do Partido, existe uma co-

missão sindical, representativa dos trabalhadores, que se encarrega de apresentar ao Sindicato os problemas dos operários a fim daquele organismo entrar directamente em contacto com a administração da fábrica sempre que necessário.

A exemplo do que já se tinha verificado na primeira empresa também aqui se constata o atraso técnico dos meios de produção utilizados, a pouca segurança, as deficientes condições de trabalho.

Igualmente bastantes jovens. Segundo o Armindo Alexandre, de 18 anos e empregado da fábrica há 5, os problemas que mais afectam os jovens operários são as dificuldades de promoção; o permanecer por longo tempo em categorias que não correspondem ao trabalho efectuado; o facto de só se ser sindicalizado aos 18 anos, quando, concretamente na indústria vidreira, se começa a trabalhar com a idade de 13/14 anos, permanecendo assim completamente à mercê do patronato até se atingirem os 18 anos.

Quanto aos trabalhadores-estudantes satisfaz saber que dispõem de duas horas e meia pagas, para estudar.

Foi com apreensão que falou na dificuldade de mobilização da juventude, na sua zona, para a participação política. Um campo a que a DOROR deverá prestar mais assistência, pois a conquista da juventude constitui uma parte importante da luta de classes.

Passando dos fornos à lapidação, onde predomina o trabalho feminino; a Adelina Fortunato, a Natália Bento e a Maria Odete Carrilho estiveram de acordo quanto à falta de condições de trabalho. Carregam muitas vezes com grandes pesos, mesmo nos períodos de gravidez, sem sequer possuírem assistência médica. A fábrica possui uma creche, mas as instalações são más.

Do ponto de vista político manifestaram o desejo de ser mais esclarecidas, para poderem fazer uma opção. Consideram contudo que o PCP é o que melhor defende os interesses dos trabalhadores.

Por último a Fábrica Santos Barosa (garrafeira), a única quase completamente automatizada, que utiliza processos técnicos desenvolvidos.

A automatização da empresa não originou qualquer desemprego pois os trabalhadores foram adaptados ao novo sistema de produção.

Houve oportunidade de verificar que as instalações são bastante boas, nomeadamente o sector social, com um infantiário gratuito para crianças de 3 meses a 6 anos, com assistência diária dum médico e permanente dum enfermeira especializada.

Em construção, um bloco para banheiros e refeitório.

Um aspecto bastante importante é o facto de a empresa pagar os estudos aos filhos dos trabalhadores, sem estabelecer limite ou impor condições.

Um exemplo positivo. O tempo não deu para mais, por o muito que ficou por visitar.

Contudo, um desejo comum: ser esclarecido, saber mais e mais. O regime fascista deixou sedento de conhecimento o povo português.

Compete aos partidos políticos e organizações democráticas o combate ao obscurantismo, como condição indispensável para prosseguir no caminho do progresso e da democracia.

SINDICALISTAS SOVIÉTICOS EM LISBOA E NO PORTO

Encontra-se entre nós, uma delegação do Conselho Central dos Sindicatos Soviéticos, composta pelos camaradas Vladimir Bogatkov, Boris Aremlanov e Alexei Ovsianikov, respectivamente secretário do Conselho Central, director e colaborador do departamento internacional.

Esta primeira delegação dos sindicatos soviéticos, que está no nosso país, há uma semana, a convite da Intersindical Nacional, na sequência dos contactos desenvolvidos durante a última reunião da Organização Internacional do Trabalho, tem efectuado conversações com os dirigentes sindicais portugueses no sentido de desenvolver, segundo afirmou a chegada o camarada Bogatkov, um amizade que deve presidir às relações entre os trabalhadores portugueses e os trabalhadores soviéticos e, de uma maneira geral, entre os povos dos dois países.

Nesse sentido, a delegação do Conselho Central dos Sindicatos Soviéticos tem tido várias reuniões de trabalho com o secretariado da Intersindical. No início desta semana, a delegação soviética foi recebida pelo Presidente Costa Gomes e pelo ministro do Trabalho, capitão Costa Martins.

Na semana passada, os sindicalistas soviéticos deslocaram-se ao Porto. Na manhã de sexta-feira, visitaram a empresa SPSA, em Leça do Balio, onde trocaram impressões com os trabalhadores. No prosseguimento dos contactos com trabalhadores portugueses de diferentes sectores, a delegação soviética esteve mais tarde no Instituto de Vinho do Porto e Cerâmica de Valadares, onde tomaram conhecimento das condições de trabalho dos operários portugueses.

A noite, no decorrer de uma reunião geral de sindicatos, os camaradas soviéticos foram saudados pela União de Sindicatos e analisaram a importância da Unidade Sindical para os trabalhadores portugueses, a sua luta por melhores condições de trabalho e ainda o papel da USP na organização sindical dos trabalhadores.

No decurso da reunião, os sindicatos presentes pediram aos sindicalistas soviéticos que fossem portadores de uma saudação fraternal dos trabalhadores do nosso país, aos trabalhadores e povo da União Soviética.

No sábado, de manhã, os sindicalistas dos dois países trabalharam em conjunto na sede da USP

UMA COLEÇÃO POPULAR QUE É

«PARA TODOS»

1.º CADERNO

UNIÃO SOVIÉTICA

LIBERDADES E DIREITOS

16 páginas 75\$0

R. da Misericórdia, 67, 2.ª Esq. LISBOA

PRELO EDITORA

Novos livros Estampa

HISTORIA DAS LINGUAS LITERARIAS

Wolfgang Einsiedel
Biblioteca Estampa n.º 9
Preço 70\$00

O QUE É A VIDA?

A. Opárin
Biblioteca Básica de Cultura n.º 20
Preço 30\$00

AS REVOLUÇÕES DE 1848

Efimev, Galkine, Zubok
Biblioteca Básica de Cultura n.º 21
Preço 30\$00

LENINE E A III INTERNACIONAL

Collecção Práxis n.º 8
Preço 40\$00

CRITICA DA IDEOLOGIA TEMPORANEA

Galvano Della Volpe
Collecção Teoria n.º 23
Preço 30\$00

EDITORIAL ESTAMPA

Rua da Escola do Exército, 9, r/c, Lisboa I
Telefone 555643

Camarada: lê e difunde o AVANTE! Organiza postos e grupos de venda do teu jornal, o jornal dos trabalhadores.



Na indústria vidreira aprende-se cedo o tamanho das mãos proletárias

A FORÇA DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA FACE À ACÇÃO DAS MULTINACIONAIS



No sector de cabos

350 trzentas jovens operárias, as quais os companheiros de trabalho se referem dizendo, com um misto de carinho e respeito, as meninas. A designação veio, porém, de antes. Veio de quando as multinacionais da electrónica montaram as suas fábricas de matrizes de computadores em Portugal: para o trabalho de introduzir fios de metal mais finos que cabelos em alvéolos que a vista mal distingue, era, então, possível contratar jovens de 14 anos. A maioria usa hoje óculos.

O complexo industrial de Carnaxide da Philips Portuguesa é na década de 60 surgiram no nosso País, procurando a mão-de-obra portuguesa, tornada barata pelo fascismo, que a operação permitia aceitar trabalhos que, na Europa, dificilmente se faziam já. A tecnologia ligada aos computadores exigia uma série de operações fábricas que se espalhavam pelo Mundo: Portugal, Espanha, Formosa, América Latina...

Para as operárias das matrizes, uma preocupação permanente: os olhos. «Há companheiras com bela vista, que ao fim de quatro anos não tiveram problemas, mas a maioria acaba sempre por ter dificuldades», diz-nos uma das delegadas sindicais.

A empresa, para além da assistência médica normal, assegura assistência oftalmológica permanente e existem uma série de normas para tentar preservar a vista. Contudo, o problema mantém-se e, ao longo de quatro anos, verificaram-se já vários casos de operárias que tiveram de ser transferidas de sector por completa impossibilidade de continuarem nas matrizes.

Por outro lado, um trabalho a exigir uma constante atenção, uma atenção exaustiva. O mais pequeno descuido atrás, pode provocar dano nos componentes. «Pulsáteis, anéis, até às vezes as unhas mais compridas complicam», diz-nos uma operária. E é difícil descrever o que é soldar depois os terminais de fios daquele tamanho.

Na secção de cabos a laboração é diferente e o esforço diferente, também. Temos aqui um trabalho fisicamente violento, por vezes mesmo a exigir esforços excessivos para as operárias. O produto — este destinado ao mercado nacional — são cabos de diversas espécies utilizados de uma forma geral nos circuitos eléctricos dos automóveis. Apenas o plástico dos revestimentos é adquirido em Portugal, o resto é importado: os fios são cortados, enfiados nos revestimentos e dotados de terminais aplicados por máquinas que, segundo a segunda, durante todo o dia, vão, monotonamente, obedecendo ao pedal do operário e aplicando a ponta de metal.

A maioria das operárias desta secção trabalhava já na Philips, em Cabo Ruivo, na montagem de aparelhos de rádio e semelhantes. Quando essa laboração parou, a empresa iniciou a secção de cabos e transferiu para ali as trabalhadoras.

Os serviços técnicos, noutro edifício mais abaixo, são, fundamentalmente, constituídos por

górico no Inverno!), as condições acústicas são incréditas. Está-se a experimentar uma aparelhagem, vem o companheiro dos serviços administrativos pedir para não fazermos barulho que está a falar ao telefone, ou o companheiro do lado que precisa de ouvir o sinal de outra aparelhagem, enfim, uma coisa incrível.

Por outro lado, também no sector de armazéns se levantam questões de instalações. A deficiente construção do chão levou a que as placas de cimento que o constituem, se estapassem positivamente a esfolar, o que faz do edifício não só um armazém de electrodomésticos como também de pó!

No sector de cabos, levantam-se, igualmente, problemas, nomeadamente com a violência de algumas das tarefas (transporte de pesadas caixas, etc.).

Outra das questões a que a comissão de trabalhadores dedica presentemente a sua atenção é a da assistência médica. Levantam-se protestos contra a forma como esta é feita no campo da clínica geral, uma vez que a assistência oftalmológica é feita por especialistas não integrados na própria empresa, mas com os quais esta tem contratos. «Consultas de minuto e meio — diz-nos um operário — é o trivial. Além das dificuldades de assistência ao domicílio.

Uma forte organização
No conjunto da actividade da Comissão de Trabalhadores dois problemas porém se avolumam: a sobrevivência do complexo e a creche.

O primeiro passou a adquirir particularmente acuidade após os aumentos. Como é de prever — e conforme aliás tem sucedido noutras fábricas do mesmo ramo — os motivos que levaram

As multinacionais e a exploração da mão-de-obra

O ordenado mínimo hoje recebido no sector de matrizes é de 4800\$00, a que podem ser acrescidos os prémios de produtividade. Esse ordenado tem, porém, uma vida recente: o 25 de Abril encontrou as operárias do complexo de Carnaxide em greve!

— Já há uns dois anos que estava em discussão o contrato de trabalho. Repare-se que até Março o ordenado era de 1900\$ e quando isto começou era de 900\$ por mês.

E um dos delegados sindicais da empresa prossegue:

— A administração dizia que não podia dar aumentos sem estar resolvida a questão do acordo colectivo porque tinha compromissos com as outras empresas do ramo, no sentido de nenhuma delas fazer aumentos isolados. Mas como o custo de vida subiu, houve movimentações cá dentro e a direcção acabou por ceder e anunciar aumentos em Março, com acordo ou sem ele. Assim foi de facto, mas os aumentos foram de 400\$ para os «directos» (as operárias das matrizes e dos cabos) e 600\$ para os «indirectos» (encarregados, controladores, técnicos, etc.). É claro que o aumento não satisfiz e na tarde de 22 de Abril parou-se a laboração. A greve continuou — greve de braços caídos, o pessoal estava cá todo — e começaram as negociações com a administração. Vem, entretanto, o 25 de Abril e começou tudo a andar mais depressa: a administração cedeu e fixou-se o ordenado mínimo em 3500\$, mas a verdade é que nem sequer se chegou nunca a receber esse ordenado. Constituiu-se logo a comissão sindical e a comissão de trabalhadores e, entretanto, havia movimentações de toda a classe, por causa da questão do contrato. Fez-se uma manifestação em Belém, ainda antes da constituição do Governo Provisório, e o acordo acabou por ser homologado com um ordenado mínimo de 4800\$, que é o que recebemos agora. A luta dos trabalhadores forçou a empresa a ceder em toda a linha.

— E ainda outro delegado sindical que esclarece:

— Aqui, na empresa, as coisas arrancaram logo em boas condições. Existiam as duas comissões — a sindical e a de trabalhadores, mas agora procedeu-se à fusão, o que deu maiores condições de acção. Por outro lado, estabeleceram-se contactos com os outros sectores: o sector em Lisboa, a FAPAI, em Cabo Ruivo, onde são feitas as lâmpadas, e a fábrica de Ovar. Agora, aqui, em Carnaxide, andamos a tratar de uma série de aspectos relacionados com instalações, etc. Nomeadamente, no sector técnico, o problema das instalações é grave.

Na verdade, conforme se disse, as instalações onde se encontram os serviços técnicos foram provisoriamente adaptadas do sector de armazéns. Tornou-se quase absurdo ver técnicos manipulando aparelhagem de precisão amontoados em cima de secretárias de madeira, espolhadas por um enorme armazém de chão de cimento, sem bancadas adequadas, etc.

— E note-se — diz-nos um dos trabalhadores do sector — que mesmo sob o ponto de vista técnico aquilo é inconcebível. Para além do que se poderia chamar as condições de habitabilidade (os armazéns são uma estufa no Verão e um frigorífico no Inverno!), as condições acústicas são incréditas. Está-se a experimentar uma aparelhagem, vem o companheiro dos serviços administrativos pedir para não fazermos barulho que está a falar ao telefone, ou o companheiro do lado que precisa de ouvir o sinal de outra aparelhagem, enfim, uma coisa incrível.

Por outro lado, também no sector de armazéns se levantam questões de instalações. A deficiente construção do chão levou a que as placas de cimento que o constituem, se estapassem positivamente a esfolar, o que faz do edifício não só um armazém de electrodomésticos como também de pó!



O painel informativo e a banca da célula do PCP na Philips. O regime é de confiança, quem compra a matéria deixa o dinheiro: Que nunca faltou

o número de mães vai aumentar muito.

A forma como a comissão de trabalhadores encaixa esta questão é, contudo, bem reveladora do correcto trabalho desenvolvido e da preocupação de alargar a organização operária. Na verdade, existem na área de Carnaxide, diversas instalações fábricas onde a maioria do pessoal é constituído por mulheres. Assim sendo, a comissão de trabalhadores da Philips pensa contactar com as comissões de outras empresas no sentido de constituir uma comissão que dinamize a criação de uma creche que possa abranger toda a área, os vários milhares de operárias que trabalham na zona, algumas em unidades onde por várias razões o processo poderá deontar maiores dificuldades.

— Não se trata de facilitar a vida à empresa. Durante muitos anos recebemos ordenados que mal davam para viver. E se as coisas estão melhor, ninguém as deu! Tivemos de lutar para as conseguir — afirma uma operária. A questão é que desta forma podemos criar melhores condições e alargá-las a outras trabalhadoras.

O trabalho político

Uma das condições que têm permitido o fortalecimento da organização dos trabalhadores da Philips tem sido a sua sólida unidade. A greve desencadeada a 22 de Abril contou com o apoio de todas as operárias do sector de matrizes e as formas de luta adoptadas tiveram inclusivamente em conta a defesa contra eventuais medidas repressivas.

Aos comunistas tem cabido importante papel no trabalho organizativo e a célula do PCP na fábrica conta já com algumas dezenas de militantes, distribuindo larga propaganda. Foi montada uma banca que funciona na base de total confiança: livros e materiais expostos para venda ali se encontram ficando o controlo a cuidado dos próprios compradores. E jamais faltou um tostão.

NO MUNDO DO TRABALHO

• Mais um contrato para os trabalhadores rurais

O Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Concelho de Campo Maior assinou com as entidades patronais um contrato colectivo de trabalho que se manterá em vigor até 30 de Abril de 1975.

Entre as vantagens conseguidas pelos trabalhadores destaca-se a tabela de salários. Os tractoristas pagos ao mês passam a receber 5000\$00, os «diários» 190\$00, os trabalhadores 160\$00 e os trabalhadores 120\$00. Os ganadeiros recebem mensalmente 5600\$00.

O horário será de 45 horas semanais e, durante a vigência do contrato, todos os trabalhadores terão trabalho assegurado. Ficando proibidos os despedimentos sem justa causa.

Das outras regalias conseguidas, destaca-se o pagamento das horas extraordinárias (a primeira a 25 por cento e as restantes a 50 por cento) e a garantia de trabalho para todas as mulheres que sejam cabeças de casal.

Para a distribuição do pessoal foi criada uma comissão de dois membros do Sindicato e de igual número de representantes do patronato.

A assinatura deste contrato representa mais uma vitória dos trabalhadores rurais e um passo importante na sua organização sindical.

• Garantia de trabalho para os conserveiros

«A modesta garantia de trabalho de 24 horas semanais

pedida para as operárias, não foi concedida pelos industriais que contrapuseram 16 horas semanais para as mesmas. Vinte e cinco por cento das operárias já têm esta garantia de trabalho há diversos anos, manobra esta para fugirem ao pagamento dos dias feriados.» refere um comunicado do Sindicato dos Trabalhadores Conserveiros do Distrito de Faro, protestando energicamente contra a atitude dos industriais que querem continuar a exploração dos trabalhadores, e a não garantir um horário normal.

«Os trabalhadores conserveiros querem ser livres de trabalhar em qualquer local de trabalho, por isso exigem que se acabe com o sistema fascista das cademetas, que impedem os mesmos a transferência para outra fábrica durante o período da safra, não esquecendo que este sistema nunca foi de vontade dos trabalhadores (recorde-se as perseguições aos trabalhadores pela GNR em 1933, originando várias prisões) — acrescenta o comunicado que, entre outras reivindicações justas, terminam exigindo um subsídio de Natal.

Apoiem os trabalhadores conserveiros na sua luta por um Contrato Colectivo de Trabalho.

• A unidade dos trabalhadores é um facto

Contrariando com decisão e unidade a atitude da gerência da VICAR (Vidros), 350 trabalhadores da empresa, e de outras fábricas congéneres como a COVINA; a UNIAO e a EVINEL, levaram a direcção daquela empresa a reconhecer

a existência dos delegados sindicais democraticamente eleitos pelos seus companheiros de trabalho. Para isso, dirigiram-se, no dia 14, para junto das instalações fabris da VICAR, testemunhando a solidariedade aos seus camaradas e repudiando energeticamente a atitude insólita da empresa.

Realçando a unidade da classe trabalhadora, o Sindicato dos Operários Vidreiros e Ofícios Correlativos do Distrito de Lisboa alerta os trabalhadores contra a desunião, que só serve aos reaccionários e ao capitalismo monopolista e explorador.

• ITT: contra os despedimentos nas multinacionais

Num extenso comunicado, a célula do nosso Partido na ITT — Semicondutores da Cascais faz uma análise documentada e oportuna dos acontecimentos na empresa, fiel representante do sistema capitalista internacional e desmascara os seus subordinados portugueses vendidos ao capital estrangeiro, que os trabalhadores colocaram a cabeça da lista de saneamento, como miseráveis traidores e que a direcção mantém há seis meses comodamente instalados num hotel em Cascais, pagando-lhes os respectivos vencimentos, a fim de, na sombra, continuarem a sua tarefa de torpedeamento da luta dos trabalhadores da fábrica.

Denunciando a crise económica que a ITT joga para tentar justificar despedimentos maciços, os nossos camaradas protestam contra uma situação que levou já cerca de 600 tra-

balhadores a abandonar a fábrica.

Conscientes de que tudo isto é resultado da situação que o regime fascista nos deixou, os nossos camaradas da ITT — Semicondutores não se esquecem de que, embora tenhamos um Governo Provisório onde estão representadas as forças democráticas e progressistas do País, toda a infra-estrutura do capitalismo nacional e internacional e que, enquanto económica está ainda na posse prevalecer tal situação, serão os trabalhadores a pagar o preço das chamadas «crises económicas», muitas vezes provocadas pelos próprios grupos capitalistas.

A terminar, os nossos camaradas saudam os seus companheiros de trabalho pela solidariedade demonstrada e recomendam a manutenção da unidade, chamando a atenção do Governo Provisório e do MFA para a grande necessidade de medidas urgentes como:

— a proibição da despedimentos sem justa causa ou, na sua falta, o estabelecimento de pesadas indemnizações;

— a eficaz fiscalização da situação económica e financeira das multinacionais; a fim de detectar e punir as fraudes que estas empresas praticam, nomeadamente no que se refere aos preços de transferência praticados;

— a criação de novos postos de trabalho, eliminando deste modo a dependência dos trabalhadores portugueses relativamente a empresas cuja produção não tem interesse para a economia nacional, dada a sua falta de aplicação no mercado interno e a sua existência constituir sobretudo uma fonte de pressões do imperialismo estrangeiro sobre o processo de democratização.»

JUVENTUDE E ACÇÃO

(Continuado da 1.ª pag.)

os acampamentos distritais, a publicação bimensal do «Jovem Trabalhador», torneios desportivos, encontros culturais e recreativos, etc. Prosseguindo na defesa dos interesses da juventude trabalhadora, o MJT consolidou e alargou, nestes seis meses de vida democrática, a sua influência e organização às mais amplas camadas da nossa juventude.

Importantes vitórias foram alcançadas:

— Acabou a guerra em África. A juventude não continuará a morrer inutilmente.

— O direito de voto aos 18 anos foi reconhecido.

— A juventude viu reconhecida a importância do lugar que ocupa na sociedade.

— As liberdades estão a ser institucionalizadas. Pela primeira vez a juventude pode encetar o futuro com confiança e desenvolver a sua iniciativa criadora em liberdade.

Aprender em liberdade a alegria de ser jovem

Em num clima de regozijo pelas vitórias conquistadas que o MJT vai realizar, no próximo dia 24, ENCONTROS REGIONAIS em doze distritos do País.

Dada a projecção e importância desta iniciativa realizou-se no passado dia 13 uma conferência de Imprensa, na sede do MJT, tendo alguns elementos responsáveis deste Movimento dado a conhecer pormenores e objectivos dos ENCONTROS a realizar.

O «Avante!» esteve presente e ouviu as declarações feitas pelo José Pedro Soares, da Comissão Executiva e representando o distrito de Lisboa, o Avelino Martins, também da Executiva e presente pelo Porto, o Virgílio Azevedo, igualmente da Executiva e presente pela margem sul, o João Mário, da comissão distrital de Setúbal. O José Pedro, após um breve

resumo do que tem sido a actividade do MJT falou dos objectivos dos ENCONTROS REGIONAIS:

«Serão grandes festas da juventude trabalhadora portuguesa. Serão a manifestação de alegria e entusiasmo pelas vitórias alcançadas. Serão a confirmação da sua vontade de continuar firme e decididamente a lutar pela resolução dos seus problemas, pela paz, progresso e democracia.»

O Martins falou-nos dos trabalhos preparatórios que se estão a realizar entusiasmadamente por todo o País:

«...realizam-se torneios desportivos, com corta-matós, futebol, andebol, jogos livres, etc.; ensaiam-se peças de teatro e preparam-se os cantores e alguns conjuntos musicais. Por todo o lado se organizam excursões, havendo mesmo locais onde se está a pensar em utilizar tractores e camionetas particulares.»

É, afinal, a juventude em actividade!

No dia 24 reunir-se-ão milhares de jovens trabalhadores, nos locais dos Encontros. De manhã haverá a festa desportiva e de tarde terão lugar os debates, seguidos de actividades culturais e convívio.

Jovens de 18 distritos do País participarão nos ENCONTROS REGIONAIS que se realizarão em 12 cidades:

Porto, Braga e Viana do Castelo — Pavilhão dos Desportos do Porto (Palácio de Cristal).

Vila Real e Bragança — Ginásio da Escola de Vila Real.

Aveiro — Ginásio do Liceu de Aveiro.

Coimbra e Viseu — Piscinas Municipais de Coimbra.

Guarda e Castelo Branco — Feira das Actividades Económicas (junto à estação), Covilhã.

Leiria — Estádio e pavilhão Gimnodesportivo de Leiria.

Santarém — Piscinas Municipais de Torres Novas.

Lisboa — Estádio Nacional e Pavilhão de Ginástica (anexo).

Setúbal — Clube Naval Setubalense — Setúbal.

Évora e Portalegre — Escola Técnica de Évora.

Beja — Pavilhão Gimnodesportivo de Beja.

Faro — Escola Técnica de Faro.

Levando à prática os princípios definidos no seu Manifesto, o MJT prossegue na luta empunhando bem alto a sua mais bela palavra de ordem:

Que desabroche por toda a parte a iniciativa criadora da juventude!

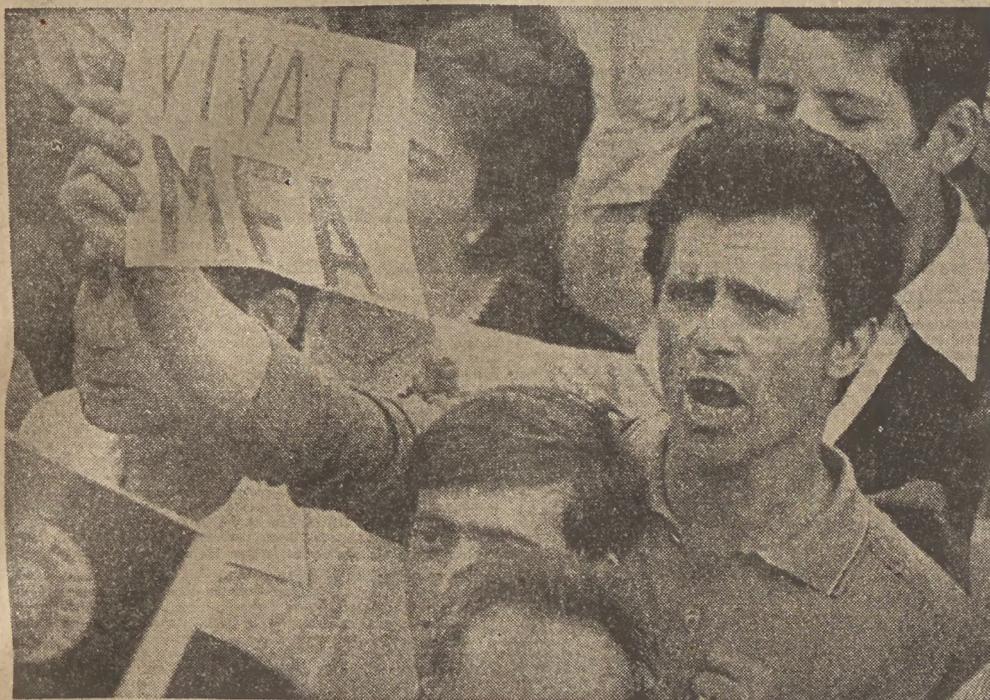
LUÍSA BASTO
canta
AVANTE
e
HINO DA JUVENTUDE DEMOCRÁTICA

DISCO ESTÉREO DE 45 r. p. m.
preço 50\$00

DISTRIBUIÇÃO PARA CENTROS DE TRABALHO DO PCP

EDITORIAL AVANTE
Av. Santos Dumont, 57-2.º — Tel. 77 98 25 — 76 97 25
LISBOA

ASSINA O "AVANTE!"



PROGRAMA DE DINAMIZAÇÃO CULTURAL: O 25 DE ABRIL NA CULTURA POPULAR

A cultura não se impõe: a cultura nasce do povo. É na batalha do dia-a-dia que se cria a cultura. Levando o povo a que se cria a cultura é a tarefa em que agora nos empenhamos ao lançar a campanha de Dinamização Cultural.

Nesta batalha do dia-a-dia em que se cria a cultura que as F. A., após o 25 de Outubro, sob iniciativa da 5.ª Divisão do Estado-Maior das Forças Armadas, se propõem seguir, de norte a sul do País, uma estratégia que consolide e alargue o processo democrático.

O inimigo poderoso a combater é o obscurantismo em que o fascismo jogou a sua sobrevivência. Esse mesmo obscurantismo que as forças reacionárias procuram manter na tentativa desesperada de ressuscitar a opressão.

Face a este inimigo, com a resolução e coragem do 25 de Abril as FA empenham, desde o 25 de Outubro, a arma da Dinamização Cultural.

O que é a Dinamização Cultural?

Dinamização Cultural é um meio de preencher a ausência ou lacunas da informação política existente no País, particularmente em certas zonas cujo isolamento beneficia e beneficia os lances sabotadores da reacção;

— Um combate da luta antifascista, esclarecendo as razões que levaram o País à situação lamentável em que se encontrava no 25 de Abril e esclarecendo o que é o Programa do MFA, o que se por si cimentará a aliança povo-MFA, condição indispensável da democratização da vida nacional.

Dinamização Cultural constitui ainda:

— Um processo de desmantelamento das estruturas fascistas, precisamente no domínio em que mais difícil e necessário é este desmantelamento: o domínio das mentalidades adormecidas pelo medo e por mitos, encarcerados no fatalismo de uma existência miserável que se queria imutável;

— uma transformação da credibilidade de um povo, cimentada na ignorância, suporte do sistema repressivo, na consciencialização das suas potencialidades; de que a féaldade é possível, de que a abundância não constitui privilégio de nascimento, de que os Governos não caem do céu aos trambolhões, de que o

FESTIVAIS DE GINÁSTICA SOVIÉTICA
Dar a conhecer a realidade soviética, fomentar e desenvolver os laços de amizade e cooperação entre o povo português e o povo soviético, tem sido a linha de orientação da Associação Portugal-URSS.
Dentro deste âmbito chegará a Portugal na próxima segunda-feira uma delegação desportiva incluindo 12 dos mais destacados representantes da ginástica soviética (4 homens e 8 mulheres). Realizar-se-ão festivais desportivos em Lisboa (dia 26/11), Barreiro (27/11), Marinha Grande (28/11), Coimbra (29/11), Castelo Branco (30/11), Viseu (1/12) e Porto (3/12), que incluirão, além da ginástica desportiva e rítmica, a acrobacia, modalidade quase desconhecida no nosso país.

povo tem o direito, tem o dever de escolher o seu próprio destino.

Em síntese, Dinamização Cultural é um instrumento de libertação de tudo o que o fascismo o estrangulou: no campo material, as associações de cultura e recreio, toda a expressão concreta da cultura local em movimento; no plano subjectivo, não menos importante, a esperança, a vontade de viver e ganhar o futuro.

Trata-se de fazer vingar a Democracia em Portugal. Sem partidarismos. Com isenção mas «inteligência política de acção» ou seja no respeito por cada condição concreta em que o povo vive, na linguagem que lhe é familiar, no estabelecimento do diálogo «que permita a participação no processo de democratização em que o País se encontra envolvido a partir dos problemas efectivamente vividos por cada comunidade».

Actuação das comissões dinamizadoras

Com este objectivo só realizável num longo prazo, criaram as FA comissões dinamizadoras segundo o número de Regiões Militares, as quais dependem de uma Comissão Dinamizadora Central que, por sua vez, está ligada a uma Comissão Ministerial, à Direcção-Geral de Cultura Popular de Espectáculos e de um Grupo Coordenador do Programa de Dinamização. A frente deste esquema o Ministério da Comunicação Social e a 5.ª Divisão do Estado-Maior das FA.

Existem Comissões Dinamizadoras Regionais no Porto, Coimbra, Tomar, Lisboa, Évora, Faro, Madeira e Açores, cada uma integrando três elementos das FA e representantes das diversas associações culturais e organismos do Estado.

A nível distrital estão em constituição comissões e em cada distrito subcomissões a fim de ser possível uma descentralização cultural e interressar no processo MFA o número mais elevado possível de cidadãos.

As diferentes comissões

conduzirão «uma acção decidida e eficiente, cobrindo todo o País, baseada na colaboração por todos os meios possíveis entre as FA, as associações culturais e os vários organismos do Estado Interesses do processo».

Não se trata de uma intervenção paternalista de levar a cultura ao povo. A cultura nasce do povo. Trata-se pois de devolver ao povo as ferramentas de cujo uso o fascismo o privou.

Neste processo utiliza-se como modo de acção um meio de animação cultural que motive a população (dança, música, cinema, teatro, artes plásticas, meios de comunicação, circo e outras) e

que constitua o motor para debates muito amplos sobre a problemática nacional.

Naturalmente que esta acção subentende um intensivo esclarecimento dentro de cada unidade. O esclarecimento político de todo um povo abrange necessariamente o povo em armas. Esse mesmo que mantém a vanguarda do processo revolucionário e que, na responsabilização plena assumida deste processo, se empenha agora numa acção de dinamização cultural indispensável a uma opção consciente do Povo Português face ao destino democrático do seu País e à construção de uma sociedade livre.

QUE CINEMA?

Quando tudo aconselhava, após o 25 de Abril, que os cinemas portugueses trouxessem finalmente ao conhecimento do público toda uma vasta gama de filmes progressistas que a censura do fascismo proibia, tem-se vindo a assistir, muito pelo contrário, a uma onda de oportunismo comercial, baseada na exploração dos mais retrógrados instintos do espectador.

Atentos ao problema, os competentes departamentos governamentais conseguiram já a adopção de uma série de medidas tendentes a moderar o surto de películas de conteúdo mais ou menos pornográfico a que se assiste. Mas importa, por outro lado, promover a apresentação entre nós, de um cinema de qualidade e de interesse imediato para o circunstantialismo político português, lutando frontalmente contra todas as formas de alienação do público.

Neste contexto, merece especial referência um comunicado recentemente difundido pela comissão de classificação etária de espectáculos cinematográficos (CCEEC), que a imprensa diária na altura própria publicou. Com um exemplar rigor crítico, onde não se vislumbra qualquer sombra de moralismo duvidoso, os sigmatários do documento, «não podendo alhear-se do interesse público, que têm por missão prosseguir», alertam os espectadores de cinema e o País em geral para determinadas questões cuja importância não necessita de ser sublinhada.

À ESPERA DE CASA HÁ CATORZE ANOS

A urgência e necessidade do combate à corrupção previsto no programa do MFA impõem-se cada vez mais a cada dia que passa. Os fascistas, que durante quase meio século oprimiram e exploraram as massas trabalhadoras, não podem continuar impunes, vivendo à custa do que por direito pertence ao povo.

Prazos que expiram põem em perigo 530 famílias

Há 14 anos que os habitantes das barracas do bairro Pereira e Santos Martas em Algés-Miraflores continuam à espera de habitações condignas existindo o dinheiro e terrenos destinados à sua construção.

Tudo isto foi objecto de um processo burocrático muito ao posto dos apurados do regime depositado em 25 de Abril, que visava liquidar estes habitantes com promessas que a sucessão de vários contratos foi destruindo.

Por outro lado, a própria divisão dos filmes pelos diferentes graus da classificação etária é sintomática: 26% são interditos a menores de 18 anos, 35% não são aconselhados a menores de 13 anos e apenas 9 % são para todos. Como se afirma no comunicado em causa, «se tivérmos presente que é quase exclusivamente a possibilidade do dano psico-sociológico e a sua gravidade que servem de guia à CCEEC para atribuir aos filmes a classificação que orienta o público, que aos filmes considerados como susceptíveis de causar mais grave dano é atribuída a classificação para os níveis de idade superiores e que somente nos casos extremamente graves a CCEEC os declara interditos aos menores de 18 anos (escala máxima), pode facilmente concluir-se que os factores danosos estão amplamente generalizados nos espectáculos cinematográficos que se apresentam ao público português».

Considerando que, após o 25 de Abril, nada obriga os circuitos cinematográficos a escolher tais filmes, os membros da CCEEC concluem que esse tipo de cinema «corresponde a quele que a distribuição e exibição comerciais entendem que deve ser visto em Portugal nestas datas», opção que condenam vigorosamente.

Os números do comunicado da CCEEC falam por si. Dispensando, pois, comentários supérfluos, limitámo-nos, também nós, a perguntar: quem tem medo do outro cinema?

— apenas uns 10% poderão ser considerados positivos em termos de qualidade sociocultural;

— cerca de 25% poderão considerar-se inócuos, na medida em que nada acrescentam ou retiram ao comportamento sociocultural dos espectadores;

— mas os restantes 65% podem considerar-se perniciosos, quer porque transmitem de forma alicianete imagens de sociedades de cadentes que nada interessa tomar como modelo, quer porque se inserem num tipo de cinema comercial sensacionalista;

— sendo certo que, pelo menos 50 destes últimos, podem ser considerados altamente lesivos, na medida em que apontam sistematicamente para a violência como forma única de resolução de conflitos;

O TEMPO DOS CACIQUES E DOUTORES TEM DE SER BEM ENTERRADO

—afirmou o novo presidente da Câmara de Gondomar

«Cabe-nos a todos nós, desde o mais alto responsável ao mais anónimo democrata, praticar a Democracia, isto é, torná-la dinâmica para que se abram as portas às justicças, ansladas pelo povo nos

mais variados sectores nacionais.»

Esta afirmação foi proferida no acto de tomada de posse no lugar de presidente da Câmara Municipal de Gondomar pelo dr. Alberto

Teixeira de Sousa, militante do PCP já de há longos anos e que toma agora nas suas mãos a administração de um dos maiores concelhos do distrito do Porto.

Teixeira de Sousa foi saudado pelo governador civil, dr. Mário Cal Brandão, «seu companheiro de lutas antifascistas», com a certeza de que «a administração está em boas mãos» e de que a tarefa da comissão administrativa «será exemplar».

E a terminar a sua intervenção, Mário Cal Brandão, ao referir as muitas dificuldades que se depara à comissão agora empossada, frisou: «Pelo espírito de luta de que deu provas o dr. Teixeira de Sousa, pelo espírito de luta dos companheiros, admito que V. Ex.ª vai honrar a democracia e os nossos ideais».

Administrar não pode ser obra de um grupo de pessoas. O tempo dos caciques

e dos doutores tem que ser enterrado e bem. O fascismo conseguiu impor-se durante tantos anos porque dividia e isolava as populações, centralizava o poder, impedindo a participação popular na administração pública.

Há todo um trabalho de organização a desenvolver, desde contactos com as populações, até à formação de comissões de moradores (de rua, de lugar, de freguesia) e de grupos de trabalho em torno de problemas concretos.

Conseguir dotações de recursos técnicos e financeiros nas Juntas de Freguesia necessárias à realização de programas aprovados pelas populações. Para isso sugere-se:

a) Aumento de percentagens dos impostos e contribuições gerais do Estado.

b) Subsídios do Estado.
c) Contribuição voluntária das populações.
E forçoso que se saiba que a ausência de recursos financeiros com que se debatam as comissões administrativas das Câmaras não é obra do 25 de Abril. É, isso, sim, a consequência directa da pouca importância que o fascismo dava às autarquias locais já que mais nada pretendia delas do que o sujo jogo das suas eleições que promovia.

CONCELHO DA FIGUEIRA DA FOZ

OS FACTOS CONCRETOS DESARMAM A REACÇÃO

A medida que o Partido Comunista, pelo esclarecimento e persuasão, se vem a impor em todo o concelho da Figueira da Foz, a campanha anticomunista, movida desde sempre pelas forças reaccionárias, recrudescer em aleviosas e dislates. Desde a inclusão, em missas, de apelos do género «Deus nos livra do flagelo dos comunistas» a dizer-se, e proparar-se, que tudo será confiscado por estes (casas, animais, courelas, os próprios filhos, etc.), de tudo tem havido. É óbvio que a campanha — mais aguda e orquestrada nos últimos tempos — não tem recrudescido por menor acaso. A reacção, apoiada em todo o concelho pelos mesmos laços do regime anterior, tem-se apercebido do verdadeiro êxito de que em muitas aldeias e lugares se têm revestido as sessões promovidas pela Comissão Concelhia do Partido Comunista e é precisamente esse êxito, a invulgar receptividade à doutrina do Partido patenteada por largas camadas das populações rurais, que tem vindo seriamente a perturbar os espíritos retrógrados. Com efeito, já não é apenas o comunismo que eles temem. Tanto, ou ainda mais do que isso, o motivo fundamental do presente pavor reside no facto de lhes parecer já possível,

pelo caminho que as coisas levam ver os comunistas romper o tenebroso manto do obscurantismo criado e mantido pelos fascistas durante meio século de terror. E isso — o receio da vitória da verdade — o que neste momento mais os atemoriza. Por isso os padres de Ferreira, Buarcos, Alqueidão e Paialó, reacionários de antes quebrar que torcer, insistem desesperadamente no papão comunista. Por isso grandes senhores da terra, perturbados com as posições de outros sacerdotes mais sérios e progressistas, descem agora aos povoados para dizer na rua o que não conseguem obter dos pilótipos. Por isso ricos industriais — toda a vida conhecidos como exploradores do operariado — se dizem agora democratas, para nessa qualidade — paradoxo dos paradoxos! — melhor poderem combater o nosso partido.

Seja, no entanto, como for, a verdade é que grande parte das populações vizinhas começa já a duvidar deles. A medida que o tempo passa, é o próprio tempo a encarregar-se de repor a verdade no seu lugar. De que vale, por exemplo, dizer na Ereira que os comunistas tiram as leituras aos camponeses, se nesse mesmo dia são os comunistas que lado a lado com os camponeses reivindicam e impõem a viscondessa de Maiorca a devolução das terras que essa grande proprietária lhes trazia arrendadas e queria agora ilegalmente retirar-lhes? De que vale, por exemplo, pedir em Santana aos rendeiros da Quinta de Foja para não comparecerem na reunião promovida pelos comunistas, se afinal de contas vão ser esses mesmos rendeiros que irão assinar importante documento, decidido e elaborado na própria reunião, para em seu benefício ser entregue ao Governo? De que vale, por exemplo, destruir a propaganda para algumas sessões, se para essas sessões as salas vão acabar por ser pequenas?

Lenta mas seguramente, a verdade há-de vir ao de cima, como lenta, mas seguramente, a campanha anticomunista há-de acabar por destruir-se. Por si mesma, peça por peça, sem ninguém lhe valer. E com os dentes partidos.

INICIARAM-SE AS OPERAÇÕES RELATIVAS AO RECENSEAMENTO

Embora o decreto que regulamentará o processo eleitoral ainda não tenha sido publicado, a grande campanha nacional de recenseamento para as próximas eleições à Assembleia Constituinte já se iniciou. Nove milhões de verbetes para inscrição estão a ser distribuídos por cerca de quatro mil freguesias de todo o País. Os editais da constituição das comissões de recenseamento começaram também a ser publicados. Para discutir os múltiplos problemas que vão surgir, os governadores civis promoveram já as primeiras reuniões com os presidentes dos municípios ou com as respectivas comissões administrativas com as juntas de freguesia dos concelhos.

Está previsto que o recenseamento comece nos primeiros dias de Dezembro. O prazo para que cada eleitor se inscreva será de aproximadamente três semanas. Como o recenseamento é obrigatório para todos os cidadãos com capacidade eleitoral, admite-se que o total de eleitores atinja quase cinco milhões.

Para discutir essas e outras questões, o director executivo do Departamento Eleitoral do Ministério da Administração Interna reuniu-se com os representantes dos partidos da coligação governamental e do Movimento Democrático Português. Foi debatida a forma de participação desses partidos nas operações de recenseamento e particularmente o seu papel numa grande campanha de esclarecimento popular.

Em face da complexidade das operações que se inicia, a agora e da exiguidade do prazo para elas previsto, certamente surgirão problemas de difícil superação, motivo pelo qual não pode haver rigor no tocante aos prazos previstos para cada uma das iniciativas em desenvolvimento.

Precisamente por isso e atendendo à importância da grande campanha em início, pois as eleições para a Constituinte serão um marco decisivo no processo de democratização do País, espera-se — o Partido Comunista Português faz esse apelo — que os futuros eleitores colaborem com as autoridades responsáveis, pelo recenseamento e com os partidos políticos democráticos, não apenas inscrevendo-se o mais rapidamente possível, como o também contribuindo, através de iniciativas de carácter colectivo, ao nível regional, para o bom encaminhamento das operações em curso.

CONSTITUÍDA A ASSOCIAÇÃO URSS-PORTUGAL

A agência soviética Novosti, em exclusivo para o «Avante!», informou de Moscovo: A imprensa, a rádio e a televisão soviéticas noticiaram com destaque a constituição, no passado dia 15, em Moscovo, da Associação URSS-Portugal.

A grande sala da Casa da Amizade com os Povos dos Países Estrangeiros estava, nesse dia, decorada com as bandeiras da União Soviética e de Portugal e com faixas que diziam, em português e em russo: «Que as relações de amizade entre os povos da URSS e de Portugal cresçam e se desenvolvam!»

Os presentes acolheram com aplausos os membros da presidência da reunião constituinte da Associação URSS-Portugal, entre os quais se encontravam destacadas personalidades da vida pública soviética, assim como os membros da delegação portuguesa, chefiada pelo prof. Henrique de Barros, presidente da Associação Portugal-URSS. Encontravam-se presentes, ainda, o embaixador de Portugal na União Soviética, dr. Mário Neves, funcionários da embaixada e portugueses que se encontravam na URSS. Presentes, também, representantes do Ministério dos Negócios Estrangeiros da URSS, de numerosas organizações soviéticas que manifestaram o desejo de ser membros colectivos da Associação URSS-Portugal e numerosos jornalistas.

Rem Khokhlov, reitor da Universidade de Moscovo, proferiu um discurso sobre o desenvolvimento das relações entre a URSS e Portugal. Referiu-se às transformações democráticas ocorridas

em Portugal e à actual situação no País, destacou a solidariedade do povo soviético para com a luta do Povo Português e expôs os princípios fundamentais da actividade da União das Sociedades Soviéticas de Amizade, que tem por objectivo ampliar as relações de amizade e a compreensão entre os povos. Referindo-se, em especial, à actividade da Associação URSS-Portugal, o reitor da Universidade de Moscovo destacou o papel que ela virá a desempenhar na divulgação, junto dos portugueses, da vida no País dos soviéticos e na consolidação da amizade entre os povos dos dois países.

«Tenho a firme convicção», declarou Rem Khokhlov — de que a iniciativa dos representantes da opinião pública soviética e das organizações que acabam de fundar a Associação URSS-Portugal merece o apoio caloroso de todos os soviéticos.»

O jornalista Vadim Poliakovski, que foi um dos primeiros jornalistas soviéticos a visitar Portugal após o 25 de Abril usou também da palavra para se referir, com emoção, às impressões colhidas nos encontros que teve com os portugueses, destacando principalmente a sua profunda simpatia para com o povo soviético.

A solidariedade com a luta das forças progressistas de Portugal, a necessidade que havia de se criar a Associação URSS-Portugal e de desenvolver os laços de amizade com o Povo Português, tudo isto foi expresso através das intervenções dos representantes das organizações soviéticas que se encontravam presentes entre os quais, Yuri Ostalski, vice-presidente do Comité Executivo

da Cruz Vermelha Soviética e do Crescente Vermelho da URSS; Zinaida Feodorova, secretária executiva do Comité das Mulheres Soviéticas; Serguei Sartakov, secretário da União dos Escritores Soviéticos; Pavel Abrossov, afinador da fábrica de linhas automáticas de Moscovo.

Com particular simpatia foi acolhido pelos presentes o prof. Henrique de Barros, presidente da Associação Portugal-URSS, que agradeceu as manifestações de amizade ao Povo Português e a hospitalidade dispensada à delegação portuguesa, dizendo: «A delegação portuguesa confia em que esta nova associação hoje constituída URSS-Portugal, venha a revelar muito rapidamente a sua utilidade para reforçar as relações culturais entre os nossos dois países e contribuir para criar entre todas as nações do Mundo um ambiente de paz real e duradoura.»

O embaixador de Portugal na URSS, dr. Mário Neves, saudou também os presentes assinalando a grande importância que tem a Associação URSS-Portugal para o desenvolvimento da compreensão entre os dois países.

Sob grandes aplausos foi proclamada a Associação URSS-Portugal e eleita a sua direcção, de que ficaram a fazer parte destacadas personalidades da vida pública soviética, representantes de sindicatos, de organizações juvenis, culturais, representantes de colectivos de empresas, etc. O reitor da Universidade de Moscovo Rem Khokhlov foi eleito presidente da Associação URSS-Portugal.

No final do acto teve lugar um concerto por artistas de Moscovo.

QUE SE PASSA NO CACHÃO?

Chegam-nos do Cachão notícias alarmantes. Os fascistas continuam ali a mandar, violando as leis e gabando-se disso. Será de admitir que responsáveis de trabalhos se vangloriem, com todas as letras, de serem fascistas? Será de admitir que se recusem a pagar o salário mínimo nacional? Será de admitir que haja castigos e agressões físicas aos trabalhadores? Vê-se que o 25 de Abril ainda não chegou a muitas partes do País. Que não se iludam porém os fascistas. Se não chegou, chegará.

informação

- Os chilenos não comerão pão de trigo comum a partir do início do próximo ano. O Governo de Pinochet decidiu que a farinha de batata misturada com a de trigo proporciona um pão muito melhor e mais nutritivo. A notícia e a justificação provocaram justos sentimentos de revolta.
- Uma comissão da Organização Internacional do Trabalho deslocar-se-á no fim do mês a Santiago para realizar uma investigação sobre violações de liberdades sindicais e direitos individuais no Chile.
- O número de nascimentos nos Estados Unidos, em 1974, foi o mais baixo dos últimos 30 anos. O número de casamentos, contudo, aumentou.
- O preço do ouro no mercado de Londres atingiu um novo recorde, ultrapassando a barreira dos 191 dólares por onça.
- Dois dirigentes do Partido Comunista Argentino, incluindo dois parlamentares, receberam ameaças de morte da organização fascista Aliança Anticomunista Argentina-AAA. Nas últimas semanas a AAA assassinou dezenas de pessoas, numa escalada terrorista sem precedentes.
- O novo director-geral da UNESCO é um africano: o senegalês Amadou Mahtar M'Bow.
- No Uruguai, os preços dos artigos da primeira necessidade foram aumentados por decisão do Governo ditatorial de Juan María Bordaberry. Os aumentos, que em certos casos atingem 100 por cento, seguem-se a uma elevação dos salários que não excedeu 20 por cento. A alta do custo de vida nos primeiros oito meses do ano foi de 62 por cento.
- A Jugoslávia protestou contra a realização no Adriático de manobras navais conjuntas das esquadras dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha, da Itália e da Turquia.
- O Governo cubano concedeu com a Ordem Nacional de Playa Girón o dirigente palestino Yasser Arafat.
- O presidente Erskine Childers, da República Irlandesa, faleceu em Dublin.
- A União Soviética e o Sri Lanka (ex-Ceiloão) reafirmaram, em comunicado conjunto divulgado após a visita a Moscovo do primeiro-ministro daquele país asiático, que o processo de descolonização português constitui uma importante fase no caminho para a abolição final do colonialismo em África.
- A União das Mulheres Comunistas promoveu em Roma uma grande manifestação para protestar contra as desigualdades entre o homem e a mulher. A iniciativa precedeu a abertura na capital italiana de uma conferência dos Partidos Comunistas Europeus, consagrada ao problema da condição feminina.
- O monopólio estatal do comércio do cobre, que era uma das poucas conquistas democráticas do povo do Chile que ainda não fora atacada pela ditadura de Pinochet, acaba de ser suprimido. As pequenas e médias empresas, directa ou indirectamente controladas pelos monopólios americanos, podem agora vender o cobre a quem melhor entenderem e pelo preço que quiserem...
- O Comité dos 24 das Nações Unidas, também chamado Comité de Descolonização, decidiu que as agências especializadas da ONU podem doravante colaborar com Portugal, devido à actual política de descolonização adoptada pelo Governo Provisório português.
- O corpo embalsamado de Eva Perón voltou à Argentina e foi depositado junto da urna do seu marido, o general Juan Domingo Perón, falecido em Julho.
- O «déficit» do próximo orçamento federal americano poderá atingir 35 bilhões de dólares — um novo recorde.
- A retirada imediata da esquadra americana que cruza o oceano Índico foi exigida em Nova Deli, na Índia, pelos participantes de uma conferência internacional que defende a criação de uma zona de paz na região. O chefe da delegação soviética, Victor Popov, acusou os dirigentes da China de contribuírem para encorajar a presença militar americana na Ásia, em geral, e no oceano Índico, em particular.
- A Arábia Saudita vai colocar no mercado internacional mais petróleo em venda directa, no ritmo de dois a três milhões de barris por dia. A iniciativa visa a tornar possível uma baixa dos preços mundiais, pois a fórmula exclui, para essas vendas, as grandes companhias monopolistas como intermediárias. O petróleo será oferecido a um preço não superior a 10,46 dólares por barril.
- O presidente do Conselho Militar Provisório Etiópe, general Aman Andom, declarou que a Etiópia será brevemente uma República, renunciando ao regime monárquico.
- A chegada a Lisboa, em visita oficial, do ministro das Relações Exteriores do Brasil, Azeredo Silveira, está prevista para os primeiros dias de Dezembro.
- O Governo colombiano teve de reduzir para metade o aumento dos preços dos bilhetes de autocarro na cidade de Cali (um milhão de habitantes) em consequência de grandes manifestações populares. Durante choques ocorridos morreram oito pessoas e centenas sofreram ferimentos.
- Exilados nicaraguenses dirigiram um apelo aos povos da América Latina pedindo solidariedade contra a repressão vigente no seu país. A situação dos presos políticos internados nos campos de concentração de Cus e Blijo é terrível.
- Em Wageningen, na Holanda, inicia-se hoje uma conferência de trabalhadores estrangeiros residentes em 11 países da Europa Ocidental. Participam na reunião 50 organizações de imigrantes e observadores da UNESCO, da Organização Internacional do Trabalho e de 30 sindicatos. Entre os temas da agenda figuram a discussão de um estatuto internacional do imigrante e da viabilidade de um congresso mundial.
- O comissário para os Negócios Estrangeiros da República de Guiné-Bissau, Vítor Maria, visitou a Nigéria para discutir assuntos relacionados com a ajuda ao seu país.
- A Jamaica e várias nações latino-americanas estudam, no momento, a sugestão feita pelo presidente do México no sentido de ser criada uma nova ordem económica para a América Latina. Não se exclui a hipótese de criação de um organismo intercontinental para substituir a desmoralizada OEA, completamente dominada pelos Estados Unidos.
- O Governo da Colúmbia decidiu investigar a veracidade de notícias, comentadas pela imprensa, segundo as quais, um grupo de norte-americanos, agrupado em torno de um Instituto Linguístico de Verão, manteria índios das selvas orientais em regime de escravidão. Há poucos anos houve no país um escândalo porque um cidadão americano organizava safaris para que os turistas ceçassem índios selvagens.
- Para manterem na Europa Ocidental 300 000 soldados, os Estados Unidos gastam anualmente 1983 milhões de dólares. Em mensagem enviada ao Congresso, o presidente Gerald Ford revelou que os aliados dos EUA na NATO, para compensarem essa saída de divisas compraram — com excepção da República Federal da Alemanha — armas americanas no valor de 883 milhões de dólares.
- O camarada Leonid Brejnev, secretário-geral do Partido Comunista Soviético, visitará a Síria, em Janeiro, a convite do presidente Hafez El Assad.
- O primeiro-ministro Vorster, da África do Sul, afirmou que o seu Governo jamais tomará qualquer medida susceptível de «retirar o Poder das mãos dos brancos».
- Eleve-se a 12 400 o número de operários em greve nas fábricas de Barcelona.
- A visita do presidente Gerald Ford, dos Estados Unidos, ao Japão, iniciou-se em ambiente de apatia. Apesar da indiferença popular, houve contactos entre a Polícia e manifestantes que protestavam contra a presença de Ford. Foram presos 188 pessoas.

As eleições na Grécia

Com 54,56% dos votos do eleitorado, o Partido Conservador «Nova Democracia», do primeiro-ministro Karamanlis, assegurou uma folgada vitória nas eleições da Grécia. Confirmando as previsões gerais, só mais três Partidos conseguiram votos suficientes para terem representantes na futura Assembleia Constituinte: a União do Centro (de tendência liberal), com 20,41%, o Movimento Socialista Pan-Helénico, com 13,61% e a Esquerda Unida (comunista), com 9,20%. Ao abrigo do sistema eleitoral grego, que beneficia os maiores partidos, atribuído-lhes um número de lugares superior ao correspondente aos votos conseguidos, a «Nova Democracia» terá 214 representantes na Assembleia, a União do Centro 64, o Movimento Socialista 12 e a Esquerda Unida 10.

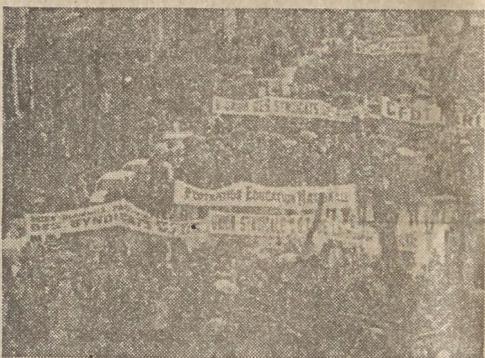
Um facto importa, acima de tudo, acentuar: o esmagamento das correntes de extrema-direita, que não conseguiram mais do que 1,12% dos votos. Quanto ao resto, o próprio sistema eleitoral grego impedia um êxito mais acentuado das forças de esquerda. Por outro lado, os observadores são unânimes em considerar que o escasso período pré-eleitoral impediu uma profunda consciencialização das massas, principalmente na província (onde foi mais acentuada a vitória da «Nova Democracia»), propiciando o impacto do «slogan» «Karamanlis ou os blindados», falso dilema que o Partido utilizou na sua propaganda, explorando em seu proveito o receio dos gregos em voltarem a uma ditadura militar.

Como não podia deixar de ser, a imprensa burguesa, por essa Europa fora, começou já a trazar paralelos entre os resultados agora verificados na Grécia e as próximas eleições para a Assembleia Constituinte portuguesa. Tal paralelismo carece de qualquer fundamento: em primeiro lugar, porque o nosso processo de democratização é bem mais profundo do que o grego; depois, porque as Forças Armadas Portuguesas são precisamente as guardiãs desse evoluir democrático, e não será possível, entre nós, a utilização de qualquer «slogan» como aquele que foi utilizado na Grécia.

As greves na França e as promessas esquecidas

Durante mais de cinco horas, 300 000 manifestantes desfilarão na terça-feira pelas ruas de Paris, respondendo ao apelo lançado pela CGT e pela Federação Francesa Democrática de Trabalhadores — CFTD e pela Federação da Educação Nacional. Os secretários-gerais das três organizações abriam a marcha sob dois cartazes que exigiam negociações sérias entre o Governo e os trabalhadores e respeito pelo direito de greve e pelas liberdades sindicais.

A greve de 24 horas contou com a adesão de milhões de trabalhadores, afectando todo o sistema de produção do país, já parcialmente atingido pelas greves nos serviços públicos. Não houve incidentes. Nos próximos dias o movimento grevista prosseguirá com paralisações sectoriais



até que o Governo atenda as reivindicações dos sindicatos. Entretanto, o número de desempregados subiu para 630 000, recorde do pós-guerra. Os sindicatos exigem, concretamente, aumentos salariais e a criação de mais empregos no sector público. Pretendem também que as negociações sejam globais.

O Governo de Giscard d'Estaing esforça-se por diminuir a significação do movimento grevista. Mas a realidade pode mais do que os desmentidos oficiais. O Estado francês enfrenta, no momento, o maior desafio das massas trabalhadoras desde Maio de 1968. As grandes empresas monopolistas já compreenderam, aliás, essa evidência que o Governo, por motivos táticos, continua a negar. A grande indústria privada está sofrendo as primeiras consequências da intransigência patronal. O Governo teme, contudo, em impor as suas condições. O primeiro-ministro Jacques Chirac, um tecnocrata que tem o fascínio da autoridade, recusa-se a dialogar com as grandes centrais operárias, alegando que não tomará medidas que possam prejudicar o «programa de austeridade» do Governo. Na realidade, Chirac tem má memória. Os trabalhadores franceses exigem apenas o cumprimento do que lhes foi prometido. Durante a sua campanha para a Presidência da República, Valéry Giscard d'Estaing fez muitas promessas. Agora esqueceu tudo isso.

O povo brasileiro votou contra a ditadura

A ditadura brasileira sofreu nas eleições do dia 17 uma grave derrota. O povo votou maciçamente nos candidatos do Movimento Democrático Brasileiro — MDB, manifestando desse modo a sua repulsa pelo chamado «modelo brasileiro de desenvolvimentos». Os resultados finais das eleições para a Câmara Federal, para as Assembleias Legislativas Estaduais e para renovação de um terço do Senado, só serão conhecidos nos próximos dias, mas os números já apurados confirmam a previsão inicial de que o Partido oficial, a Arena, perderá o «controlo» de mais de metade dos legislativos estaduais e também o da própria Câmara dos Deputados da União.

A primeira lição a extrair das eleições brasileiras é o significado do protesto popular. Os eleitores sabiam que o resultado, qualquer que fosse, não alteraria a estrutura do regime. O Congresso é, no Brasil, uma instituição de fachada, sem poderes para fiscalizar a acção do Executivo. Mas, votando pelos candidatos da oposição, o povo votou contra o regime e tudo aquilo que ele simboliza. No preciso momento em que o Governo acaba de desvalorizar o cruzeiro pela 10.ª vez desde Janeiro, a massa manifestou-se nas urnas contra o fascismo, contra a repressão, contra a inflação galopante, contra os privilégios da minoria que oprime o país. Seria, no entanto, uma ilusão admitir que a derrota eleitoral sofrida pela ditadura poderá levar rapidamente a uma abertura política e à democratização do país. Em primeiro lugar o Movimento Democrático Brasileiro só é democrático no nome. No seu seio há muitos elementos oportunistas que — a experiência assim o demonstra — não hesitarão em mudar para o Partido oficial a troca de vantagens materiais ou políticas. Por outro lado, o Governo do general Ernesto Geisel dispõe de instrumentos de acção que lhe permitam impedir uma ofensiva do Partido oposicionista no terreno legal. Nos termos do Acto Institucional n.º 5, o presidente pode, por exemplo, anular qualquer mandato parlamentar sem prestar satisfações a ninguém. Pode, inclusive, mandar fechar as portas do Congresso sem possibilidade de recurso ao Poder Judiciário. A vigência da Lei de Segurança Nacional, é outra ameaça contra a qual os democratas brasileiros são, legalmente, impotentes. Tal como em Portugal nos tempos do fascismo, qualquer cidadão brasileiro acusado de actividades «subversivas» fica imediatamente à mercê de um monstruoso aparelho de repressão policial.

De qualquer modo, a ditadura brasileira acaba de sofrer uma derrota esmagadora, com a qual não contava. Os movimentos esquerdistas, que preconizavam a abstenção ou o voto em branco, foram também derrotados. O povo não os ouviu. Em contrapartida o resultado das eleições veio confirmar a correcção das análises e palavras de ordem do Partido Comunista Brasileiro. «A transformação das eleições do dia 15 em grande acto nacional de contestação ao fascismo, assim como a canalização para formas organizadas de luta do espírito combativo que se acende nas massas trabalhadoras — havia assinalado em editorial a «Voz Operária», órgão central do PCB — são o caminho para derrotar os planos de legalização fascista e abrir novas perspectivas de desenvolvimento em nossa pátria, que levem à convocação de uma Assembleia Constituinte livremente eleita, à anistia para todos os presos e exilados políticos, à conquista plena das liberdades democráticas, à construção de um Brasil novo, economicamente emancipado e socialmente aberto ao progresso».

O voto popular confirmou a correcção da linha do PCB

O presidente do Perú faz graves acusações aos Estados Unidos

O Governo peruano exigiu oficialmente a imediata retirada de Lima de dois diplomatas norte-americanos, depois de ter reunido provas de que ambos se entregavam no país a actividades conspirativas. A informação foi dada pelo próprio presidente da República, general Juan Velasco Alvarado durante uma conferência de imprensa em que acusou os dois «diplomatas» de serem mero agentes da CIA. «Nós já apanhamos a CIA



em acção — revelou — com essa experiência estamos a investigar, a fim de descobrirmos se há mais alguma coisa que se relacione com este assunto».

Nas suas declarações, Velasco Alvarado salientou que os agentes estrangeiros estão articulados com as forças contra-revolucionárias internas e lançam mão dos processos mais diversos para tentar descreditar a Revolução aos olhos do povo. Um dos meios mais comuns é a difusão de boatos e calúnias que envolvem membros do Governo revolucionário. Apurou-se que em muitos dos grandes jornais recentemente proprietários e entregues às comunidades do trabalho (indústria, pesca, agro, sindicatos, juventude, minas, etc.), há infiltrações de elementos provocadores que actuam de acordo com instruções recebidas do exterior.

Como primeira medida contra a utilização da imprensa pelas forças da reacção, o Governo decidiu fechar o jornal «Peruvian Times», editado em inglês e que acusava a lei de socialização dos órgãos de Informação. Depois, fechou, também os semanários «Oiga» e «Opinião Libre».

Em resposta a uma pergunta sobre a campanha contra a construção do oleoduto transandino que levará o petróleo da selva para o litoral, o presidente definiu os seus promotores, dirigentes e ex-dirigentes da Ordem dos Advogados, como «escumalha de gravata e mosqueteiros do antipatriotismo».

Conforme o «Avante!» tem salientado, a ofensiva do imperialismo norte-americano contra o Perú está a assumir uma feição cada vez mais inquietante. Embora a experiência peruana apresente aspectos contraditórios como revolução antioligárquica, anti-feudal e anti-imperialista, os Estados Unidos rejeitam não apenas que ela acabe tomando um rumo acentuadamente popular, graças à participação das massas no processo de transformações socioeconómicas em curso, como temem que o exemplo de independência do Perú se torne «contagioso» na América do Sul. Daí o cerco cada vez mais apertado à Revolução Peruana. Nestas condições, as revelações feitas pelo general Velasco Alvarado não surpreenderam os observadores que acompanham a situação existente naquele país andino. Mas foi sem dúvida oportuno recordar aos seus compatriotas que os Estados Unidos não hesitam em transformar as suas embaixadas latino-americanas em verdadeiros ninhos de agentes da CIA. O caso do embaixador Ernest Syracusa é esclarecedor. Elementos da própria CIA, já o apontaram como um dos mais categorizados representantes da organização no serviço diplomático. E António Arguedas, o ex-ministro do Interior da Bolívia, que entregou o Diário do Che ao camarada Fidel Castro, denunciou, pormenorizadamente, as suas actividades em La Paz, numa época em que o ditador René Barrientos não tomava uma decisão importante sem consultar previamente o chefe local da CIA. Mais tarde, Syracusa, depois de ter articulado a trama contra-revolucionária que derrubou o Governo do general Torres, teve uma participação igualmente decisiva nos acontecimentos que levaram, no Uruguai, ao golpe de Estado de 1973.

A meta, agora, é o Perú.

A loucura do general Banzer e o heroísmo dos operários bolivianos

A decisão do Governo do general Hugo Banzer de «despolitizar» totalmente a Bolívia provocou uma vaga de greves naquele país. A Central Obrera da Bolívia-COB respondeu ao decreto de dissolução com um apelo à greve geral que foi atendido imediatamente pelos mineiros de Catavi, Siglo XX, Huanuni e outras minas. Os estudantes da Universidade San Andrés, de La Paz, também entraram em greve, apoiando a acção dos sindicatos. O reitor reagiu, suspendendo todas as actividades universitárias por três dias.

Um decreto fascista autoriza agora o Governo a convidar qualquer cidadão para o desempenho de funções públicas. Nos termos da lei todo o indivíduo que se recusa a desempenhar o cargo para o qual foi nomeado



será punido pelo Estado com dois anos de prisão ou com deportação, sem possibilidade de recurso aos tribunais.

A ditadura boliviana, uma das mais sangrentas da América Latina, entrou numa fase de autêntica histeria. Não contente com a supressão de todos os partidos políticos, o general Banzer — cuja família ganha milhões com o contrabando — quer transformar a Bolívia num povo de escravos sem vontade própria. Mas as massas operárias, e particularmente os mineiros e os operários de La Paz, estão respondendo à altura ao desafio desse cruel ditador de opor. Na pequena burguesia há elementos que capitulam e se submetem às exigências da «despolitização». A atitude da classe operária, entretanto, é de luta. Numerosos dirigentes sindicais, demitidos das suas funções, rejeitaram a proposta oficial para trabalharem na «coordenação do serviço civil obrigatório» que, de acordo com o projecto da ditadura, deveria promover o desenvolvimento económico e social e tornar definitivamente desnecessários os partidos e sindicatos. Todos esses dirigentes estão ameaçados de ser presos e expulsos do país.

A Bolívia, através do comportamento da sua classe operária, está dando um exemplo de resistência heroica ao fascismo na América Latina.

Argentina: persiste o perigo de um golpe

O perigo de um golpe de Estado na Argentina, organizado pela reacção interna com o apoio da CIA, é uma realidade que exige uma vigilância permanente das forças democráticas e populares. O camarada Orrestes Ghioldi, membro do Comité Central do Partido Comunista Argentino, acaba de chamar a atenção para essa grave ameaça em informe apresentado ao Comité Executivo Ampliado daquele partido irmão.

A propósito da escalada terrorista e repressiva e das últimas mudanças verificadas no Governo, o camarada Ghioldi anunciou as manobras das forças reacţionárias que sonham com um golpe «à brasileira ou à chilena». «Tanto os gorilas — disse — como os elementos da Guardia Restauradora, nacionalistas católicos de direita, consideram que surge escolher entre a esquerda marxista ou Pinochet. E optam por Pinochet. Na realidade a opção é entre um regime democrático com conteúdo anti-imperialista e o fascismo; e eles elegem o fascismo». Aludindo à intensa actividade da CIA na América do Sul recordou a advertência do camarada Geronimo Arnedo Alvarez, secretário-geral do PCA: «O imperialismo lanque não abandonará facilmente a sua presa argentina».

As declarações do camarada Ghioldi traduzem com clareza a gravidade da situação criada na Argentina pelas concessões feitas à direita pela presidente María Estela de Perón. A substituição de José Gelbard na pasta da Economia por Gomes Morales reforçou a arrogância das forças reacţionárias que acreditam, agora, poder sabotar a política de aproximação com Cuba e a cooperação económica com a União Soviética e os demais países socialistas. O destino do anteprojecto de Lei Agrária será, provavelmente, um teste decisivo nas próximas semanas. Esse discutido texto não visa à realização da reforma agrária. Mas algumas das medidas que propõe (possibilidade de expropriação de terras incultas e impostos progressivos sobre o latifúndio) alarmaram a oligarquia agrária que se mobilizou em força transformando a luta contra o anteprojecto numa questão de «sobrevivência». Segundo a Sociedade Rural Argentina e a Imprensa direitista, essa «terrível lei» põe em perigo toda a estrutura da sociedade ocidental e cristã. A linguagem dá-nos a medida da profundidade e gravidade da conspiração em marcha.

O anteprojecto já foi aprovado pela Comissão de Política Concertada para o Agro do Congresso. E em sua defesa mobilizaram-se a Federação Agrária Argentina, as Ligas Agrárias, as cooperativas e organizações operárias, e todos os partidos políticos progressistas do país, e particularmente o PCA. Impedir que a oligarquia agrária entere esse discutido texto é uma tarefa fundamental das forças antifascistas da Argentina. É barrar o caminho ao golpe que pode transformar a Argentina num novo Chile.

Liber Seregni em liberdade

Sob a dupla pressão de uma grande campanha nacional e internacional, a ditadura uruguaia teve de recuar e viu-se obrigada a libertar o general Liber Seregni, presidente da Frente Ampla e candidato por essa organização unitária às últimas eleições presidenciais.



Seregni fora preso em 9 de Julho de 1973, quando participava numa grandiosa manifestação popular contra o golpe de Estado que nesse mesmo dia suprimira a democracia no Uruguai.

Adoptando a tática tradicional dos regimes fascistas, o Governo de Bordaberry tentou compensar a derrota que para ele representa a liberdade de Seregni, partindo para nova ofensiva repressiva. Quase simultaneamente prendeu dois membros do Comité Central do Partido Comunista do Uruguai: os camaradas Jaime Perez e Jorge Mazzarovich. Por outro lado, tornou ainda mais severas as condições de detenção do camarada Rodney Arismendi, secretário-geral do PCU, cuja libertação vem sendo exigida pelas forças progressistas do Mundo inteiro.

O que os EUA não confessam

O total dos investimentos das empresas norte-americanas no estrangeiro foi em 1974 superior ao de 1973. Em 1975 será muito superior ao do ano corrente. Segundo informes já publicados, a soma das chamadas despesas de equipamento fora dos Estados Unidos deverá ultrapassar este ano a casa dos 25 bilhões de dólares (mais de 630 milhões de contos), o que representa um acréscimo de 24 por cento em relação a 1973. Para 1975 está previsto um aumento de quase 20 por cento, admitindo-se que os investimentos excedam 30 bilhões de dólares.

Somente à sua parte, as indústrias transformadoras pensam investir 13 bilhões de dólares. O sector do petróleo, como já é tradicional, absorverá a parte do leão, com mais de um terço. Por áreas, os maiores aumentos corresponderão ao Japão, seguido da América Latina, Arábia Saudita e Canadá.

Números como esses, quando divulgados em telegramas lacónicos das agências noticiosas, geram, e r vezes, muita confusão. Não falta mesmo gente ingénua que os interpreta como prova da famosa «ajuda» que os Estados Unidos proclamam prestar a outros países. Na realidade, a escalada dos investimentos «americanos no exterior» visa fins que não têm nada de generosos e apresenta uma significação que o Governo de Washington se abstem de explicar. Em primeiro lugar essa montanha de dinheiro «investida» fora dos Estados Unidos confirma com clareza a pretensão de domínio mundial do capitalismo monopolista americano. As grandes sociedades multinacionais com sede nos Estados Unidos continuam a expandir-se num ritmo revelador das suas ambições. Em segundo lugar é importante assinalar que a maior parte desse dinheiro não é americano. Os investimentos são realizados pelos monopólios americanos e em seu benefício exclusivo, mas as somas necessárias são obtidas, na maioria dos casos, nos países onde se localizam as filiais das empresas, através dos respectivos sistemas bancários nacionais ou de consórcios internacionais onde o capital americano é, por vezes, minoritário. Há excepções, evidentemente. No caso dos países árabes, por exemplo, o dinheiro vem de fora. Mas o resultado é o mesmo. A Exxon, a Texaco ou a Gulf, qualquer uma das «7 irmãs» acaba utilizando para os seus investimentos petrolíferos que obtém em bancos dos Estados Unidos ou da Europa e que, afinal, são dos árabes...

Em terceiro lugar é importante chamar a atenção para o facto de o dólar ter deixado de ser uma moeda conversível. O dólar não tem já a cobertura do próprio Tesouro norte-americano. Não pode ser trocado por ouro. Se uma pequena parte das reservas em dólares dos bancos centrais europeus e dos dólares que circulam pela Europa e pelo Japão fosse trocada por outras divisas, os Estados Unidos entrariam em bancarrota.

Em quarto lugar, enquanto os Estados Unidos emitem dólares sem prestígio e sem cobertura, empurram com eles, e com a poupança de outros povos, indústrias novas e realizam novos investimentos, para ampliar o seu domínio sobre a economia capitalista mundial, os próprios governantes de Washington reconhecem que os Estados Unidos se encontram no limiar de uma crise económica possivelmente tão grave como a de 1929. A inflação é alarmante e o número de desempregados aproxima-se da casa dos 6 milhões.

É assim que o imperialismo actua. É essa a natureza da ligação entre a economia americana e o resto do Mundo.

URSS: A OBRA DO SÉCULO

A CONSTRUÇÃO DO CAMINHO-DE-FERRO BAIKAL-AMUR

No caminho-de-ferro Baikal-Amur, chamado pelos soviéticos «a obra do século», começaram os preparativos para o Inverno, que nesta região chega muito antes e é muito mais rigoroso do que na parte europeia da URSS.

Este será o primeiro dos Invernos que terão de passar aí os construtores para abrir, dentro do prazo marcado, esta via de 3200 km. Ela cruzará toda a Sibéria Leste e o Extremo Oriente e atingirá o litoral do oceano Pacífico.

Graças a esta nova via, a URSS poderá melhorar as suas relações económicas com os países da bacia do Pacífico e criar aí um poderoso centro industrial. As suas potencialidades baseiam-se em imensas reservas de carvão, manganês, zinco, molibdénio, estanho, cobre e em muitos outros minerais úteis.

O BAM (sigla russa do caminho-de-ferro Baikal-Amur) é um vivo retrato da imensa envergadura das obras no país. Nele tomam parte milhares de organizações e empresas de ramos diversos que fornecem a esta obra número 1 da URSS projectos, materiais, instalações e técnicos.

O Conselho Central dos Sindicatos da URSS (CCSU), como é natural, não podia ficar alheio a este gigantesco empreendimento. Recentemente, a Presidência do Conselho Central dos Sindicatos ratificou o programa de participação dos sindicatos nas obras do BAM. Trata-se, em primeiro lugar, de defender os interesses dos operários. A par de serviços administra-

tivos, os sindicatos irão organizar, entre outras coisas, o ensino de jovens em diversos cursos gratuitos e escolas. Os melhores operários de outras regiões do país serão enviados, sob a sua proposta,

para o BAM a fim de transmitir a sua experiência.

Como sempre, os sindicatos cuidarão das condições de trabalho dos construtores. Em cada sector com 400 e mais operários serão orga-

nizados gabinetes, fixos e móveis, de segurança do trabalho, facto de especial importância numa obra de tamanha envergadura em que, ao lado de operários de alto nível profissional, trabalham muitos jovens inexperientes.

Compreendendo que as pessoas que vieram construir o BAM vivem num local de ambiente natural adverso (florestas seculares, pântanos, intenso frio no Inverno e muito calor no Verão), a Presidência do CCSU recomendou às suas organizações que façam todo o possível para proporcionar aos operários boas condições de vida.

As dificuldades que os trabalhadores têm de enfrentar nesta região são compensadas, até certo ponto, pelas vantagens de que gozam todas as pessoas que trabalham na Sibéria e no Extremo Oriente (Salários mais elevados, anos contados a dobrar para efeitos de reforma, etc.) Mas nem por isso, naturalmente, o clima aí se torna menos rigoroso. É digno de destacar o facto de muitas empresas e organizações, antes mesmo de terem recebido qualquer indicação neste sentido, procurarem facilitar de algum modo a vida dos construtores. Assim, os trabalhadores da Fábrica de Máquinas para o Comércio de Perm (cidade dos Urals) resolveram fazer horas extraordinárias a fim de poderem enviar ao BAM, antes do prazo estipulado, instalações para os seus numerosos refeitórios, lojas e armazéns. Os ferroviários do Azerbaijão (República da Transcaucásia) convidaram um numeroso grupo de crianças, filhos dos construtores do BAM, para passar férias na península de Apsheron, no mar Cáspio.

O Estado, por sua vez, envia para essa região médicos competentes, meios de tratamento e profilaxia e instalações médicas. Ao longo de toda a via férrea, próximo de fontes medicinais, serão construídas casas de saúde, sanatórios, etc. Todos os anos, o Conselho Central dos Sindicatos Soviéticos, proporcionará aos operários do BAM um grande número de lugares em sanatórios e casas de repouso, no sul, bases de turismo e acampamentos de pioneiros. A maioria desses lugares serão concedidos

com grandes descontos ou gratuitamente.

O CCSU considera seu dever primordial controlar rigorosamente a construção de moradias, empresas de serviços públicos e fornecer aos operários alimentação de elevado nível e artigos de amplo consumo de boa qualidade.

Os sindicatos não descuidam, igualmente, os problemas culturais dos trabalhadores. Em 1974 e 1975, somente para a aquisição de instalações destinadas a clubes operários serão concedidos 600 mil rublos e para a compra de livros para as bibliotecas — 60 mil rublos, importância que dá para quase 100 mil volumes.

O CCSU já chegou a um acordo com o Comité Central do Komsomol (União da Juventude Comunista da URSS) de que fazem parte 60 por cento dos jovens soviéticos e com a Sociedade Znanie («Saber») para que as regiões da grande obra sejam enviadas conferencistas de alto nível, seleccionados entre os cientistas, representantes da cultura e técnicos notáveis. Um acordo idêntico foi concluído com o Ministério da Cultura da URSS, com a União dos Pintores e com a União dos Escritores do país. No BAM, apresentarão espectáculos os mais destacados artistas e poetas famosos da URSS; pintores famosos promoverão aí exposições de pintura.

O programa aprovado pela Presidência do Conselho Central dos Sindicatos da URSS abrange todo o período que leva a construir a via férrea do BAM e, sem dúvida alguma, ainda há-de sofrer várias ampliações. Quanto ao ano corrente, a aproximação do frio faz com que a atenção dos sindicatos se volte para os problemas, embora de menor envergadura, mas de solução inadiável, tais como o envio aos pioneiros do BAM de roupa quente e calçado adequado, preparação de transportes especiais para resistir ao frio, armazenamento de legumes e frutas para todo o Inverno.

São tomadas, em suma, todas as medidas para que, neste primeiro Inverno da obra gigantesca, o frio rigoroso afecte o mínimo possível os trabalhadores e estes se sintam em excelentes condições de saúde.



A INDÚSTRIA DA BULGÁRIA NO MERCADO INTERNACIONAL

A empresa búlgara de comércio externo Agromachimpeks alcançou importan-

tes resultados na exportação de produção de máquinas agrícolas para numerosos países estrangeiros. Em 1972 esta empresa foi reconhecida internacionalmente com a atribuição do prémio de qualidade, concedido pela empresa espanhola Editorial Office, todos os anos, à firma espanhola ou estrangeira, em diferentes ramos de produção, cujos produtos tenham adquirido fama internacional. No diploma que acompanha o prémio diz-se o seguinte: «Foi escolhida a vossa firma Agromachimpeks, depois de uma cuidadosa escolha entre várias empresas de nível mundial como a mais destacada no seu ramo durante o ano de 1972.»

Comparativamente com 1965, durante o ano de 1973, a empresa aumentou o seu capital circulante em 4,5 vezes, do qual dois quintos são de importação. De 20 países, em 1965, aos quais foram fornecidas máquinas para a agricultura pela Bulgária, passou-se para mais de 40. É característica a introdução, em vários mercados novos, não só nos países em desenvolvimento mas também em muitos países com uma indústria altamente desenvolvida como são os casos da França, Alemanha Ocidental, Suíça, Bélgica e até dos Estados Unidos. A empresa trabalha activamente e tem relações com mais de 20 firmas da Europa, Ásia, África e América. Além de firmas privadas, a empresa búlgara tem contactos com várias organizações estatais de vários países, como por exemplo, a Organização Geral para a Exploração de Novas Terras, a Organização para a Reforma Agrária, a Organização para as Terras do Deserto e a Organização para Carne, Leite e Vinho do Egipto. A exportação de tractores e máquinas agrícolas para estas organizações do Egipto, atinge centenas de milhares de encomendas por ano. A firma búlgara em questão mantém igualmente relações com as organizações estatais Smik do Irão, Sonarcom do Argélia, Biedisi de Bangladesh e outras. Importantes vendas são realizadas no Sudão, com a colaboração do Ministério da Cooperação e Economia Fluvial.

Existem igualmente condições para uma maior participação da indústria de maquinaria da Bulgária nos mercados da Nigéria, Sudão, Guiné, Irão, Jordânia, Líbia e Síria. Para algumas máquinas abrem-se mesmo grandes perspectivas de venda em países como França, Alemanha Ocidental e Grécia. Em 1973 houve grande interesse pelas máquinas agrícolas búlgaras, principalmente pelos tractores T-54B, TK-225 e TK-225Y, por mais de 50 firmas de países não socialistas. Foram assinados numerosos contratos para fornecimento de máquinas e estão à vista futuras vendas.

Com o alargamento da exportação e principalmente com o desenvolvimento da produção de nova maquinaria agrícola, como, por exemplo, máquinas para a recolha de uva, milho, tractores TK-225 e TK-225Y, Bolgár MTZ-80, máquinas para recolha do girassol, ceifeiras-debulhadoras, colhedoras de frutos, feijão verde, etc., assim como outras máquinas para o tractor TK-225, surgem novas possibilidades para a conquista de novos mercados e para o aumento do volume de vendas nos actuais mercados.



AS MULHERES NA RDA

IGUALDADE DE DIREITOS POLÍTICOS E ECONÓMICOS

Uma das maiores conquistas alcançadas nos 25 anos de história da República Democrática Alemã é, sem dúvida alguma, o facto de ter sido amplamente realizada a plena igualdade de direitos da mulher, não só do ponto de vista da lei mas, também, na vida prática de todos os dias. Actualmente quase metade dos trabalhadores nos diversos sectores da economia nacional são mulheres. 84% das mulheres em idade de trabalhar (entre os 18 e os 60 anos)

palpável na vida da RDA porque as garantias constitucionais foram postas em prática. Com a activa colaboração das mulheres (a organização feminina da RDA — a União Democrática das Mulheres (DFD) — está representada na Câmara do Povo por 35 deputados) foram elaboradas e aprovadas uma série de leis e decretos que criaram também as condições materiais para a igualdade de direitos. As primeiras leis foram adoptadas em 1950, um ano depois da fundação do primeiro Estado alemão de operários e camponeses, como, por exemplo, a lei sobre a protecção à mãe e à criança e os direitos da mulher. Esta lei previu, além do pagamento de subsídios de natalidade e subsídios mensais para as mães com mais de dois filhos, a construção de creches e de jardins de infância, assim como de policlínicas para mães e crianças e maternidades.

De acordo com as possibilidades materiais e financeiras da RDA essas leis, ao longo destes anos, foram aperfeiçoadas e completadas sistematicamente. Em 1966, por exemplo, entrou em vigor o Código da Família, cujo projecto foi discutido detalhadamente por todos os cidadãos. Desde então existe na RDA um código de normas morais para a família cujo princípio fundamental é a igualdade de direitos do homem e da mulher e o amor aos filhos. Além disso, foi criado um sistema de formação e qualificação para as mulheres trabalhadoras com filhos e que vai desde a obtenção do certificado de operária especializada até à promoção especial, passando pela for-

mação universitária e técnica. Para aliviar o trabalho doméstico das mulheres trabalhadoras foi criada uma ampla rede de serviços. A lei sobre a interrupção da maternidade adoptada em 1972 deu às mulheres da RDA o direito de serem elas próprias a decidir se querem ter filhos ou não, assim como o de terminarem elas próprias o número de filhos que desejam ter.



Mas, apesar de tudo o que já foi feito em 25 anos na RDA, consideram os seus dirigentes e os dirigentes do Partido que muito há ainda a fazer para aliviar as mulheres trabalhadoras no trabalho doméstico, na educação dos filhos. A nova meta que os dirigentes do Partido e do Estado se propõem atingir nos próximos anos não se ilimita, porém, a uma simples questão de colocar a mulher na sociedade em pé de igualdade com o homem. A crescente participação da mulher na produção, na ciência e na cultura, assim como a sua maior responsabilidade na vida do país, são igualmente encaradas. Cada vez mais, a mulher na RDA, verá aumentado o seu papel na edificação da sociedade socialista avançada.

(Para o «Avante!», da agência Panorama RDA).

EDICÕES 70
O LIVRO ABERTO

ÚLTIMOS LANÇAMENTOS

Peça catálogos

a vida verdadeira de DOMINGOS XAVIER
de Luandino Vieira
A novela que serviu de argumento ao filme "Sambizanga". O despertar do povo angolano para a longa luta da independência 55\$00

LUUANDA
de Luandino Vieira
A 4ª edição de uma obra-prima da literatura africana 70\$00

Av. Duque de Avila, 69 - r/c-esq.
Telefs. 5568-98-572001 - Lisboa

NOVIDADE

LIBERDADE, LIBERDADE
(TEATRO)

de Luiz Francisco Rebello, Luís Lima e Hélder Costa
Esc. 60\$00

R. da Misericórdia, 67, 2.ª-Esq.
LISBOA

LÊ • ASSINA • DIVULGA

UMA VOZ DEMOCRÁTICA

a OPINIÃO

REDACÇÃO: R. SERPA PINTO, 162 • PORTO • TELEF. 487959

BREVES NOTÍCIAS DOS PAÍSES SOCIALISTAS

União Soviética

- Durante o ano em curso a URSS foi visitada pelo maior número de turistas estrangeiros até agora registado, disse, em declarações à agência TASS, Victor Boichenko, presidente da Agência de Turismo da URSS Inturist.
- O termo «temporada turística» perdeu o seu significado quando se trata da URSS. Moscovo e outras cidades soviéticas são permanentemente visitadas por estrangeiros em qualquer estação do ano. Mais de 60% dos turistas são provenientes dos países socialistas. O turismo é fomentado por acordos governamentais entre a URSS e os demais países socialistas. Têm sido igualmente realizadas negociações com agências de turismo de numerosos países capitalistas. Os itinerários turísticos organizados pela Inturist compreendem as 15 Repúblicas Soviéticas, 125 cidades, 4500 empresas industriais de diferentes ramos, «kolkhozes», «sovkhozes», instituições científicas, etc. Tais itinerários procuram corresponder aos interesses de todos os que se propõem visitar a URSS, dando-lhes uma ideia, completa quanto possível, da vida soviética.
- Contam com grandes êxitos na URSS as escolas técnicas superiores, que funcionam junto das grandes empresas industriais. A primeira escola deste género foi criada em 1960, pela empresa metalúrgica de Moscovo A Foice e o Martelo. Actualmente existem dezenas destas escolas, com uma frequência de dezenas de milhares de alunos. Em 1973, a escola técnica superior, que funciona anexa à fábrica da automóveis Zil, de Moscovo, contava três mil alunos. O seu reitor, o professor Alexandre Lyzo, considera que as escolas superiores das empresas aproximam ao máximo os estudos da prática, de produção moderna. Regra geral, os estudantes, para os seus trabalhos de fim de curso, procuram soluções para os problemas concretos das empresas.

República Democrática do Vietnam

- A produção das empresas de construção de maquinaria e de metalurgia da RDV registaram nos 9 primeiros meses deste ano, um aumento de 28% em comparação com o mesmo período do ano passado. Tal êxito é tanto maior, se tivermos em conta que o povo da RDV continua a desenvolver enormes esforços para sarar as feridas de guerra causadas pelos imperialistas norte-americanos.

República Democrática Alemã

- Dois terços dos trabalhadores da RDA são operários especializados, mestres ou diplomados em escolas técnicas e universidades. De 1970 a 1973 o número de operários especializados aumentou na RDA de 41,8 para 46,7% e o de quadros universitários e técnicos de 11,2 para 14,2% da população activa. Mais de dois milhões de pessoas participam actualmente em cursos de aperfeiçoamento, ou seja, um em cada quatro trabalhadores.
- A tarefa mais importante que a organização juvenil da RDA — FDJ — até agora se propôs cumprir é a da construção de 550 quilómetros do gasoduto que vai de Dresde até Orenburgo (ao sul dos Urals). A juventude alemã terá a seu cargo toda a parte do gasoduto que atravessa o território alemão até à fronteira com a URSS. A decisão de chamar a si esta tarefa — declarou Dieter Mueller, secretário do Conselho Central da FDJ — foi adoptada por unanimidade, numa sessão do Conselho Central, realizada o mês passado em Berlim. Na construção deste gasoduto, que terá um total de 2750 quilómetros, participam a Bulgária, a Hungria, a Polónia, a Checoslováquia e a RDA. A exploração dos jazigos recai sobre a URSS.

- A Escola Profissional de Artes Gráficas de Poesneck, na RDA, é frequentada por jovens estrangeiros. Desde 1960 até agora passaram por esta escola 250 jovens procedentes de 37 países da Ásia, África e América Latina. Neste momento frequentam a escola jovens do Vietnam da Somália, Líbano, Índia e Marrocos.

República Popular da Polónia

- A Marinha Mercante da Polónia recebeu, recentemente, o primeiro navio supertanque, com uma capacidade de 135 700 toneladas. No próximo ano outras unidades do mesmo género serão lançadas ao mar.
- Nas escolas e liceus da Polónia aumentou o número de horas dedicadas à ginástica e ao desporto. Durante o ano em curso foram construídos 159 ginásios, 224 estádios e 10 piscinas. No país funcionam 64 escolas especiais de desporto infantil e juvenil.

República Popular da Hungria

- Nos termos mais próximos serão criadas na Hungria, três importantes parques nacionais e 37 reservas naturais, destinadas a conservar as espécies tradicionais.

República Socialista Romena

- Importantes trabalhos da recuperação de terrenos pantanosos têm sido levados a cabo neste país. Somente desde 1971 até agora foram recuperados para a agricultura 400 mil hectares de terras pantanosas.

República Popular da Mongólia

- Desde a proclamação da República Popular da Mongólia (1924), mais do que duplicou a longevidade dos seus habitantes, que atinge neste momento a média de 64,5 anos.

SEARA NOVA

N.º DE NOVEMBRO

Roteiro da tirania fascista através da obra de um poeta operário
por Alexandre Cabral

Reflexões sobre males da raça
por Rodrigues Lapa

Desenvolvimento económico ao serviço da quem?
por Ribeiro de Carvalho

Um intermediário contra os intermediários
por Modesto Navarro

Para a história do fascismo
por Albano Lima

A tortura no Brasil

O ARRENDAMENTO RURAL EM FOCO

— entrevista com o camarada António Bica, membro da DORB

Poucos projectos de lei do Governo Provisório terão suscitado tanta movimentação como o projecto de lei de arrendamento rural, cuja discussão pública se encerrou no passado dia 10 de Novembro.

Os proprietários de terras arrendadas reagiram, de imediato, tentando uma vaga de despedimentos somente impedida pela pronta intervenção do Conselho de Ministros ao emitir um diploma protegendo os rendeiros das inovações dos senhores da terra.

De Norte a Sul do País sucederam-se as reuniões de agricultores rendeiros para crítica do diploma que abrangirá grande parte da população activa dos campos, pois que existem cerca de 300 mil explorações agrícolas em regime de arrendamento.

A regulamentação do arrendamento rural que tem vindo a ser discutida entre nós constitui sempre um dos meios do governo fascista para perpetuar a dominação de uma classe parasitária e imobilizadora, a dos grandes senhores da terra, sobre a camada de pequenos e médios rendeiros que, a par dos assalariados agrícolas, têm sido ferocemente explorados e conduzidos a situações de pauperização, das quais resultaram, em larga medida, a crise agrícola que enfrentamos, a emigração e outros males sociais que não serão facilmente ultrapassados. O actual projecto de lei tem como intenção, fundamentalmente, obter maior segurança, estabilidade e justa repartição de rendimento para quem explora e trabalha a terra; impulsionar o aumento de produção agrícola e conseguir assim o acréscimo da produtividade das explorações. Resta ponderar se, apesar das medidas nitidamente progressivas que estabelece, e a não lhe serem introduzidas alterações fundamentais sugeridas nas reuniões de pequenos agricultores, este diploma não poderá vir a favorecer a concentração fundiária fomentando o processo de desenvolvimento capitalista na agricultura, quando o princípio fundamental do

de renovação de prazos somente até 18 anos não se reflectirá igualmente no carácter dos investimentos efectuados pelo rendeiro na exploração?

A. Bica — Não só o rendeiro não pode programar investimentos por prazo superior a 18 anos como se observará que, passados os primeiros anos sobre este limite, o rendeiro necessariamente efectuará investimentos precários, pois que estes têm de ser amortizados num prazo muito curto. É certo que a lei estabelece que os investimentos podem ser feitos desde que autorizados pelo senhorio ou pela Comissão Arbitral, que é uma espécie de tribunal especial. Nesse caso, quando cessar o arrendamento, o rendeiro tem direito a ser indemnizado pelo valor não amortizado. Portanto, aparentemente parece não haver entrave aos investimentos. Na realidade há entraves de ordem subjectiva. Ninguém irá fazer um investimento cuja rentabilidade reverta a favor do senhorio, ou pelo menos não haverá encorajamento a esse investimento.

Esta paralisação do investimento não se verificará se o arrendamento se renovar indefinidamente, desde que o rendeiro o queisesse. Esta medida, que me parece indispensável, já tem, de resto, paralelo na legislação que existe

estiver interessado. A resolução desta anomalia não traz desvantagem nenhuma para o senhorio pois este, se não cultivar as terras, tem de as ter arrendadas. Tanto lhe faz ter arrendadas ao senhor A ou ao senhor B, pois o que lhe interessa é a manutenção da terra.

Um aspecto a salientar é que a lei exige o contrato por forma escrita. O problema que se poderia por seria estabelecer sanções relativamente aos contratos que não obedecem à forma escrita. Podia colocar-se o risco destas sanções recaírem sobre o rendeiro. A lei torceia o problema bastante bem. Diz que no caso de não existir forma escrita o arrendamento é válido mas o senhorio não tem direito a exigir judicialmente o pagamento da renda, o que constitui, sem dúvida, uma ótima solução.

Estiver interessado. A resolução desta anomalia não traz desvantagem nenhuma para o senhorio pois este, se não cultivar as terras, tem de as ter arrendadas. Tanto lhe faz ter arrendadas ao senhor A ou ao senhor B, pois o que lhe interessa é a manutenção da terra.

Um aspecto a salientar é que a lei exige o contrato por forma escrita. O problema que se poderia por seria estabelecer sanções relativamente aos contratos que não obedecem à forma escrita. Podia colocar-se o risco destas sanções recaírem sobre o rendeiro. A lei torceia o problema bastante bem. Diz que no caso de não existir forma escrita o arrendamento é válido mas o senhorio não tem direito a exigir judicialmente o pagamento da renda, o que constitui, sem dúvida, uma ótima solução.

Obrigatoriedade da renda fixa e em dinheiro independentemente da área

«Avante!» — Poderíamos abordar a questão da renda, em relação à qual o projecto-lei tem aspectos verdadeiramente inovadores, ao estabelecer a renda fixa e em dinheiro.

A. Bica — Efectivamente, a renda justa é sempre uma renda fixa e em dinheiro. A renda que não for fixa e em dinheiro pode ser variável e então traduz-se numa quota-parte dos frutos ou se fixa em espécie. Exemplifiquemos: o rendeiro que cultiva numa terra arroz pode pagar a renda ao senhorio em quota-parte da produção (metade, em termos), ou pode pagá-la em espécie, portanto igualmente em arroz, mas em medidas, por exemplo, mil cestos de arroz. Ora quais são os inconvenientes deste tipo de renda, na generalidade, tem sido sistematicamente praticada entre nós? Em primeiro lugar falsa o carácter da política governamental relativa aos preços da produção agrícola. Quando o Governo aumenta o preço dos produtos agrícolas é quase sempre com

todos estes factores de produção (adubos, máquinas) mas como paga a renda em géneros (no caso em arroz), o aumento de preço do produto que se deveria destinar exclu-

tivamente a colmatar o aumento dos custos de produção, fica igualmente nas mãos do senhorio. Existe uma única vantagem neste sistema de renda e apenas quando esta é paga em quota-parte de produção. E a variabilidade da renda em função da produção. A produção agrícola é variável de ano para ano, ainda que culve do mesmo modo e se ponha a mesma quantidade de adubo, pois depende largamente do factor tempo. Uma renda em quota-parte dos frutos tem a vantagem de ajustar-se à produção. Porém no caso da renda fixa em dinheiro tal como é estipulada no projecto do decreto-lei, pode obrigar-se a variabilidade normal se a renda for fixa em função não da produção máxima, mas da produção mínima. Mesmo assim ainda pode surgir um ano excepcional por alteração do clima ou acidentes como inundações, etc., que reduza substancialmente a colheita ou a dizima completamente. Para tais probabilidades, parece-me fundamental que a lei preveja uma redução substancial da renda só para esse ano ou mesmo uma isenção de renda se o prejuízo for total. Em parte, o actual projecto de lei contempla estes acontecimentos excepcionais.

«AVANTE!» — A inovação que constitui o pagamento de renda em dinheiro não correrá o risco de favorecer o processo de concentração capitalista no campo, na medida em que esta disposição não abrange as explorações com menos de 5 hectares? Embora estas representem apenas 23 por cento da área total das explorações, a verdade é que os rendeiros incluídos nas explorações com menos de 5 hectares, correspondem a 85 a 93 por cento do número total dos rendeiros. Além, foi significativa a posição dos pequenos rendeiros durante o período de discussão pública do projecto.

A. Bica — Realmente, há que criticar seriamente a limitação que se estabelece em relação aos prédios com menos de 5 hectares, em relação aos quais se estabelece a possibilidade de renda em géneros, fixa ou quota-parte. Deste modo, tal como a lei está, significa que em relação ao País e em relação a muitas terras do Sul, o que mais progressivo podia existir na lei não é aplicável. Neste aspecto, pois estamos perante uma lei aparentemente muito progressiva mas que na prática é como se não existisse, nessas zonas tudo permanecerá inalterado a menos que esta limitação.

Por outro lado, favorece a criação de situações díbitas. Tomemos o exemplo de um rendeiro que arrendou dois prédios, um dos quais com menos de cinco hectares e outro com menos superfície. Uma vez que a lei não fala na área total arrendada mas refere-se a prédios, este rendeiro fica sujeito ao pagamento de dois tipos de renda, uma em géneros, outra em dinheiro. Há pois, que eliminar qualquer limitação. O que urge é um mesmo preceito legal de arrendamento qualquer que seja a área. Esta é uma das medidas que corresponderá às necessidades concretas dos pequenos rendeiros, contra os quais

joga esta limitação inadmissível num projecto que se quer progressivo.

«Avante!» — O projecto-lei prevê que o Estado intervenga no sentido de arrendar

terras incultas ou subprovelhadas que os próprios senhorios não arrendem. Porém, ainda que em menor grau, pode por-se o caso do próprio rendeiro proceder a um deficiente aproveitamento da exploração. Qual deverá ser aí a possibilidade de intervenção estatal? A. Bica — É preciso considerar que no primeiro caso, pode darse a possibilidade de em determinadas regiões o senhorio querer arrendar as terras e não encontrar a quem. Creio que esta eventualidade se resolve através da oferta da concentração das terras. Criar-se, por exemplo, um organismo, a nível de concelho (até pode ser a Câmara Municipal) que a semelhança do que se passa com a habitação, concentre a oferta de terras. De modo que o senhorio não as pode cultivar e não tem a quem arrende, colocando-as em oferta no organismo competente, não deverá estar sujeito a sanções.

Vejam os agora o caso do rendeiro que faz um mau aproveitamento de terra. Aqui entra sempre um factor subjectivo. Ele pode considerar que explora a terra em termos de rentabilidade e objectivamente estar a desprezar as suas potencialidades. Ora desde que cumpre o contrato não mantendo as terras incultas ou não lhes dando outro uso que não o agrícola, a intervenção é difícil.

O processo que se me afigura correcto para uma intervenção deste tipo é o estabelecimento de uma planificação de culturas para todo o País em função das potencialidades de cada zona, fixando um determinado número maior ou menor de culturas por região e criando a obrigação de explorar nas terras, pelo menos, uma das culturas fixadas no plano. Este seria já um critério objectivo, concreto, para avaliar se a exploração está a fazer-se correctamente. A esta planificação geral de culturas teria de sujeitar-se o proprietário de terras que preferisse cultivá-las a arrendá-las. Se acaso não cultivasse de acordo com o plano, na minha opinião, teria de ficar sujeito a uma sanção em termos fiscais, um imposto especial altamente pesado que o desencorajasse da desobediência ao plano fixado.

Relativamente ao rendeiro que explore a terra, não respeitando as culturas fixadas no plano, não me parece politicamente correcta a intervenção nestes termos. Em princípio, o rendeiro tem o direito de cultivar na terra o que considerar conveniente. Seria errado impor-lhe «você só pode cultivar isto ou aquilo» e se usar outra cultura, arrancamo-la. Seria catastrófica esta actuação. Como conciliar, pois, o respeito pelo direito do rendeiro sobre a terra, com a obediência ao plano nacional de culturas que me parece indispensável? Simplesmente, através da protecção legal e administrativa, do apoio técnico e de investimento e garantias do esquema de comercialização relativamente às culturas efectuadas de acordo com este plano. O que levará as pessoas a desinteressarem-se de outras culturas marginais.

«AVANTE!» — Põe-se tam-

bém ao rendeiro a questão de liberdade de culturas e liberdade de investimento.

A. Bica — Penso que o rendeiro nunca pode estar limitado pelo senhorio a determi-

nada cultura. Pode e estará naturalmente limitado pela planificação nacional de culturas de que falámos, devendo, pelo menos, explorar uma das culturas previstas no plano para a região na qual tem a sua empresa. Outras limitações não só lhe impossibilitariam extrair da terra um maior rendimento, como lhe urariam a capacidade de resposta à política governamental em relação à produção agrícola. Se o Governo entende que é preciso intensificar a produção do trigo, naturalmente em detrimento de outras culturas fomentará a produção de trigo através de medidas de preços, créditos e apoio de toda a ordem. Para responder a este estímulo o rendeiro não pode encontrar-se coartado por limitações. A única limitação na liberdade de culturas seria esta: preservar sempre o destino agrícola da exploração, não permitindo de modo algum que o rendeiro a desvie para outros fins como floresta, construção, etc.

A liberdade de culturas implica de imediato liberdade de investimentos. Por exemplo, se um rendeiro está a cultivar arroz e quer passar para vinha, tem que investir. Por outro lado, põe-se sempre uma correcção aos investimentos para mantê-los eficientes. Ora bem, é indispensável que os rendeiros tenham liberdade de investimento, independentemente da autorização do senhorio. Com uma única limitação que eventualmente se coloca: a de que os investimentos não o prejudiquem o valor real do prédio. De resto, desde que a terra continue com a sua função agrícola, deve ser preservada a liberdade de investimentos. Aliás, o projecto prevê a concessão de empréstimos aos arrendatários para execução de melhoramentos. É evidente que para estimular os investimentos é necessário criar um sistema de crédito à agricultura que deverá ser executado por um organismo governamental especializado, distinto do Instituto de reorganização agrícola ainda que funcionando paralelamente

o actual projecto-lei de arrendamento rural pode ser um instrumento que permita ultrapassar a grave crise em que o fascismo deixou a agricultura?

A. Bica — Toda a lei é muito progressiva em relação à anterior. Só que é muito menos progressiva do que poderia e deveria ser. Esta lei de arrendamento só pode ter real interesse se constituir um instrumento para uma efectiva reforma agrária. Há que encará-la sob esse aspecto e aí medir a sua eficiência. A sua importância não pode ser avaliada pelo facto de introduzir correcções a uma estrutura agrária em si correcta e a necessitar de melhoramentos. Nesse caso interviria uma regulamentação agrária que facilitasse o funcionamento de estrutura. Mas em Portugal a situação é diversa. Temos uma estrutura agrária caduca de raiz feudal em que predomina largamente a forma de exploração capitalista. Portanto, a única lei de arrendamento que corresponde às necessidades reais só pode ser uma lei que lance os fundamentos de uma alteração das estruturas agrárias.

Ora o actual projecto não o lança na medida em que limita a aplicação da lei aos prédios com mais de 5 hectares e como vimos a esmagadora maioria dos rendeiros exploram prédios com área menor. Aí o primeiro óbice. Não lança estes fundamentos na medida em que não estimula as cooperativas agrícolas de produção que constituem o grande processo de reestruturação da agricultura. Não o lança ainda na medida que limita a renovação dos prazos até ao limite de 18 anos, o que cria a instabilidade. Ora, só conseguiremos lançar novas estruturas se criarmos condições de estabilidade à população que vai trabalhar nessas novas estruturas.

«Avante!» — Pelo Código Civil estava já proibido o subarrendamento total. O projecto vem proibir mesmo o subarrendamento parcial na tentativa de eliminação de intermediários que originam uma dupla situação de explo-

«Avante!» — Este aspecto é importantíssimo. Há que torná-lo público. Há que discutirlo. Porque nada deve obstar à constituição de cooperativas de produção agrícola de pequenos agricultores e, no entanto, nada existe na lei que estimule o processo de cooperativas agrícolas de produção.

«Avante!» — Pelo Código Civil estava já proibido o subarrendamento total. O projecto vem proibir mesmo o subarrendamento parcial na tentativa de eliminação de intermediários que originam uma dupla situação de explo-

«Avante!» — Este aspecto é importantíssimo. Há que torná-lo público. Há que discutirlo. Porque nada deve obstar à constituição de cooperativas de produção agrícola de pequenos agricultores e, no entanto, nada existe na lei que estimule o processo de cooperativas agrícolas de produção.

«Avante!» — Este aspecto é importantíssimo. Há que torná-lo público. Há que discutirlo. Porque nada deve obstar à constituição de cooperativas de produção agrícola de pequenos agricultores e, no entanto, nada existe na lei que estimule o processo de cooperativas agrícolas de produção.

«Avante!» — Este aspecto é importantíssimo. Há que torná-lo público. Há que discutirlo. Porque nada deve obstar à constituição de cooperativas de produção agrícola de pequenos agricultores e, no entanto, nada existe na lei que estimule o processo de cooperativas agrícolas de produção.

deiros é a que permite a cederência do direito de arrendamento por parte do arrendatário desde que se destine a favorecer o emparcelamento de explorações dispersas. Na

«Avante!» — Este aspecto é importantíssimo. Há que torná-lo público. Há que discutirlo. Porque nada deve obstar à constituição de cooperativas de produção agrícola de pequenos agricultores e, no entanto, nada existe na lei que estimule o processo de cooperativas agrícolas de produção.

Por isso a lei deveria prever que ao verificar-se uma situação de facto equivalente a subarrendamento, o indivíduo na posição de subarrendatário deveria poder tornar-se arrendatário mediante o aviso ou notificação por escrito ao proprietário da terra, requerendo a sua substituição ao rendeiro com a redução da renda proporcionalmente à área que cultiva. Esta disposição, que deveria ser incluída, evita a exploração e a instabilidade de todo o prejuízo económico-social que derivam de uma situação de subarrendamento de facto em que não existam mecanismos de protecção legal. Por outro lado, permitindo a conversão do subarrendatário em arrendatário, evita-se, de facto, o subarrendamento, porque este só se verifica enquanto instrumento de exploração.

«Avante!» — Sintetizando, estamos perante um projecto-lei ainda que progressivo, com sérias limitações como sejam o facto de não estipular uma renovação indefinida do prazo dos arrendamentos, excluir as explorações com menos de 5 hectares do pagamento obrigatório de renda fixa e em dinheiro e ignorar medidas de incremento do processo de desenvolvimento do cooperativismo agrícola. Colocadas estas reservas que são fundamentais, será que mesmo assim

«Avante!» — Este aspecto é importantíssimo. Há que torná-lo público. Há que discutirlo. Porque nada deve obstar à constituição de cooperativas de produção agrícola de pequenos agricultores e, no entanto, nada existe na lei que estimule o processo de cooperativas agrícolas de produção.

«Avante!» — Este aspecto é importantíssimo. Há que torná-lo público. Há que discutirlo. Porque nada deve obstar à constituição de cooperativas de produção agrícola de pequenos agricultores e, no entanto, nada existe na lei que estimule o processo de cooperativas agrícolas de produção.

«Avante!» — Este aspecto é importantíssimo. Há que torná-lo público. Há que discutirlo. Porque nada deve obstar à constituição de cooperativas de produção agrícola de pequenos agricultores e, no entanto, nada existe na lei que estimule o processo de cooperativas agrícolas de produção.

«Avante!» — Este aspecto é importantíssimo. Há que torná-lo público. Há que discutirlo. Porque nada deve obstar à constituição de cooperativas de produção agrícola de pequenos agricultores e, no entanto, nada existe na lei que estimule o processo de cooperativas agrícolas de produção.

«Avante!» — Este aspecto é importantíssimo. Há que torná-lo público. Há que discutirlo. Porque nada deve obstar à constituição de cooperativas de produção agrícola de pequenos agricultores e, no entanto, nada existe na lei que estimule o processo de cooperativas agrícolas de produção.

«Avante!» — Este aspecto é importantíssimo. Há que torná-lo público. Há que discutirlo. Porque nada deve obstar à constituição de cooperativas de produção agrícola de pequenos agricultores e, no entanto, nada existe na lei que estimule o processo de cooperativas agrícolas de produção.

«Avante!» — Este aspecto é importantíssimo. Há que torná-lo público. Há que discutirlo. Porque nada deve obstar à constituição de cooperativas de produção agrícola de pequenos agricultores e, no entanto, nada existe na lei que estimule o processo de cooperativas agrícolas de produção.

«Avante!» — Este aspecto é importantíssimo. Há que torná-lo público. Há que discutirlo. Porque nada deve obstar à constituição de cooperativas de produção agrícola de pequenos agricultores e, no entanto, nada existe na lei que estimule o processo de cooperativas agrícolas de produção.

«Avante!» — Este aspecto é importantíssimo. Há que torná-lo público. Há que discutirlo. Porque nada deve obstar à constituição de cooperativas de produção agrícola de pequenos agricultores e, no entanto, nada existe na lei que estimule o processo de cooperativas agrícolas de produção.

«Avante!» — Este aspecto é importantíssimo. Há que torná-lo público. Há que discutirlo. Porque nada deve obstar à constituição de cooperativas de produção agrícola de pequenos agricultores e, no entanto, nada existe na lei que estimule o processo de cooperativas agrícolas de produção.

«Avante!» — Este aspecto é importantíssimo. Há que torná-lo público. Há que discutirlo. Porque nada deve obstar à constituição de cooperativas de produção agrícola de pequenos agricultores e, no entanto, nada existe na lei que estimule o processo de cooperativas agrícolas de produção.

«Avante!» — Este aspecto é importantíssimo. Há que torná-lo público. Há que discutirlo. Porque nada deve obstar à constituição de cooperativas de produção agrícola de pequenos agricultores e, no entanto, nada existe na lei que estimule o processo de cooperativas agrícolas de produção.

«Avante!» — Este aspecto é importantíssimo. Há que torná-lo público. Há que discutirlo. Porque nada deve obstar à constituição de cooperativas de produção agrícola de pequenos agricultores e, no entanto, nada existe na lei que estimule o processo de cooperativas agrícolas de produção.

«Avante!» — Este aspecto é importantíssimo. Há que torná-lo público. Há que discutirlo. Porque nada deve obstar à constituição de cooperativas de produção agrícola de pequenos agricultores e, no entanto, nada existe na lei que estimule o processo de cooperativas agrícolas de produção.

«Avante!» — Este aspecto é importantíssimo. Há que torná-lo público. Há que discutirlo. Porque nada deve obstar à constituição de cooperativas de produção agrícola de pequenos agricultores e, no entanto, nada existe na lei que estimule o processo de cooperativas agrícolas de produção.

«Avante!» — Este aspecto é importantíssimo. Há que torná-lo público. Há que discutirlo. Porque nada deve obstar à constituição de cooperativas de produção agrícola de pequenos agricultores e, no entanto, nada existe na lei que estimule o processo de cooperativas agrícolas de produção.

«Avante!» — Este aspecto é importantíssimo. Há que torná-lo público. Há que discutirlo. Porque nada deve obstar à constituição de cooperativas de produção agrícola de pequenos agricultores e, no entanto, nada existe na lei que estimule o processo de cooperativas agrícolas de produção.

«Avante!» — Este aspecto é importantíssimo. Há que torná-lo público. Há que discutirlo. Porque nada deve obstar à constituição de cooperativas de produção agrícola de pequenos agricultores e, no entanto, nada existe na lei que estimule o processo de cooperativas agrícolas de produção.

«Avante!» — Este aspecto é importantíssimo. Há que torná-lo público. Há que discutirlo. Porque nada deve obstar à constituição de cooperativas de produção agrícola de pequenos agricultores e, no entanto, nada existe na lei que estimule o processo de cooperativas agrícolas de produção.

«Avante!» — Este aspecto é importantíssimo. Há que torná-lo público. Há que discutirlo. Porque nada deve obstar à constituição de cooperativas de produção agrícola de pequenos agricultores e, no entanto, nada existe na lei que estimule o processo de cooperativas agrícolas de produção.

«Avante!» — Este aspecto é importantíssimo. Há que torná-lo público. Há que discutirlo. Porque nada deve obstar à constituição de cooperativas de produção agrícola de pequenos agricultores e, no entanto, nada existe na lei que estimule o processo de cooperativas agrícolas de produção.

«Avante!» — Este aspecto é importantíssimo. Há que torná-lo público. Há que discutirlo. Porque nada deve obstar à constituição de cooperativas de produção agrícola de pequenos agricultores e, no entanto, nada existe na lei que estimule o processo de cooperativas agrícolas de produção.

